



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA SOUZA

**A CHARGE COMO FONTE E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO
NO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO BRASILEIRO**

Salvador
2018

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA SOUZA

**A CHARGE COMO FONTE E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO
NO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Lídia Maria Batista Brandão Toutain

Salvador
2018

S729c Souza, Isabel Cristina de Oliveira

A charge como fonte e representação da informação no desenvolvimento político brasileiro. Isabel Cristina de Oliveira Souza, 2018.

194 fls.; il.

Orientadora: Profa. Dra. Lídia Maria Batista Brandão Toutain. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação, 2018.

1. Ciência da Informação. 2. Eleições brasileiras. 3. Linguagens não verbais. I. Universidade Federal da Bahia. II. Instituto de Ciência da Informação.

CDD 020.981

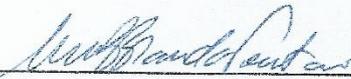
ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA SOUZA

**A CHARGE COMO FONTE E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO POLÍTICO BRASILEIRO.**

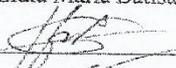
Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia - PPGCI/UFBA como requisito para obtenção de grau de Doutora em Ciência da Informação.

Aprovado em: 18/10/2018

Banca Examinadora



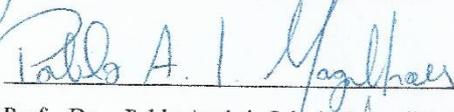
Prof.^a Dra. Lídia Maria Batista Brandão Toutain Orientadora – UNILEON, Espanha



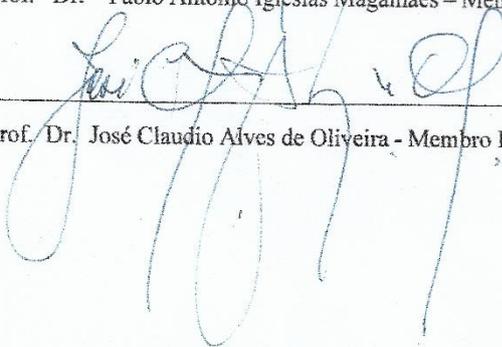
Prof. Dr. Haenz Gutierrez Quintana – Membro Externo Titular – UNICAMP



Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Junior – Membro Externo Titular – UNESP



Prof. Dr. Pablo Antônio Iglesias Magalhães – Membro Externo Titular – UFBA



Prof. Dr. José Claudio Alves de Oliveira - Membro Interno Titular - UFBA

À Profa. Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa Barreiros.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque Ele mesmo diz: “Sem Mim, nada podeis fazer” (BÍBLIA, João 15,5).

À minha professora orientadora, Dra. Lídia Brandão Toutain, que acreditou na minha capacidade, me apoiou e pela disponibilidade em aceitar o meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Haenz Gutierrez Quintana e à Profa. Dra. Ana Paula de Oliveira Villalobos, pelas valiosas contribuições na qualificação.

A todos os profissionais da Secretaria do PPGCI pela dedicação. Agradecimento especial à Marilene Luzia, pela sensibilidade no trato individual.

Ao amigo de longa estrada acadêmica (há 41 anos), Ariston Mascarenhas.

Aos colegas de estrada, Geocivany Lima Cardoso, Luciano Novaes Souza, Jovenice Ferreira Santos e Cleyciane Cássia, vocês sabem o porquê.

À minha mãe, Terezinha de Jesus, pelas fervorosas orações.

À minha querida mãe Belinha (*in memoriam*), como eu lhe chamava em minhas saudosas cartas enviadas à cidade de Nova Iguaçu (RJ), onde nasci. Agradeço por ter me ensinado carinhosamente as primeiras letras da “cartilha do ABC”.

A Silvério Alexandrino Vasconcellos (*in memoriam*) e Lúcia Moreira Vasconcellos (*in memoriam*).

A Ananias Alexandrino Vasconcellos Neto (*in memoriam*), primeira pessoa a me ensinar a viver a vida acima da mediocridade.

A Paulo Roberto de Almeida Souza, meu esposo, pelo apoio incondicional.

Registro aqui também o meu carinho e a minha gratidão aos meus filhos Larissa, Thiago, Leandro, Laender e Reinaldo Junior.

Aos meus irmãos, José Luís, Cláudia Ismênia e Joaldo.

À minha nora, Hérica, amiga e companheira.

À nora, Maiane, porque ninguém entra na nossa vida por acaso.

À minha nora Sânia, porque a vida nos concede surpresas

Ao genro de *Chavela*, Jaime

Ninguém tem o direito de viver por viver. Por ter nascido. A vida é suficientemente importante para que não aceitemos fazer coisas apenas por fazê-la. Cada um de nós é peça da vasta máquina humana. Cumpre-lhe executar até as últimas consequências a função que escolheu. Do contrário estará sendo um estorvo para os outros. E, para si mesmo, um espantalho.

Sebastião Nery
“A nuvem”, São Paulo, Geração Editorial, p. 281.

SOUZA, Isabel Cristina de Oliveira. **A charge como fonte e representação da informação no desenvolvimento político brasileiro**. 2018. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

A charge tem desempenhado seu papel como fonte e representação da informação ao longo do desenvolvimento político eleitoral brasileiro (1889-2014), considerando-se que ela transforma a montagem do grande número de dados fragmentados através da história em conhecimento. Quando fazemos interpretações históricas da linguagem não verbal, usamos um processo informacional no qual se alia classes de fenômenos mediados por códigos culturais. Dentro deste contexto, esta pesquisa segue o objetivo de analisar a charge como fonte de informação (objeto de estudo) no universo do contexto político republicano brasileiro. A pesquisa parte de uma exposição histórico-científica como forma de identificar suas percepções, por parte do usuário da informação, em seu aspecto político, compreendendo o período entre os primeiros anos da República até à contemporaneidade (1889-2014). O estudo segue como princípio as características da pesquisa descritiva documental, desenvolvidas a partir de uma abordagem qualitativa. Inclui abordagem filosófica. Desse modo, emprega-se a técnica de análise de conteúdo semiótico. Ao final, como resultado da verificação da formulação provisória (hipótese), a tese da Tridimensionalidade da Informação Chargística é apresentada como resultado do desenvolvimento de estudos. Uma proposta de modelo amparada nas concepções teóricas da charge, por meio de três visões simultâneas e complementares, a saber, a charge prevista na Ciência da Informação em sua natureza como fonte de informação; a charge do ponto de vista da análise semiótica, inerente à sua natureza como entidade sónica e, finalmente, em um exame filosófico, por seu princípio em despertar no receptor uma atitude crítica de avaliação por meio do raciocínio fundamentado e lógico, implícitos nas infinitas intenções e possibilidades de seus elementos.

Palavras-chaves: Ciência da informação. Eleições brasileiras. Informação eleitoral. Linguagens não verbais. Charges.

SOUZA, Isabel Cristina de Oliveira. **The cartoon as a source and representation of information in Brazilian political electoral development.** 2018. 194 pp. Doctoral Dissertation (Doctorate in Information Science) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ABSTRACT

The cartoon, has carried out its role as source and representation of information throughout Brazilian political electoral development +(1889-2014), considering that it transforms the assemblage of the great amount of fragmented data through the history which is being known. When we make historical interpretations of the non-verbal language, we use a process of the information and we associate classes of phenomena mediated by cultural codes. Due to these contexts, this research is dedicated to the study of the use of cartoons as a source of information which is complete in itself. In order to fulfill this intent, it follows the aim of analyzing the use of this form of non-verbal language representation as a source of information (object of study) in the universe of Brazilian republican political context, whose subjects are the main interested in the political and electoral information, which means the voters. The research starts from a historical-scientific exposition as a way of identifying its perceptions by the user of the information in its political aspect, comprehending the period between the first years of the republic and contemporaneity (1889-2014). The study follows as principle the characteristics of bibliographical research and documental research, developed from a qualitative approach, including philosophical approach. It makes use of the cartoons as supporting elements for deducing, in logical manner, knowledge about the emissary of the message within the context it was emitted. Thus, the semiotic content analysis technique is used. Finally, as a result of the verification of the provisional formulation (hypothesis), it presents the thesis of the Tridimensionality of Cartoonistic Information as a result of the development of studies. A proposal of model supported by the theoretical conceptions of the cartoons through three simultaneous and complementary visions: the cartoon in the view of Information Science, in its nature as source of information, the charge in the view of semiotic analysis, inherent in its nature as a sign entity, and in a philosophical examination, for its aspects in awakening an attitude of criticism in the receiver of evaluation through reasoned and logical consideration, implicit in the infinite intentions and possibilities of its elements.

Key words: Information Science. Brazilian Elections. Electoral Information. Non-verbal languages. Cartoons.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A manipulação da informação	36
Figura 2: As campanhas na era digital	37
Figura 3: O signo da charge	45
Figura 4: O poder em partes	49
Figura 5: A informação em cima do muro	51
Figura 6: Votar ou não votar, eis a questão	53
Figura 7: Construção da imagem de olho nas eleições 2018	55
Figura 8: Uma questão de informação	60
Figura 9: Abolicionista X escravagistas	69
Figura 10: Fuga em massa no final da escravidão	71
Figura 11: D. Pedro II e o ocaso do Império	74
Figura 12: Após a guerra do Paraguai	75
Figura 13: O adeus D. Pedro II	76
Figura 14: Nasce a República	76
Figura 15: República, uma visão equivocada 1	77
Figura 16: República, uma visão equivocada 2	77
Figura 17: Primeira greve geral do Brasil em 1917	79
Figura 18: “Mais um puxa saco”	80
Figura 19: República do café com leite	81
Figura 20: O voto de cabresto	83
Figura 21: Educação e Informação	86
Figura 22: Critério para escolha de ministério segundo Vargas	90
Figura 23: Vargas, o populista	93
Figura 24: Vargas e a vida pela nação	95
Figura 25: JK e Jânio	96
Figura 26: Jânio Quadros e seu signo	97
Figura 27: A efemeridade de Jânio	97
Figura 28: O retorno de Jango da China	100
Figura 29: Brasília sob o signo do poder	102
Figura 30: A vassoura de Jânio	105
Figura 31: A vassoura de Covas	105
Figura 32: Juscelino Kubitschek por Diogo	108
Figura 33: Despedida da democracia em Brasília	112
Figura 34: Os presidentes do regime militar	115
Figura 35: Costa e Silva: o general Linha Dura	116
Figura 36: Brasil, “ame-o ou deixe-o”	117
Figura 37: Figueiredo e o ocaso da ditadura	118
Figura 38: Bar Brasil e a redemocratização	120
Figura 39: O fim dos túneis	121
Figura 40: Precisa-se de uns membros de esquerda	124
Figura 41: Esquerda brasileira: uma “família” disfuncional	126
Figura 42: Tancredo Neves tecendo a faixa presidencial	127
Figura 43: As mentiras sobre a doença de Tancredo Neves	128
Figura 44: “Já era Collor”	130
Figura 45: E o vice toma posse	132
Figura 46: Quem?	133

Figura 47: Eu?	133
Figura 48: Arquétipo da vaidade 1	136
Figura 49: Arquétipo da vaidade 2	136
Figura 50: Amigos para sempre	137
Figura 51: Como recuperar um símbolo?	138
Figura 52: Estereótipo 1	140
Figura 53: Estereótipo 2	140
Figura 54: Estereótipo 3	140
Figura 55: Quem disse que seria fácil?!	141
Figura 56: Brasil, Pátria educadora	142
Figura 57: Ulisses Guimarães e Waldir Pires para presidentes	143
Figura 58: Geddel reivindica apoio nas eleições 2010	149
Figura 59: Jaques Wagner	151
Figura 60: Tridimensionalidade da Informação Chargística	153
Figura 61: Análise da Tridimensionalidade da Informação Chargística	155
Figura 62: Decomposição da Informação Chargística 1	156
Figura 63: Decomposição da Informação Chargística 2	157
Figura 64: Decomposição da Informação Chargística 3	158
Figura 65: Lamentável!	161

LISTA DE SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
ABL – Academia Brasileira de Letras
ACM – Antônio Carlos Peixoto de Magalhães
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
EEUU (EUA) – Estados Unidos da América
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública
IDESP – Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo
IPÊS – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
NITICs – Tecnologias de Informação e Comunicação
PDS – Partido Democrático Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Popular
PRN – Partido da Renovação Nacional
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrata
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SINTEPAV – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção de Estrada, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral
SVO – Sistema Viário do Oeste
UDN – União Democrática Nacional
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNICAMP – Universidade de Campinas
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 AS CHARGES NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	20
2.1 PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA CHARGE POLÍTICA	27
2.2 A CHARGE NO MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO.....	31
2.3 A INFORMAÇÃO POLÍTICA ELEITORAL NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ...	33
2.3.1 A charge na era digital	36
2.4 A NOÇÃO DE LEITURA E AS CHARGES	47
2.4.1 A noção de leitura e as charges políticas	50
2.5 A INFORMAÇÃO CHARGÍSTICA E A IMAGEM DO CANDIDATO.....	54
3 METODOLOGIA	64
4 A INFORMAÇÃO POLÍTICA EM CHARGES NO BRASIL (1889-1964)	69
4.1 A ERA GETULIANA E O INÍCIO DO POPULISMO NO BRASIL.....	87
4.2 OS GOVERNOS POPULISTAS DE JUSCELINO KUBISTCHEC A JOÃO GOULART	96
4.2.1 O fim do populismo na Bahia	109
5 A INFORMAÇÃO POLÍTICA EM CHARGES NO BRASIL: GOVERNO MILITAR (1964-1985)	112
5.1 OS PRESIDENTES DO REGIME MILITAR	115
6 A INFORMAÇÃO POLÍTICA EM CHARGES NO BRASIL: REDEMOCRATIZAÇÃO	120
6.1 OS GOVERNOS DEPOIS DA REDEMOCRATIZAÇÃO	128
6.2 A REDEMOCRATIZAÇÃO NA BAHIA: OS GOVERNOS.....	143
7 USO DA TRIDIMENSIONALIDADE NA LEITURA DA FONTE DE INFORMAÇÃO CHARGÍSTICA	152
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	165
APÊNDICES	187
ANEXOS	191

INTRODUÇÃO

Causou estranheza, o que depois veio a se transformar em um fenômeno a ser investigado, o comportamento de uma cidadã em um certo dia de eleição. Ela ia e voltava várias vezes ao seu local de votação desde o início dos trabalhos da seção eleitoral. Com um documento com foto, e outro que, sem a posse do primeiro, não tinha nenhuma validade, ostentava ao alto, em suas mãos, aquilo que, para ela, representava seu signo de poder, o título de eleitor. Contudo, ao ser interrogada acerca de suas informações sobre seus possíveis candidatos, a resposta foi inusitada: “Voto em qualquer um, nem me importo quem seja. Voto no primeiro que me vem à cabeça”. Tal foi sua declaração.

Ainda mais curiosa foi sua resposta para uma indagação, já quase no final da tarde, sobre tantas idas e vindas desde a manhã até seu local de votação sem cumprir a finalidade de seu comparecimento à seção na qual realizaria o ato de votar: “Eu ajo assim como vingança, pois, este é o único dia da minha vida em que os poderes olham para mim como alguém importante”. No caso, ela tinha votos para dar, e eles, os candidatos, a receberem.

De posicionamentos como o desta eleitora, surgiu a base desta pesquisa em torno do uso da informação no desenvolvimento político eleitoral brasileiro, iniciada no Mestrado, com dissertação defendida em 2015, sob o título *Análise da linguagem na produção, circulação e uso da informação no desenvolvimento político eleitoral brasileiro: linguagens verbais e não verbais*. Desta vez, porém, na abordagem do tema que contempla a charge, tanto por suas representações políticas, sociais e ideológicas, quanto por sua concepção científica como entidade sógnica enquanto fonte de informação imagética.

Constatar que a informação política, algo intrinsecamente necessário para o ato decisório de eleger os representantes da sociedade perante os poderes públicos, é tratada de forma tão displicente, serviu de despertamento para o desejo de pesquisar a trajetória da informação nos processos políticos eleitorais brasileiros. Em dado momento, a motivação surgiu também do acompanhamento das várias formas com as quais os eleitores e candidatos se comportam em vários desses processos, tanto em locais onde a população é constituída em sua maior parte de pessoas vulneráveis socialmente como em locais de classe média e alta em várias cidades do

Brasil. Por conta disso, este estudo parte do início da República, ancorando em seus dias atuais.

Alia-se ainda a este trabalho, a observação dos grupos de discussões, nos quais, eleitores disseminam informações, compartilham ideias, questionam, expõem as suas dificuldades, suas experiências e discutem pontos importantes na tentativa de desenvolver a melhor forma possível de escolher seus representantes. E tudo isso fica ainda mais instigante, quando refletido pela ótica do humor contido nos traços dos elementos chargísticos. Dessa observação, nasceu o interesse em analisar o uso da informação ao longo dos processos políticos eleitorais brasileiros, com ênfase na representatividade de uma fonte de informação que utiliza linguagem não verbal, a saber, a charge.

Assim, esta pesquisa buscou estudar o significado das práticas que identificam o uso dos signos chargísticos no processo de gerenciamento da informação durante os períodos eleitorais brasileiros. O ponto de partida, em sua primeira etapa, constituiu-se em uma pesquisa descritiva documental. O intuito foi analisar e avaliar o papel da charge como fonte de informação na trajetória da participação popular no desenvolvimento político brasileiro, por conseguinte, do contingente populacional que elege, portanto, chamado de eleitores. O ponto de chegada, ampara-se no resultado encontrado no uso da informação possibilitada pela charge no viver social do cidadão brasileiro, enquanto eleitor, e finalmente, nos resultados angariados no retorno produzido por seus representantes escolhidos, ou seja, os candidatos eleitos.

Neste processo, investiga-se também a forma como a charge se enquadra no ambiente informacional de acordo com a cultura do lugar. Procura-se entender, com o auxílio de uma abordagem filosófica, sua emersão como um jogo de imagens até se transformar, do recurso informacional do autor, em um fluxo de percepções sensoriais

Para desenvolver os princípios norteadores deste estudo, o trabalho foi dividido em oito capítulos, todos imbuídos na busca de propostas que ajudem a compreender a charge como recurso informacional utilizado na condução dos processos políticos e eleitorais brasileiros.

Dessa forma, o capítulo 1 trata da introdução com os conceitos abordados no desenvolvimento da pesquisa; da ideia primordial que deu origem ao interesse pelo assunto e a fundamentação teórica com seus desdobramentos multidisciplinares.

No capítulo 2, evidenciam-se as questões que abrangem as charges no contexto da Ciência da Informação (CI); a charge no mercado editorial; a informação

política eleitoral nos meios de comunicação; a noção de leitura, quando se trata da informação procedida da charge e, na finalização do capítulo, uma reflexão no entorno da charge enquanto informação percebida a partir da construção da imagem do candidato. Nesse ínterim, nos argumentos circulares resultantes desses debates, faz-se uma inter-relação analógica, ou seja, uma busca do entendimento do signo e seus pontos de convergências com a Semiótica e a Ciência da Informação.

O capítulo 3 apresenta o percurso metodológico da pesquisa. Faz a demonstração da metodologia traçada para atender as questões relacionadas aos seus objetivos que estão ali evidenciados. Dentro desta proposta, apresenta o objetivo geral traçado deste trabalho, ou seja, a charge como fonte e representação da informação no período republicano do desenvolvimento político brasileiro.

Quanto aos objetivos específicos, estes, são apresentados juntamente com os caminhos para se chegar ao resultado da investigação, tais como:

- ✚ Identificar os processos fenomenológicos envolvidos nos recursos informacionais utilizados nas charges, enquanto fonte de informação;
- ✚ identificar o conteúdo informacional da charge veiculado durante os períodos de eleições no Brasil na era republicana, tanto do ponto de vista da percepção de eleitores, quanto da percepção de candidatos;
- ✚ avaliar o conteúdo informacional veiculado nas charges, durante os períodos de eleições no Brasil na era republicana, e, também, sua influência na decisão do eleitorado.

Com base nos elementos apresentados no capítulo 3, o capítulo 4 faz uma análise da informação em charges no Brasil. Assim, a partir da instalação da primeira república, abrange a era getuliana e segue até aos governos populistas em suas performances, com as quais deixaram as suas marcas.

O capítulo 5, trata dos governos instaurados após o golpe de 1964 com suas figuras presidenciais, juntamente com os símbolos que os identificaram. Assim se reporta ao uso da charge como fonte e representação da informação dos governos exercidos durante o regime militar.

O capítulo 6, se ancora na natureza informativa da charge para uma análise, além de seu discurso humorístico, sobre o processo de redemocratização no Brasil, juntamente com os governantes, de 1985 até 2014. Vale ressaltar, que no final deste capítulo, faz-se referência a um tópico sobre este período no estado da Bahia. Obviamente, ressalve-se, como fato que se pressupõe como uma contribuição complementar, sem a intenção de comprometer o conceito de nacionalidade pré-existente no título da pesquisa.

No capítulo 7, apresentamos o conceito/modelo de Tridimensionalidade da Informação Chargística, como resultado da tese.

Finalizamos este estudo, no capítulo 8, com algumas considerações refletidas sob o lastro construído ao longo do trabalho.

2 AS CHARGES NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (CI)

Le Coadic (2004, p.4) conceitua que “a informação é um significado transmitido através da mensagem escrita por meio de signos e, constituída também, pelas funções documental e a simbólica”. Quando fazemos interpretações históricas da linguagem não verbal, utilizamos um processo consciente de transmissão da informação e associamos classes de fenômenos mediados por códigos culturais. Paralelamente, ele afirma que “a informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente, por meio de uma mensagem inscrita em suporte espacial-temporal”. Conceito de ampla concordância entre os autores da CI.

Processo este, que nos leva a pensar sobre a possibilidade de apreensão de sentidos, algo essencialmente ligado ao real objetivo da informação, por sua discussão semântico-discursiva em conceituar a Ciência da Informação como uma ciência que tem como objeto a produção, organização, seleção, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transferência e uso da informação.

Assim, ao associarmos os contextos de cada época e suas formas de perceber as tendências das transformações políticas e sociais pelo mundo, nota-se que as charges sempre buscaram auxiliar na percepção desses fenômenos em sua forma peculiar como fonte de informação. Tanto por estarem “engajadas em uma luta política que busca esclarecer seu próprio posicionamento frente aos fatos cotidianos e políticos da vida local e internacional” quanto por sua gênese de criticar os fatos, ao tempo em que pode vir a exercer influência nos formadores de opinião pública. (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 8).

Nesse sentido, uma charge poderá mostrar essas associações através de uma linguagem característica ao usar recursos linguísticos na transferência da informação política. O desafio do chargista seria atingir o máximo da compreensão do receptor no mínimo espaço que lhe fosse destinado para expor a sua mensagem. Então, dentro desta perspectiva, seu compromisso como registro da informação culmina na produção de imagens que ajudam a compreender o tempo ao qual se reporta. Tudo isso porque o ciclo informacional iniciado com o autor, e finalizado no consumidor final da informação, só se completa quando o sentido real da charge é assimilado.

Razão pela qual, nas charges, todos “os mecanismos de projeção da enunciação são utilizados para obtenção de efeitos de aproximação ou de distanciamento do sujeito”. Assim, adotam-se perspectivas variadas e assume-se o

que pode ser admitido como verdade. Nesse sentido, ora as charges se identificam “com os diferentes actantes da narrativa, ora deles se afastam observando-os à distância”. Mas, sempre voltadas para a construção do conhecimento, por meio de informações que elas apresentam como um pressuposto da verdade, porém, pela perspectiva do chargista. Lembrando que actante, é cada um dos participantes do processo verbal. (BARROS, 2011, p. 36).

Quanto a esse pressuposto da verdade, recorreremos ao olhar foucaultiano, sob o qual, no discurso político, o que há de mais evidente são os procedimentos de exclusão em sua produção, por onde o interdito soa como o mais familiar, pois, é evidente que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Ele confirma que há um tabu em torno do direito do sujeito que fala e evoca a psicanálise para explicar que o discurso não gira simplesmente em torno “daquilo que manifesta (ou oculta) o desejo”. Em resumo, existem regras para tal procedimento. (FOUCAULT, 2015, p. 84).

Sobre o histórico das charges, Voks (2009, p. 3323) admite que as rápidas mudanças do século XX, seguidas pelo crescimento das cidades, conseqüentemente, com um número maior de alfabetizados, fomentaram o desenvolvimento dos meios de comunicação escritos. Estes perderam seu caráter artesanal, transformando-se em empresas que visavam maior lucratividade. Daí, “seguiram cada vez mais para a viabilização de um produto destinado à comercialização e ao consumo, passando a utilizar uma linguagem mais popular”. Imagens foram adicionadas aos textos “para maior aproximação com as classes menos alfabetizadas”, e com o uso de tecnologias para modernização das charges.

Todo esse processo, contribuiu para o surgimento de meios de representação da informação que pudessem ser entendidos pelo grande público. Assim, Voks (2009, p.3324) sentencia que é “na cultura de massa que a charge ganhou seu significado mais amplo”, quem sabe o de conseguir despertar no leitor um mínimo de consciência ao conectá-lo com o mundo por meio de suas mensagens permeadas de “comunicação visual, não verbal, muitas vezes simbólica ou não explicitada”. Todavia, que inquietam ou, no mínimo, “provocam reações imediatas para os leitores que reconhecem nelas a crítica política ou social”. Um compartilhamento da atualidade pela sensibilidade do chargista.

Para Novaes (2011, p.18), “na perspectiva da semiótica, o ser humano em sua necessidade de representar procura estabelecer símbolos que exerçam tal função”. Já para Santaella (2008), a semiótica é o elemento básico da informação. E, em uma análise final, como um estudo geral de semiose, é, antes de tudo, uma perspectiva, um jeito de perceber, experimentar, contextualizar, e mesmo de entender o mundo e tudo o que está à sua volta. O que vale afirmar que interpretar símbolos

interessa, sobretudo, aos estudiosos dedicados à organização da informação e do conhecimento, mas, por outro, a semiótica também interessa aos especialistas e profissionais da informação pois oferece uma resposta sobre como interpretamos o mundo em nossa volta e de que modo estamos restritos a condições sógnicas que orientam nossas possibilidades de comunicação da informação. (ALMEIDA, 2016, p.5).

Quanto a esta perspectiva, Joly (1996, p. 26) admite que a semiótica sempre existiu e é fundamentada em princípios que “remontam à Antiguidade grega”, principalmente nas áreas de medicina e filologia da linguagem. Lembra que, desde os primórdios da civilização, o homem sempre procurou deixar marcas de sua imaginação através de sinais imortalizados em imagens que rodeiam toda a terra. Assinala que estas imagens “são tanto o reflexo como o produto de toda a nossa história”. Entretanto, ela sublinha que este contexto da semiótica como “ciência que estuda os diferentes tipos de signos e suas interpretações, estabelece sua tipologia e encontra as leis de funcionamento de suas diversas categorias” já é uma ideia mais recente.

De fato, a utilização das imagens se generaliza e, contemplando-as ou fabricando-as, todos os dias acabamos sendo levados a utilizá-las, decifrá-las, interpretá-las [...] Por um lado, vemos as imagens de uma maneira que nos parece totalmente “natural”, que aparentemente, não exige qualquer aprendizado e, por outro lado, temos a impressão de estarmos sofrendo de maneira mais inconsciente do que consciente a ciência de certos iniciados que conseguem nos “manipular” afogando-nos com imagens em códigos secretos que zombam de nossa ingenuidade.(JOLY, 1996, p.10).

Esta proposta, do ponto de vista semiótico, pode ser analisada também pela ótica do pensamento de Foucault (1997, p. 187), quando ele afirma que a leitura é um reflexo da simbolização obtida na busca das analogias formais e das translações de sentidos. Por este raciocínio, ele admite que “o campo de relações que caracteriza uma relação discursiva é o lugar de onde as simbolizações e os efeitos podem ser percebidos, situados e determinados”. Se assim o é, analogamente, pode-se afirmar

que o registrado em um enunciado representado pela linguagem da charge pode ser também considerado como uma fonte de informação com objetivos específicos. Informação esta que pode ser entendida pelos laços existentes entre os fatos circulados na forma imagética e nos contextos existentes nos sujeitos produtores e falantes dos discursos formulados para compor a informação.

De tal modo, em tese, se um texto informativo narrativo, teoricamente, deve se ater a uma coesão textual enquanto código linguístico, a charge, por meio da imagem, com palavras ou não, pode se estabelecer, também, como uma relação semântica entre dois elementos textuais materializados na superfície linguística.

Isto porque a charge também pode, em determinados contextos, assumir o papel de ápice da informação pelo seu poder imagético de transmissão, do que vai além da mensagem escrita e verbalizada. Ainda que ela venha adicionada deste recurso para amplitude do entendimento da mensagem, pois é quando o texto para a charge tem o potencial de ir adiante. A charge sempre avança por um caminho que pode conduzi-la ao desdobramento da informação além da já contida nos enunciados.

Nesse ponto de entendimento, concluímos que as charges possibilitam, ao mesmo tempo, abertura e dinamicidade interpretativa. Quando lembramos de Unsworth e Daly (2011, p. 61), ao observarem que esse modelo de relação linguagem-imagem se desenvolve em torno das noções de “concorrência” e “complementaridade”. Quanto a este último, eles esclarecem:

A complementaridade é um relacionamento onde um novo elemento é introduzido pelo texto ou imagem escrita. Pode ser na forma de extensão; aprimoramento (temporariamente, espacial ou causal); projeção (ideia) e extensão do significado em um recurso semiótico. Pode estar em uma relação de aumento, distribuição ou divergência onde um novo participante ou atributo é introduzido através de um recurso semiótico; distribuição onde a imagem e o texto justapostos constroem uma atividade conjunta e sequencial. (UNSWORTH; DALY, 2011, p. 61).

Estes autores alertam que, no entanto, nem sempre o uso simultâneo dos dois recursos contempla esse caráter de complementaridade. Admitem que pode haver divergências, ou seja, os dois recursos semióticos podem transmitir diferentes significados. Também não devemos nos esquecer que, de acordo com Arbach (2007), para que a mensagem da charge possa atingir esse compromisso de afinidade com os acontecimentos, seja ela acrescida de elementos textuais ou não, é necessário que

esta informação já se encontre em circulação entre o público alvo ao qual ela se destina. De fato,

chargistas dialogam com assuntos midiáticos momentâneos com os quais seus leitores tenham alguma familiaridade. Aliás, apenas os leitores que compartilham as condições de produção constitutivas de uma dada charge podem, de fato, entendê-la. Caso não exista essa cumplicidade, será, praticamente, impossível entendê-la sem realizar um levantamento cuidadoso do momento sócio histórico que motivou a sua produção, comprometendo o efeito de humor pretendido. (BORNEMANN; COX, 2011, p. 420).

Arbach (2007, p. 210) reforça que a charge é a representação gráfica de uma notícia já reconhecida do público, segundo a ótica do chargista, e que pode se apresentar tanto apenas através de imagens quanto combinando imagens e texto. Sua “ocorrência, que opera em cima de fatos reais”, torna imprescindível o conhecimento prévio do tema abordado por parte do leitor para a sua perfeita compreensão.

Gawryszewski (2008, p. 16) chama a atenção para o fato de que a charge, pelo seu aspecto crítico e, também, por ter o humor por elemento, carrega uma “carga de agressividade em sua essência, despertando a consciência crítica do leitor”. Quanto a este aspecto, vale lembrar, que para a compreensão de uma charge há de se conhecer o contexto ideológico de sua mensagem. Principalmente quando a charge não apresenta qualquer adicional de forma escrita como adjutor para o alcance de sua informação.

Na falta deste recurso, a charge pode sofrer variação de “sentido e função de acordo com a época de sua representação. Haja vista que os contextos histórico, geográfico, cultural e social são determinantes para sua significação”. (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 16).

Todavia, sobre a referência de que a charge é categorizada como integrante das categorias de humor gráfico, é consenso que nem sempre ela contempla o riso como complemento do ápice do entendimento da ideia proposta em sua imagem. O que nos remete a Boff (2015, p.1), em seu artigo alusivo ao atentado que matou vários cartunistas do jornal francês *Charlie Hebdo*, em janeiro de 2015. Neste texto ele lembra do poeta satírico francês Jean de Santeul, o qual acreditava que “costumes são corrigidos rindo-se deles”. Assim como Boff ao longo de seu artigo, Gawryszewski (2008) também concorda que, como a charge tanto pode enaltecer quanto criticar um

personagem ou uma ideologia, ela culmina por possuir dois lados que se alternam enquanto fonte de informação. Gawryszewski diz ainda que

[...] presente em nosso dia-a-dia, a caricatura e as demais formas de humor gráfico (charge, cartum etc.) ainda são carentes de estudos teóricos mais profundos. Embora na década de 90 e na seguinte tenhamos um aumento significativo de estudos nos diversos ramos do saber (História, Comunicação, Letras, Educação etc.) que utilizam tais materiais como fonte, eles ainda não foram o suficiente para podermos ter uma base segura para o conceito de caricatura e das demais formas de humor gráfico, em especial nas diferenças intrínsecas entre elas. (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 8).

Dentro desta concepção, o primeiro cuidado que devemos ter antes de estabelecermos parâmetros para o entendimento dos estudos semióticos, como se faz nesta discussão do tratamento das charges à luz da Ciência da Informação, é o mesmo que devemos ter quando damos um caráter introdutório sobre qualquer investigação científica: o de identificar o seu caráter epistêmico. Assim, quando fazemos interpretações a partir de um viés de representação histórica, caso deste trabalho, utilizamos um processo de transmissão da informação por onde associamos classes de fenômenos mediados por códigos culturais. (SANTAELLA, 2008).

Ao seguir por este caminho, entendemos que estudos em torno dos aspectos críticos da análise conceitual das charges, em seu peculiar papel informacional, tem na Ciência da Informação o alicerce para o ponto de partida que está no entorno do objeto investigado. Principalmente por que este tema aborda a informação que tramita na via do conflito, comum ao ambiente informacional das instituições políticas. Que se confirme isto no teor das mensagens das charges, elas estão sempre envolvidas nessas ações. Como representação e fonte de informação, por mais imparciais que pareçam, contém ideologias na sua essência, com informações das quais seus habituais leitores costumam se apropriar para formar a base de suas opiniões.

Dentro desse processo, quando se incorpora essa relação ambígua de humor e conflitualidade no tratamento semiótico da informação, lembramos que Almeida Junior (2009, p.97) adverte que “há uma interferência no ato de mediar uma informação porque, a informação, contrariando o conceito aceito majoritariamente na área, está sendo empregada como criadora de conflitos”. Admite que só estes “viabilizam a transformação do conhecimento”. Dando continuidade a esse raciocínio, ele complementa que “a informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas”.

Concluimos, então, que essa impossibilidade de total compreensão dos sentidos dos contextos de cada época, dessa forma de perceber as tendências das transformações políticas e sociais, pode ser afastada pelas charges, em seu atributo de proporcionar a percepção de um mundo em seu caráter peculiarmente semiótico. Pois é certo que semiótica é percepção o tempo todo, e, portanto, é informação, que entra por todos os sentidos, o tempo todo.

Para esta questão, Almeida (2016, p. 16) assegura que “um produto resultante do processo natural do signo é a geração de interpretantes *ad infinitum*”. Para ele, “o processo de semiose sempre irá gerar algum interpretante, seja convergente ou divergente, àquele presente na relação sígnica de base”. E, em relação à charge, no que se pode fazer uma analogia desse seu ponto de vista, entende-se que a mensagem do autor se multiplica no imaginário do leitor muito além dos pressupostos teóricos que seus repertórios informacionais podem aferir.

Isto posto, imprevisíveis e infinitas são as interpretações que serão possibilitadas pelas charges. Como imprevisíveis e infinitos também serão os níveis de conflitualidade (convergências e divergências) que permearão o entendimento do fenômeno informacional do material a ser analisado. Quanto aos conflitos, estes poderão surgir quando o leitor decompor a imagem em seus aspectos que produzem a informação, a partir de sua própria forma de entender a mensagem do chargista.

Sobre esta questão, Henfil (2014, p. 25), acerca do processo de criação, admitiu que mesmo que o chargista queira dar o curso ou um rumo a um personagem não vai adiantar, porque ele, “o personagem, é quem decide como é que vai ser o rumo da coisa. A receptividade é que vai dar o curso”. Do que se pode afirmar, então, que o resultado final dos vários fenômenos informacionais que podem estar envolvidos em uma única mensagem será construído pelo receptor (leitor), e não pelo emissor (chargista) da mensagem. Entende-se, a partir desta mensagem, que alguns detalhes podem ser explorados e até atender às intenções dos autores, mas, ao final, o caráter de aceitação, entendimento ou conflitualidade da informação vai depender mesmo é do receptor, de suas leituras e experiências anteriores sobre o tema abordado.

Contudo, voltando à questão do humor contido nos textos verbais e/ou não verbais das charges, cabe aqui a visão de Possenti (2013, p.81). Para este pesquisador, que tem o humor como seu objeto de análise, é a “vitalidade dos discursos humorísticos que garantem a subsistência e, até mesmo o fato de terem

vindo à existência, um tipo de discurso [que] veicula sentidos censurados ou proibidos”. O que ele considera mais relevante ainda é perceber quando estes sentidos ganham vida, justamente por estarem enquadrados neste tipo de discurso.

Possenti (2013, p.81-90) ainda enfatiza que não só “as piadas, (mas também outros tipos de textos humorísticos) constroem-se sobre esses lugares comuns e estereótipos”. Ou seja, trazendo esse seu pensamento para o universo da charge, considera-se que “não são as piadas que as constroem. Elas só as exploram de novo ao seu modo”. Em suma, como “texto humorístico”, trata-se a charge de “um outro olhar”, cuja percepção admite relação pluralizada para maior aprofundamento no processo de apropriação da informação.

2.1 PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA CHARGE POLÍTICA

Segundo Gawryszewski (2008, p.14), estamos “engajados em uma luta política que busca esclarecer seu próprio posicionamento frente aos fatos cotidianos e políticos da vida local e internacional”. O que nos leva a crer que estamos vivendo em um tempo que não se enquadra no termo de raridade, encontramos pessoas que são, ou se sentem, reconhecidas pela sociedade como formadoras de opinião.

Assim, em sua trajetória de informação imagética, as charges buscam tirar o máximo proveito dos recursos informacionais disponíveis para realizarem o ato “de denunciar; de mostrar a realidade, de conscientizar”. Estes são argumentos também apresentados “pelos estudiosos da imagem, para demonstrar a importância política” das mensagens não verbais, tão importantes quanto as verbais. Seriam ações conjuntas (chargistas e sociedade), em vista de um objetivo almejado: informar para atingirem grandes objetivos políticos.

Entretanto, para atingir essa meta, segundo Dallari (1984, p.50), é indispensável que cada um desses atores seja conscientizado de sua importância no cenário político. Como forma de participação política, ele cita “os casos de pessoas que atuam organizadamente em determinada área e que em certos momentos” são convidados a participar do processo político, mesmo sem terem, a priori, desenvolvido algum tipo de conhecimento político mais profundo. Não leem textos, muito menos imagens. Em atuações inconscientes, ele afirma, que isto “é o que acontece com os membros de grupos comunitários que não pertencem a partidos políticos e que, em uma dada ocasião, são chamados a participar de uma disputa eleitoral”. Seja para

ajudar um partido, um candidato, pela contribuição que sua imagem possa vir a dar, ou, por ter a posse de informações que interessam, ainda que sejam vagas.

Neste ponto de entendimento da informação proporcionada via recursos da representação por imagem, pode-se dizer que mesmo que porventura esta venha a deixar ao fundo algo que possa ser interpretado como vago, não seria assim considerado do ponto de vista da análise semiótica. Segundo Cardoso (2012, p.3), é certo que “o vago está sempre referido à existência de indivíduos precisos e envolve, sobretudo, a impossibilidade de determinar as condições de verdade de uma ocorrência ou proposição”. É como já salientado: não há controle depois que um texto ou um personagem sai em busca de seu leitor.

No que Gawryszewski (2008, p. 19) traz à lembrança que uma caricatura do rei Luís Filipe de França que transformava a cabeça do monarca em uma pera tornou-se, em sua época, referência naquele país. Por ter sido alvo de processo, o chargista foi condenado a pagar multa. Naquele episódio, a charge mostrou sua força como informação política, uma vez que pera, *poire*, em francês, tem um sentido pejorativo, pois significava tolo na gíria entre os franceses. Algo que não foi considerado vago.

Assim, historicamente, segundo Nery (2006, p. 31), nota-se que essa proposta de modificação do formato informacional se deu a partir da virada do século XVII para o XVIII. Época em que ocorreu a difusão da caricatura na Europa, em decorrência de “uma tradição de propaganda política através de peças gráficas”, o que já se fazia presente em panfletagens realizadas entre os séculos XVI, na Inglaterra, e XVII, na Holanda e na França.

Dessa forma, a conotação assumida pela charge no momento da sua aproximação semântica com a caricatura introduziu-a na trajetória da comicidade, ainda hoje percorrida, por meio dos vetores do exagero e da crítica derrisória. Transformou-a em poderoso arsenal político, cuja mira passou a fitar especialmente governantes e personalidades públicas. [...] os objetivos precípuos da crítica política mantiveram-se como aspectos distintivos da charge. (ROMERO, 2014, p.26).

Para Eco (2015, p. 18), quem lê assiduamente aprende a distinguir abordagens distintas. Neste caso, sabe-se que ler as informações contidas nas charges exige habilidades, mesmo para aqueles que acompanham, cotidianamente, os acontecimentos políticos. No caso aqui, seriam habilidade na leitura de mensagens subliminares, repletas nas charges. Exemplo disso encontramos nos editoriais e charges do jornal baiano *A Tarde* nos dois dias subsequentes à votação para o

impeachment da então presidente do Brasil, Dilma Rousseff, em abril de 2016.

Para um observador mais atento, notou-se que, enquanto nos dias anteriores do impeachment os textos de capas de alguns periódicos referiam-se amplamente ao contexto político efervescente do momento, houve uma trégua nas abordagens políticas para os pontos mais eletrizantes após a conclusão do processo de impeachment. Porém, enquanto as intervenções textuais pareciam sob um certo controle, nas charges, o enfoque político continuava ocupando seu espaço com toda a sua efervescência. Quando a informação para chegar ao público precisa de vigilante controle, reportamo-nos a Bobbio (2015, p. 47), ao fazer a inquietante e clássica pergunta provinda da “filosofia política: [*quis custodiet custodes* quem vigia o vigilante, quem cuida do cuidador]?” E qual seria a resposta a não ser que

de algum modo, do problema atualíssimo do acesso à informação que é uma das formas que um Estado democrático reconhece aos cidadãos” ou considerados *uti singuli* ou tomados em seu conjunto como um ‘povo’ de vigiar os vigilantes. (Bobbio, 2015, p. 47).

Ora, o mesmo Bobbio (2015, p.10) vai mais além ao contemplar-nos com uma reflexão acerca deste Estado cujas informações pertinentes aos seus cidadãos, de tão ocultadas, geram dois tipos de governos para um mesmo país: “um visível e outro invisível”. Dentro deste contexto, ele afirma que o visível “é o governo sobre o qual os cidadãos leem nos jornais e que as crianças estudam nos textos escolares”. Já o governo invisível seria a “oculta máquina que administra a política” por meio de um “poder oculto aninhado no fundo falso do Estado democrático”. No que julgamos que a charge tenha a intenção de alcançar esta lacuna informativa da sociedade dando o seu arremate informacional.

Todavia, quando acompanhamos as opiniões de alguns leitores (vigilantes) sobre determinadas charges circuladas em alguns suportes, tanto físicos quanto virtuais, notamos que por vezes seus autores não alcançam unanimidade na compreensão em torno das questões levantadas. Quanto a isso, existe a máxima repetida por aqueles que não conseguiram passar informação através de sua obra: a de que não entenderam a sua proposta.

Assim, em sua construção da informação, o chargista vai abrindo caminho com seus signos. Provocam um diálogo interativamente provocador com a sociedade, por meio de outros ângulos além da forma verbal, oral ou escrita.

Por essa linha de pensamento, Lemos (2006, p. 4) afirma que “charges são mais que meras ilustrações ou fontes de informação a que se pode recorrer para produzir conhecimento original”. Na sequência, ele admite que “como qualquer construção humana, a narrativa histórica contida nas charges tem a marca do individual e a do coletivo no conteúdo, na forma e na exposição”. De fato, se fizermos uma pesquisa comparativa das charges através dos tempos, veremos que a sua trajetória informacional trilhou os mesmos caminhos da irreverência. Sempre na mesma expectativa de atrair simpatizantes para a ideia defendida por seus autores, que, por sua vez, “buscam, hoje mais do que antes, o uso do modo semiótico visual nos *layouts* dos jornais” em lugar de textos.

Esse modal de leitura e apreensão da informação pela imagem é realizado por meio de processos caracterizados segundo a linha da semiótica social proposta por Carvalho (2001, p. 67-73), ao admitir que há proeminência dos processos mentais que envolvem o receptor em sentimentos, pensamentos e percepções. Portanto, relativos à representação do nosso mundo interior e de sua forma de perceber o mundo exterior.

No que Santos e Pimenta (2014, p. 299), enfatizam que por seus novos paradigmas, quem produz um signo escolhe o que considera ser a representação mais apropriada do que se quer significar, pois seu ponto central recai “sobre o processo de produção e recepção do signo”. Então elas concluem que, a partir desta premissa, “na Semiótica Social o foco está na forma como as pessoas usam os recursos semióticos para produzirem artefatos comunicativos e eventos para interpretá-los”. E ao trazer este pensamento para o campo da Ciência da Informação, lembramos da contribuição significativa de Barreto (1994, p.2) quando enfatiza que “a produção da informação, definida por nós como estruturas significantes, operacionaliza-se através das práticas bem definidas”. Nesse caso, é bom pensar em termos de que há exigência de critérios bem definidos para essas atividades quando tratamos das charges.

Cabe aqui, também, a advertência de Barreto (1994, p. 2) de que “este repositório de informação representa um estoque potencial de conhecimento e é imprescindível no âmbito da transferência da informação”. É um cuidado que se deve ter quando não se sabe ao certo quais as finalidades que podem estar implícitas na produção da charge política. Ainda mais quando se trata de abordagens jornalísticas, pois, afinal, segundo Pereira (2010, p. 440), sabe-se que os produtores de informação,

inclusive das charges, devem, *a priori*, respeitar os conceitos ideológicos de seus órgãos mantenedores. Estes, por sua vez, “defendem os interesses dos grupos políticos aos quais pertencem”, não os contextos sociais e culturais de seu público eventual. O que, finalmente, vale também lembrar, não serem raros os casos de chargistas demitidos de seus empregos por não produzirem em seus trabalhos informações com mensagens compatíveis com a pauta ideológica de seus empregadores.

2.2 A CHARGE NO MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO

Se buscarmos, encontraremos alguns títulos na linguagem representativa das charges, mas não encontraremos publicação em larga escala. São tiras mínimas em sua maioria. São publicações que demandam árduo trabalho para atingirem níveis razoáveis de circulação no mercado. Só nomes já consagrados o conseguem. Vejamos entre outros, o caso específico dos livros.

Quem acompanha as políticas de ações em prol do livro e leitura certamente reflete: se já é difícil perceber a implantação de ações públicas para a criação de sistemas de implementação, no campo editorial, em linguagens gráficas que vise a constituição de um país de leitores, quem irá assumir investimentos na área de publicações de linguagens específicas? Como é o caso das charges.

Enquanto refletimos sobre esta questão, partimos para um quadro comparativo com outros países que apresentam números pelos quais Lindoso (2005, p.1) afirma que “em 1990 a população brasileira somava 147 milhões e a indústria vendeu 212,2 milhões de livros (1,44 exemplar por pessoa). Já treze anos depois, a indústria do livro vendeu 225,8 milhões de exemplares, para uma população de 179 milhões (1,42 livro por pessoa)”. Percebe-se então que, em relação aos países desenvolvidos, o Brasil, segundo este autor, se encontra em um poço, enquanto “nos Estados Unidos são produzidos 11 livros per capita ao ano e, na França, sete”. Sobre estes números de cunho internacional, é claro que sempre existe o argumento difundido, mas, não comprovado, de que a produção brasileira é relativamente menor porque a renda das pessoas é, também, muito inferior. Mas, em resumo, fica para comparação o registro de Mello (2012, p. 429-473), de que a evolução do mercado editorial brasileiro se deu graças ao apoio oficial à produção do livro didático, somada também à representativa participação da produção de livros para o mercado religioso e auto-ajuda.

Ora, sabemos que o leitor do livro didático passa pouco tempo com seus exemplares. Mesmo assim, no tocante ao desenvolvimento das leituras das charges, isto representa um exercício em potencial, uma vez que esse recurso imagético tem sido largamente utilizado como parte dos elementos textuais da literatura escolar. No que vale aqui, fazer o registro da obra *Português: linguagens*, de William Roberto Cereja, v.1, do ano de 1999. Nesta obra, há um total de 51 charges distribuídas em 374 páginas que, em sua maioria, estão voltadas para as questões políticas e sociais.

Pode-se então fazer uma reflexão a partir da questão levantada por Varela (2007, p. 152), quanto ao nível de compreensão dos textos escolares como um todo. Ela sublinha que no Brasil os leitores destes textos, do ponto de vista do mundo globalizado da atualidade, “ainda não alcançaram patamares adequados de entendimento com o momento histórico em que estamos vivendo”. Ela cita como um dos principais órgãos de difusão dessa informação o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) relativo ao ano de sua pesquisa. Trazendo esta discussão para o contexto das charges, enquanto parte de alguns destes materiais literários, resta a indagação de como ficaria a compreensão deste modelo de publicação frente a dificuldade para interpretação até de um mínimo texto.

Dentro desta perspectiva, Carvalho (2011, p. 68), em sua proposta de análise de textos multimodais, conclui que ao longo da história da semiótica social e da comunicação visual, suas “estruturas são utilizadas por produtores contemporâneos de imagem para produzir significados”. Ela ainda enfatiza que essa concepção, em torno dos sistemas de significados potenciais da linguagem, nos leva à compreensão de que há “uma série aberta de escolhas semânticas que estão diretamente relacionadas com os contextos sociais em que a linguagem é utilizada”. Na verdade, existe mesmo uma “tentativa de encontrar aos quais propósitos a linguagem está a serviço”. O que cabe ao interpretante desvendar. Mas estaria o mercado editorial disposto a continuar insistindo no investimento deste modelo de publicação?

Uma resposta para esta pergunta, e que poderia estar relacionada às práticas informativas das charges, gira em torno de um projeto de contribuição via diversas instituições que disponibilizam publicações digitais. Posto que no mercado editorial já se encontram modelos de assinaturas desse tipo de publicação.

Nesse caso, faz-se necessário trazer para o centro dessa discussão uma das formas de promoção da leitura, que são as bibliotecas. Quando o assunto gira em torno do impacto dos livros digitais em bibliotecas, com seus modelos de assinatura de

publicações, Serra (2014, p. 49 e 126) afirma ser cansativa essa relação por ela estar em um momento conturbado de discussão. Contemporiza que, se de um lado, as Bibliotecas admitem necessitar dessa mercadoria digital, “para a continuidade de sua relevância como espaço de promoção da leitura e circulação de informação registrada”, também admite que as editoras estejam um tanto cautelosas “com a questão da pirataria e da perda das vendas do produto com o modelo de gestão adotado pelas bibliotecas”. Ele define as políticas de aquisição como restritivas.

Todavia, o que está em questão nessa discussão quanto às possibilidades de ampliação do mercado editorial voltadas para as charges é que, no momento em que essas discussões forem se resolvendo, veremos uma elucidação dos conceitos de modelos de livros digitais também voltados para este setor.

É claro que isso seria benéfico para a ampliação dos suportes da informação chargística que poderiam, assim, proporcionar uma oportunidade de aumento tanto das fontes, quanto do uso das informações advindas desse recurso informacional. Junte-se a esta discussão que textos em torno de assuntos mais conflitantes poderiam ter seu caráter informativo atenuado quando acrescido de ilustrações que pudessem diminuir o impacto dos pesados aspectos regimentais que o envolvem. A exemplo da obra *Diretas Já*, do autor Alberto Tosi Rodrigues, que discorre sobre um delicado período político brasileiro, o regime militar. Ilustrando-a com dezenas de charges, o autor quebra as nuances sombrias que permeiam aquela fase, tornando sua leitura mais suave e interessante.

O resultado foi convertido para uma abordagem que apresenta todo o impacto da dinâmica dos atores pró-Diretas, tanto do segmento moderado, quanto dos representantes das diversas formas de manifestações envolvidos na campanha, com vistas a prender o leitor. Este, ao mesmo tempo em que lê os textos, pode recorrer às charges, desencadeando, assim, uma interação perfeita do entendimento das questões apresentadas e intercaladas entre si. Sempre lembrando que isso, invariavelmente, ocorre de acordo com o repertório informacional prévio de cada leitor. (RODRIGUES, 2003).

2.3 A INFORMAÇÃO POLÍTICA ELEITORAL NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

No dia 27 de julho de 2015, às 08hrs55min, o âncora do noticiário da Bandnews, Ricardo Eugênio Boechat, discutia com outro jornalista assuntos políticos pela ótica

de uma charge que circulava naquele mesmo dia em um jornal de grande difusão no sul do Brasil. Quem prestou atenção aos detalhes que o radialista apresentava pôde compreender e fazer um retrato fiel da imagem, mesmo aqueles que não tiveram acesso à cópia do material informativo divulgado no programa. O que também pôde ser acompanhado ali foi algo que, mesmo na tentativa de percorrer o caminho da comicidade, acabou deslizando para o canal de reportagem de cunho informacional mais sério. De fato, o assunto daquele quadro do programa girava em torno de informações de profundas reflexões relativas ao momento político brasileiro, alvo de grandes intervenções midiáticas desde as eleições de 2014.

Já no dia 15 de agosto de 2015, o jornal *A Tarde*, periódico impresso de Salvador (BA), publicou, em sua seção “Espaço do Leitor”, a seguinte opinião de um de seus leitores: “as geniais charges [que] Simanca, Cau Gomes e Bruno Aziz escrevem, dizem mais que mil palavras”. Para este leitor, as charges publicadas no jornal “falam tanto quanto os editoriais do jornal e dizem tudo”. No entanto, neste mesmo jornal, houve também leitores que alegaram não entender algumas charges. Os exemplos apresentados confirmam a capacidade da linguagem contida na charge em tramitar, ou mais que isso, de aprofundar os níveis de compreensão e discussão da mensagem.

Vamos analisar um pouco mais de perto as situações apresentadas nestes dois parágrafos anteriores, em especial ao que se refere aos significados das charges. Segundo as observações apresentadas, há um público que se revelou como assíduo leitor deste espaço do jornal. Souza (2014, p.15) define que “a linguagem é formada pelos enunciados, as coisas são anunciadas e têm suas identidades anunciadas pelas palavras”. No que então pode-se recorrer, mais uma vez, ao pensamento foucaultiano acerca do pressuposto da “linguagem como uma fina lâmina que corta a identidade das coisas mostrando-as irremediavelmente duplas e separadas delas mesmas em sua repetição”. Ora, voltando à proposta daquele leitor do jornal soteropolitano, ele admite que lê tanto os editoriais quanto às charges do jornal, e que a completude de ambos se associa para formarem a base de sua compreensão dos enunciados.

Então, acrescente-se que, “há a coisa e há o enunciado que a duplica, mas, ao mesmo tempo é algo diferente”. E é esse algo diferente que pode ser constatado por quem se dedica a fazer as duas leituras simultaneamente.

No bojo destas questões, é bom que se lembre ainda que alguns programas de televisão, principalmente noticiários, tem utilizado também inserções diárias de

charges em suas programações. Isso influi para o aumento das ações reflexivas e de atuação da coletividade, por meio das charges, por seu poder de penetração nos diversos setores sociais, pois que, segundo Mattelart (2006, p. 171), pode-se constatar que “o vocabulário da sociedade da informação se impôs como um logotipo da assim chamada globalização”. A marca de uma era, por assim dizer.

No tocante a esta última visão, que remete para o viés do contexto virtual, do qual falaremos adiante, o que se pode constatar é que estudos sobre eleições, por seu contexto que envolve todos os níveis da informação, apontam sempre em direção às discussões que estão voltadas para a preocupação com as transformações das informações e das tecnologias da informação e comunicação que a cercam. No caso aqui, a própria alternância de poder, em si, gera distintas visões em um mundo cada vez mais conectado em redes. O que tem se tornado em um princípio cada vez mais intrínseco tanto para inserção quanto para manutenção dos regimes democráticos. Com a informação mediada também com o auxílio das charges.

Mas antes de passarmos para o próximo tópico, façamos uma análise do relato de Figueiredo (2004, p. 77) sobre um caso ocorrido em 2003, antes da explosão do contexto virtual nas eleições brasileiras. Em seguida faremos as comparações deste acontecimento pela ótica do contexto antes e depois da era virtual. Este advogado e publicitário, atuante durante o governo Fernando Henrique (1995-2003), conta que um integrante de um ministério “irresponsavelmente vazou para um jornalista uma minuta ainda não aprovada do que ainda viria a ser documento”. O fato, segue a narração, poderia causar repercussão na decisão de mais de 100 milhões de eleitores em 2003. Um ato que gerou ali, na verdade, um impasse pelo teor de sua arbitrariedade.

Na sequência, Figueiredo relata que, nos dias seguintes, os envolvidos no vazamento terceirizaram a responsabilidade da imprudência para a própria imprensa, a qual, segundo eles, deveria ter mais cuidado em disseminar informações ainda não protocoladas como oficiais. Um dos envolvidos, reconheceu sua atitude deliberadamente errônea e concordou que havia falado em demasia.

Casos como o que foi citado, se fosse no contexto do mundo digital da atualidade, quando a informação corre mais célere, o ditador, que atende pelo nome de visualização, entraria no jogo de disputa de usuários e a repercussão do caso teria um alcance quase imensurável. Conseqüentemente, as urnas é que resolveriam a questão.

Hoje, o veículo de tinta e papel só se sobrepõe ao digital quando está munido

de documentos fielmente comprobatórios, os quais são exibidos tão sem parcimônia que deixam a sociedade atônita. E apesar de ser dito que quando o governo é bom, não tem rádio, televisão, site ou jornal que o derrube, vale a pergunta: Será? E a manipulação da informação de acordo com o interesse de seus mediadores, conforme registro da charge seguinte?



Fonte: Bem Blogado (2014) <http://bemblogado.com.br/site/governo-dilma-destruiu-economia/>

Entende-se que nenhum destes seguimentos, universalmente, estão completamente desprovidos de ideologia, a qual é dedicado fielmente seus espaços de interpretação do poder, especialmente na era digital, como veremos a seguir.

2.3.1 Propaganda política na era digital

A visão que Saracevic (1974, p.62) teve para a época em que estamos desenvolvendo nossos comportamentos informacionais, apesar de há mais de quatro décadas, confirma sua expectativa do que hoje vivenciamos em torno da criação e aplicação da tecnologia da informação na era da informação. Principalmente sobre o modo como ela poderia afetar o desenvolvimento da informação como utilidade pública. Evidencia-se que grandes investimentos não foram poupados nesta área e os “custos e benefícios econômicos (positivo-negativos) são enormes”. Barreiras políticas e sociais foram rompidas. Decisões, igualmente políticas, amplamente difundidas, não teriam seu conhecimento possível pela maioria da população, “em nível nacional ou internacional”, não fosse a grande cadeia de comunicação formada pelos sistemas de informação.

Figura 2: As campanhas na era digital



Fonte: Canarim (2012) <http://eradigitalinfo2012.blogspot.com.br/p/charge.html>

Todavia, tal como a ideia transmitida na figura 2, também Saracevic argumenta acerca das barreiras enfrentadas para a “compreensão intuitiva da informação”. Diz que por este fenômeno, as pessoas “usam a informação com ou sem uma compreensão formal”, ou seja, estabelecem estruturas próprias de entendimento dentro de seu mundo diário. Assim, estes usuários da informação, que não utilizam elementos dentro de um mínimo de compreensão, uma vez combinados entre si, interagem para produzirem seus próprios conjuntos de propriedades. Tal e qual os profissionais da charge acima (fig. 2) tomaram a decisão de usar todas as tecnologias disponíveis para uma campanha, mas, ao final, desconheciam, dentro das diversidades de combinações, as que seriam mais adequadas para a tarefa. Tampouco a funcionalidade e compatibilidade com suas reais necessidades de comunicação. Este exemplo, apesar de não está dentro do contexto político, consegue traduzir o que acontece também em campanhas eleitorais. (SARACEVIC, 1974, p.62).

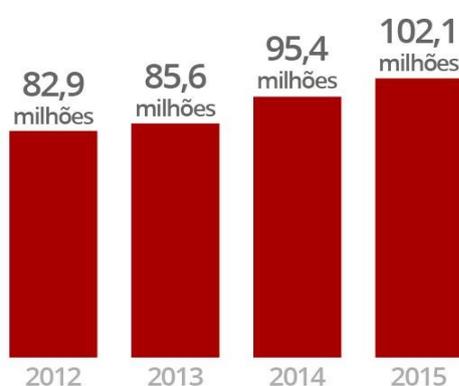
Dos argumentos apresentados, conclui-se que, nesta era digital, deve ser apresentado ao usuário final de sistemas de informação estruturas significativamente organizadas para orientá-los em um mundo no qual não mudou o conceito da informação como “fator vital, tanto para subsistência dos indivíduos como da sociedade”. São perspectivas que devem ser observadas, principalmente no domínio das questões públicas, ou que visem diretamente os interesses da coletividade. (SARACEVIC, 1974, p.57).

Referente à importância da informação e de seu contexto virtual na atualidade, no caso específico do Brasil,

o total de pessoas com mais de 10 anos que se conectaram cresceu 7,1% naquele ano, em relação a 2014. O acréscimo de 6,7 milhões de usuários à população brasileira na internet fez esse contingente saltar para 102,1 milhões. Com isso, em 2015, subiu para 57,5% a porcentagem da população brasileira que navega na rede. No ano anterior, havia sido a primeira vez que mais da metade das pessoas se conectaram à internet. Atingiu o patamar de 54,4%. Foi também em 2014 que o total de domicílios online ultrapassou a barreira dos 50%. Chegou a 54,9%.¹

Tabela 1 – Brasileiros na Internet

População brasileira online
Brasileiros na internet superaram os 100 milhões



FONTE: Pnad 2015 (IBGE)



Infográfico elaborado em: 24/11/2016

Fonte¹: G1 (2016)

Nestes dados, em que o Brasil aparece como grande consumidor de produtos digitais, induz ao raciocínio de que este comportamento virtual do brasileiro, deveria ser aproveitado para a implementação de políticas públicas mais direcionadas aos programas com vocação para a inclusão social e de formação para a cidadania. O que, conseqüentemente, contribuiria para a democratização dos processos sociais e eleitorais do país.

Mas, sobre este aspecto, segundo Jambeyro (2013, p. 9), o Brasil ainda tem muito que se desenvolver. Primeiro, na relação entre o homem e as máquinas digitais. Segundo, “entre o homem, as máquinas digitais e o mundo político onde a informação, as comunicações e a informática passaram a ocupar um lugar central nos processos políticos e eleitorais”, imprescindíveis, na verdade.

¹ Disponível em < <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/11/brasil-supera-marca-de-100-milhoes-de-internautas-diz-ibge.html>>. Acesso em 02 jul. 2018.

Já pelo argumento de Pinho (2012, p. 10), este é “um terreno pantanoso”. E, dentro dessa discussão, ele aponta que “o mundo contemporâneo tem sido marcado cada vez mais pelo uso e mediação de artefatos digitais”. Uma era completamente envolta na internet e computadores. Algo inexistente em um passado nem tão distante.

Ainda nesse sentido, Marques (2013, p. 267) traz sua contribuição ao dizer que “parte da literatura otimista que considerava a internet transformadora das relações entre representantes e representados, vai dando lugar a um discurso analítico mais convencido de que os *media* digitais são instrumentos” com mais usos do que aqueles que normalmente lhes são atribuídos tais como banners em sites, anúncios feitos através do Facebook ou comerciais que antecedem vídeos no Youtube, entre outros. Também admite que o papel que os *media* digitais passaram a desempenhar na captura de votos, proporcionou mais uma alternativa para os candidatos recorrerem “na intenção de estabelecer um contato mais direto com o eleitorado”. Afinal, com esses recursos existe a possibilidade de se chegar mais perto do público pretendido.

Em resumo, dessas análises que provêm de trabalhos que examinam as novas configurações que as tecnologias digitais trazem para o jogo político-eleitoral, e no que se refere à transmissão de informações no ambiente digital, certo é, que hoje, qualquer pessoa munida de um bom dispositivo móvel, pode captar a informação e disponibilizá-la para a maior parte do mundo. Salvo claro, alguns países que ainda censuram, delimitam ou até mesmo proíbem o uso da internet.

Enfim, Marques (2013, p. 268) afirma que as relações que envolvem a disputa pelo poder político ganham uma dimensão distinta daquela testemunhada nas plataformas tradicionais. No entanto, mesmo diante desse conjunto relevante de enunciados, deve-se considerar a opinião de Borges (2009, p.9) ao admitir que, “por outro lado, se a Internet representa a maximização da liberdade de acesso, o uso da informação, como todo acréscimo de liberdade às responsabilidades”, pode também supervalorizar:

- a capacidade de usar eficientemente mecanismos de busca, considerando um ambiente de hiperinformação;
- o discernimento entre informação relevante da maliciosa, incorreta ou incompleta;
- a compreensão das inter-relações entre os fatos;
- a organização de informação dispersa para construir sentido;

- o entendimento de que o conteúdo disponível hoje pode não estar amanhã.

Além disso, Pinho (2012, p. 15) adverte também sobre “os dados da realidade brasileira deste suposto cidadão digital”. Ao dimensionar os limites e possibilidades de atuação política deste cidadão na internet, ele admite que, “ainda que limitados”, estes dados “não podem ser vistos com desalento, mas, sim, como alerta para políticas públicas mais inclusivas”. O importante a se extrair dessa visão da condução da informação nas campanhas eleitorais brasileiras condiz com o enunciado de Braga (2013, p. 215), ao apontar para o surgimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NITICs) a partir dos finais do século XX, como canais de interação que exerceram grande impacto nas democracias parlamentares eleitorais.

Para Silveira (2000, p. 85), “a posse de informações sempre foi elemento determinante do poder a ser usada em suas várias manifestações”. Cabe aqui, no caso do tratamento em seu aspecto eleitoral, refletir junto com ele no tocante à sua reflexão de que “a participação do cidadão acontece na proporção em que ele acredita em sua própria voz e tem canais adequados para sua manifestação”. O que remete para a necessidade de iniciativas públicas no que se refere à interação do cidadão no meio digital para fins de participação política.

Que se leve em conta que não se trata aqui do Estado utópico idealizado por Thomas More, no qual ele coloca como alicerce a igualdade e o respeito em suas diversas formas. Um mundo onde a inexistência da propriedade privada e de moeda concorre para que seus habitantes vivam para o exercício do bem comum. Que promove a inexistência da degradação moral, já que não há abuso de poder e a exclusão social em todos os seus desdobramentos. Enfim, no Estado de More, a paz e a liberdade de pensamento são a base de suas condutas dentro da sociedade. Já aqui, tratamos de um código que deveria existir para reger o ambiente informacional, em conformidade, claro, com a amplitude dos regimentos institucionais, e sujeito às necessidades das sociedades democráticas dentro de um mundo real não utópico.

Ainda acerca deste ambiente informacional atual e seu controle sobre o universo político, Silveira (2000, p. 86) também reflete sobre “esses novos recursos tecnológicos como instrumentos democráticos” para auxiliar na inserção da sociedade na “arte de governar”, para que, assim, ela possa “exercer controle sobre os governantes”. Ao tempo, em que também em que adverte, sobre o controle que as entidades políticas têm exercido sobre o cidadão social por meio dessas novas

tecnologias. Afinal, quando se trata de eleições, lembramos que até pela própria alternância de governantes, pode advir novas situações que logo se inserem na sociedade neste contexto de mundo globalizado. Ao que vale ressaltar o que Santaella (2008, p.43) observa sobre o dever de não nos esquecermos de nossa responsabilidade neste “ato de interpretarmos” esses “diferentes papéis” que podem surgir a cada mudança política.

De fato, há uma grande questão que norteia as crenças desenvolvidas em torno desta era digital. Trata-se do uso de seus recursos para o desenvolvimento político eleitoral brasileiro, pois, no mundo das narrativas populares, a questão da informação já ganhou diversas interpretações baseadas nas mais distintas opiniões. O que deu origem a uma infinidade de discursos controversos.

Bem, sabe-se que mudanças no papel social do cidadão é um fenômeno que acontece a cada governo, independente de época. A novidade é que, com o advento do mundo virtual e, conseqüentemente do acesso aos recursos digitais, essas mudanças tomaram proporções quase incontroláveis. Com isto, basicamente, nas campanhas eleitorais atuais nenhum candidato que pretende realmente êxito nessa versão mais explícita e imersiva da vida política se propõe a enfrentar o certame sem se cercar de profissionais reconhecidos nesta área. É sua responsabilidade cuidar da imagem do candidato, e, acima de tudo, cuidar também do perigo que pode estar escondido nos atalhos de uma publicação digital indesejada não interceptada a tempo. O que pode causar muito mais estrago que repercussões em suportes de papel, os quais, por vezes, ficam mais retidos em seus locais de publicação, a não ser quando se trata de veículos de grande repercussão nacional.

Fora isso, segue no invólucro das repercussões locais, mais fáceis de serem administradas, porém, não menos ofensivas e perigosas. O prejuízo maior pode ser colhido nas candidaturas majoritárias. Estas, quando bem assessoradas, mantêm um time com profissionais da informação competentes, os quais tem como principal tarefa oferecer ao seu contratante uma análise qualitativa e quantitativa do noticiário diário. Trata-se do *clipping*, que consiste em transferir tudo o que é publicado ou veiculado em qualquer suporte, físico ou digital, para um arquivo próprio para futuras comparações com notícias anteriores.

Assim, se constrói um histórico, por assunto, do candidato. Todo mundo, a esta altura, conhece a eficácia deste procedimento para o bom desempenho de um candidato que tem boas respostas nas urnas. Na Bahia por exemplo,

A empresa Medialogue, utilizada como referência por grandes veículos de comunicação como fonte sobre o uso de redes sociais, fez um ranking dos prefeitos das capitais mais influentes no Facebook levando em conta os 100 primeiros dias de 2017. Com 460 mil seguidores no Face, ACM Neto (que gosta mais do Instagram) lidera o ranking com nota oito, seguido de João Doria (do PSDB), de São Paulo) e Teresa Surita. (VASCONCELOS, 05.05.2017, p. A2).

Deve-se esperar, portanto, que esse processo de avaliação de popularidade, exerça ainda maior efeito no comportamento dos protagonistas das campanhas eleitorais na era digital. Fica cada dia mais difícil negar esta realidade. Com efeito, concordamos com este ponto de abordagem acerca dessa influência vivenciada na política em relação às interações relacionais no meio digital. Tanto no mundo como no Brasil. Mas, vale aqui o questionamento de Braga, Nicolás e Becher (2013, p. 217):

Afinal, podemos afirmar que o que foi bom para o EUA teve também efeitos positivos no Brasil, ou os políticos brasileiros apenas estão utilizando a internet para difundir mecanismos *top down* de comunicação, reproduzindo as formas usuais de comunicação política e campanha eleitoral? Os candidatos usaram as novas mídias em que grau e com que taxa de sucesso?

Nesse sentido, este mesmo estudo, admite haver um consenso em torno do “fenômeno” Obama como referência no “emprego da internet e das mídias sociais como ferramenta eficaz de campanha e *marketing* político”. No caso das eleições brasileiras, admite-se que, candidatos considerados *outsiders*, têm se arrojado ao jogo político. Eles têm superado “os obstáculos postos pelas burocracias partidárias e pelas grandes máquinas de propaganda”, confiando no poder da internet e mídias sociais. O intuito, claro, é alcançar êxito junto às suas estratégias políticas eleitorais. (BRAGA; NICOLÁS; BECHER, 2013, p. 217).

Sobre esta discussão, a revista Carta Capital, em sua edição de 12 de abril de 2017, na página 18, revela alguns fatos que estão no entorno das futuras pretensões políticas quanto a uma campanha eleitoral, “forjada nas redes sociais”, do candidato vitorioso à prefeitura de São Paulo em 2016, João Doria. Um nome, que segundo aquela visão jornalística, surgiu como fruto da “popularidade virtual” que as redes sociais proveram para ocupar “o vácuo deixado pelas lideranças tucanas envolvidas

na Lava Jato²". A matéria aponta que o desgaste provocado nos candidatos mais conhecidos nacionalmente trouxe à tona este nome, o qual consideravam, à época, "um fenômeno estritamente virtual". Nesse sentido, vale lembrar, que todo esse aparato digital de que o candidato dispunha não representava, materialmente, a exatidão de suas convicções partidárias ou ideológicas. Tanto que, ao longo das tratativas, mudou o rumo de seus interesses, ou do partido ao qual pertence, e migrou de uma pré-campanha nacional para uma estritamente regional.

Marques (2010, p. 103) faz o alerta de que, "o alegado déficit das democracias contemporâneas se apresenta intimamente ligado à distância percebida entre representantes políticos e cidadãos". Instiga a indagação sobre o comando dessas relações intermediadas na amplitude fenomenal da exposição midiática: "quem garante ao eleitor que, de fato, é o próprio candidato" quem administra sua campanha nas redes sociais e em todo canal de comunicação disponibilizadas para esta finalidade?

No que se reporta a interações infocomunicacionais, do atual cotidiano, entendemos que o aumento do uso de sites de redes sociais, pelos candidatos e eleitores, confirma as formulações provindas de Stromer-Galley (2013, p. 31) de que "as mídias massivas podem contribuir tanto para a massificação e alienação da sociedade, quanto para a promoção de uma experiência coletiva". Acontecimento sobre o qual ela admite que "os cidadãos, mutuamente, podem participar e exercer impacto sobre os governos", se assim o desejarem.

Quanto a isso, em acordo com Almeida Junior (2004, p. 76), tal impacto não seria bem-sucedido sem que, antes de tudo, se consiga levar o eleitor a desenvolver um entendimento que o direcione "a uma melhor compreensão sobre a expressão informação pública". A informação deve impactar e concorrer para uma mudança de pensamento, um despertar da consciência. Só assim pode haver modificações nos resultados eleitorais, principal anseio de uma campanha. Pelo que se entende o porquê de se ter maior atenção a ferramentas como Facebook e outras da tecnologia da informação e comunicação. Evidencia-se que hoje elas acompanham o mesmo

²A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve desenvolvida, a partir de março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba. Foram investigadas e processadas organizações criminosas lideradas por doleiros, operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo diversas empresas privadas e estatais.

desempenho convergente da televisão, rádio e periódicos físicos. Evidentemente, por ter conseguido também o poder de “unir os cidadãos em uma comunidade”. Considere-se também, que a plataforma Facebook

é atualmente a maior rede social do Brasil e do mundo em número de usuários. O site é o destino de 72,65% dos internautas brasileiros e possui mais de 65 milhões de perfis registrados. Segundo dados da ComScore, divulgados em 2014, o internauta brasileiro passa, em média, 29 horas por mês conectado à Internet – considerando apenas o acesso via computador. [...] As características técnicas do Facebook, tais como a integração com conteúdos externos, a possibilidade de ampliar o alcance de informações por meio de compartilhamento e o engajamento a partir das publicações feitas por conexões, o colocam em posição privilegiada para a apropriação eleitoral. (ROSSINI, 2015, p. 240).

Sobre estes números, há um fato relevante no entorno dos resultados obtidos por meio de dados observados das redes sociais como Facebook. Sabe-se, que algumas pessoas, solicitam amigos em um novo perfil sem antes apagar o anterior. Seja por ter esquecido a senha, ou mesmo por inabilidade no uso das configurações. Então, acham mais viável recomeçar os relacionamentos virtuais por meio de uma nova conta e tornar a convidar os mesmos participantes. Não é raro, encontrar casos de pessoas que ao conseguir recuperar senhas antigas descobre-se com dezenas de perfis. Ora, isto prova, no que tange às perspectivas fundamentais à democracia, que resultados a partir dessas plataformas podem tanto permitir canais de comunicação direta entre eleitores e candidatos, como ajudar a crescer pluralidade de vozes que influenciam as opiniões dentro dos fóruns de discussão política. Todavia, em números que precisam ser atentamente confrontados.

Devido a comportamentos informacionais como estes, que podem dar margem a questionamentos quanto à confiabilidade nas pesquisas de opinião, é que políticos proeminentes que exercem mandatos, principalmente majoritários, são sempre alvos de pesquisas atinente aos seus comportamentos nas urnas. Estas servem para preparar a arena que servirá de palco para o período eleitoral que se aproxima. É o que demonstra as charges seguintes, com as quais tentaram se antecipar ao jogo do ano eleitoral de 2018. Observa-se que foram adotados símbolos (vassoura e uniforme de gari), cujo recurso da representação semântica, presente anteriormente nos discursos, é transformado em informação imagética. Símbolos que justificam a percepção crítica-satírica do chargista aqui representada.

Figura 3: O signo na charge



Fonte: Caruso (2017) <https://globoplay.globo.com/v/5569112/>

Nesta charge, observa-se que a ideia que se intentava na representação chargística veio de um processo simbólico atributivo na figura de um gari. Figura que se acomoda na estratégia midiática de atrelar sua imagem à de homem simples e trabalhador, eliminando o formato urbano cultural deste político, já atrelada à sua biografia. E não poderia haver nada mais convincente para o público: um homem rico, uniformizado de gari, com sua vassoura a limpar toda a sujeira de uma cidade. Vale lembrar também que, embutido, vem a ideia na qual muitos ainda acreditam, a de que um candidato, por já ser rico, não precisa roubar, num momento em que o país atravessa um longo período, que se arrasta há mais de dez anos, de vários processos de investigação contra corrupção.

A partir desta imagem (fig. 3), surge um ponto de questionamento: seria seu objetivo levar o proletariado a acreditar que também serão parte integrante desse mundo novo da política? Um universo onde se diz que todos têm acesso à informação, e que serão parte integrante do sucesso eleitoral junto com o processo de limpeza, ou seja, do governo? Eis uma imagem revisitada.

Outro ponto a ser observado é que coexistir em um mundo de informação acelerada não quer dizer que o povo tenha acesso à informação da mesma forma que os ocupantes de classes mais ascendentes. Com isso, vem mais duas questões: o candidato que procura se manter na mídia como um rico que tem empatia com o proletariado não seria um caso de estratégia de representação imagética, também já

muito revisitada na política brasileira? E quanto a outra visão também atrelada a sua imagem, de que rico como candidato é mais confiável porque não precisa roubar?

Seja qual for o propósito da construção dessa imagem, dessa forma de pensar a política, essa proposta de composição imagética tem entrado no jogo da disputa de espaço pelo uso de plataformas virtuais. Usa-se a imagem e a ideia que se quer, com a ajuda da velocidade do mundo digital. E com as charges desenvolvendo-se como articuladoras dessas mensagens. Um grande trunfo, também na atualidade, quando se faz necessária uma alternativa inesperada de nomes para disputas acirradas, como é o caso de campanhas majoritárias. Algo ou alguém novo. Melhor ainda, alguém com algo novo. Uma marca que se antecipe às campanhas eleitorais que estiverem mais próximas. Já que o mote das campanhas são a renovação na política.

Saracevic (2016, p.1) admite que, se hoje há o predomínio das mídias sociais com seu fomento da “proliferação de notícias e informações em geral”, no tocante às interações conversacionais, apesar de as pessoas estarem mais conectadas, em uma reação inversa, também “estão mais impessoais e distantes”. Também afirma que, embora haja a “necessidade humana e social da informação”, os mundos que interagem para a satisfação dessas necessidades, a saber, “o da tecnologia e o da humanidade”, são tópicos chaves que devem ser destacados na presente era digital. Complementa que são campos científicos que estão em crescimento interdisciplinarmente, com “relações relativamente novas, relevantes, crescentes”. O que as charges têm acompanhado de perto. Todavia, lamenta-se que nem sempre pela ótica imparcial, porque, sabe-se, que nem todo chargista é independente e, conseqüentemente, nem todos tem liberdade de criação.

Aqui voltamos ao exemplo do *clipping*, em seu papel de produzir e gerir a informação necessária para organização e recuperação da informação no campo da política. Algo que não nasce do nada e nem repousa no vazio. Nasce do tratamento da informação de forma ordenada. Conforme previne Santos (2016, p.1) nos resultados de sua pesquisa, hoje faz-se mais que necessário o fomento de uma “proposta de modelo de comportamento informacional” voltada para a orientação de instituições políticas. No trato individual, diz respeito a algo que não deve ser observado só para quem já possui cargo público. Tornou-se imprescindível, também, para quem tem pretensões de ingressar na vida pública.

2.4 A NOÇÃO DE LEITURA E AS CHARGES

Das conceituações encontradas sobre leitura, entende-se que na atualidade vários de seus aspectos vão mais além de interpretá-la como decodificação de signos linguísticos, conforme repetido no passado. Nesse sentido, Martins (2004, p. 7) lembra que o leitor não necessita obrigatoriamente de palavras para fazer a leitura acontecer. Sobre esta questão, ela traz à lembrança expressões literárias como “ler a mão, ler o olhar de alguém, ler o tempo, ler o espaço”, indicando que o ato de ler transcende a contemplação do texto linguístico.

Dentro deste raciocínio, Martins (2004, p. 7) acentua que uma leitura sensorial através dos cinco sentidos são fatores de referência para as revelações que o ato de ler oferece. Assinala que os jogos das imagens, com seus recursos lúdicos, ajudam na descoberta que se faz durante uma leitura, quando, no mesmo diapasão, acontece o “desenvolvimento de nossas capacidades emocionais e racionais. Ainda que nessa interação um ou outro prevaleça”. Para fechar o pensamento, Martins arremata que a compreensão de uma charge exige conhecimento preexistente do assunto tratado na imagem. Mas aí, vale lembrar, que este é um contexto que depende, e muito, da bagagem cultural e informacional que cada leitor conseguiu angariar ao longo de sua existência.

Então se conclui que é no diálogo entre o chargista e o leitor que vai prevalecer a interação de seus valores existenciais. Já que se trata de um fenômeno que “se nutre de inúmeras experiências de leituras anteriores”. Um desafio e tanto, no que se refere à apreensão da diversidade de mensagens que podem estar inseridas no universo das charges. (MARTINS, 2004, p. 80).

Na verdade, Eco (2012, p. 45) salienta que leitores recebem uma informação, seja ela textual ou imagética, sempre focalizando principalmente o lado mais visível da questão, segundo o seu portfólio de mensagens anteriores. Entende-se então, porque ele diz que os interditos entram depois na categoria de texto como “um universo aberto onde o intérprete pode descobrir infinitas interconexões”. Que relembremos então da característica da charge de necessitar da preexistência de outras leituras. Principalmente para que se concretize essas interconexões. Neste caso, frente a uma nação que luta para construir uma pátria de leitores, emerge a resposta de um chargista para as opiniões divergentes de seus trabalhos:

Alguns leitores têm enviado cartas, inconformados com o que chamam de uma mudança no conteúdo das minhas charges. Outros, nas redes sociais, têm-se mostrado extremamente agressivos e furiosos nos seus comentários. Os que antes não gostavam, passaram a gostar. Os fãs se converteram em detratores e os detratores em fãs. Os que sabem o papel da sátira e do humor em um estado verdadeiramente democrático podem não ter gostado de muitos dos meus desenhos, mas nunca censuraram o pensamento divergente. A essência das minhas ideias continua a mesma. (SIMANCA, 2016, A2).

Nos dias seguintes a esta declaração, de contínuo, o chargista referia-se às censuras ao uso de seu espaço de trabalho defendendo-o como uma oportunidade de expressar publicamente suas ideias e opiniões. Durante uma semana, ele praticamente teve que dividir o espaço com os leitores na tentativa de se explicar com estas palavras: “o jornal, como um espaço plural, publica também artigos de colunistas com pontos de vista diferentes dos meus e do próprio jornal. As charges são desenhos de opinião, e as opiniões não são imparciais”. Essa foi a base de sua defesa. (SIMANCA, 2016, A2).

Ora, observa-se que sempre houve no desenvolvimento político do Brasil quem usasse o expediente da charge para revitalização das ideias democráticas. E isso, independentemente se fosse compatível ou não com a dinamização das verdades concebidas e contextualizadas no âmbito de suas respectivas épocas. Mas, pelo que se pode notar, os formadores de opinião que utilizam esses recursos, em relação a seus interlocutores, ainda não desenvolveram a capacidade de compreender o conteúdo intrínseco na linguagem não verbal das charges como provedor de posturas passionais.

Essa última declaração atrai mais uma vez a contribuição de Eco (1993, p. 45) para o centro da questão, por sua reflexão acerca da limitação do papel ativo do intérprete na interpretação. Para ele, esta função, enquanto característica básica da semiótica, “não significa que a interpretação não tenha objeto e corra por conta própria e infinitamente”. A propósito, sobre esta anti exuberância interpretativa, o chargista confessa que não tem opinião imparcial. E como imparcial não é nenhuma opinião, segunda sua convicção. No entanto, quanto aos comentários dos leitores, observa-se um cenário, sim, de infinitas posições ideológicas com interpretações inconstantes das categorias argumentativas. No que o chargista deveria compreender que é absolutamente normal que quem produz informação, imagética ou não, tanto poderá deparar-se com um intérprete (leitor) com estruturas político-sociais instauradas,

quanto com outro que não as possui. Com efeito, ele deve se lembrar que, ao trazer para o centro das discussões, informações oriundas do momento político nacional, materializados que estão em meio aos assuntos mais polêmicos do período, é absolutamente normal que suas charges gerem estes tipos de posicionamentos que oscilam entre convergências e antagonismos.

Note que quem produz informação, e pensa em limites para a interpretação de suas opiniões, deveria entender o que Eco (1993, p.45) quis dizer ao assinalar que um texto é um passeio prazeroso onde a participação do autor dá-se pelas palavras, e os leitores, por sua vez, entram com o sentido. Deveria entender, que a charge não se trata de um texto em busca de um autor, mas, sim, de um autor que produziu um texto e está em busca de um intérprete para aquilo que ele quer dizer, pois, afinal, leitura é construção de sentidos. Vamos exemplificar esta ideia

Figura 4: O poder em partes



Fonte: Aziz (2016)

Observe-se as leituras possibilitadas por esta charge, publicada em 2016, particularmente sobre o símbolo partidário posicionado na coxa do animal, uma vez que o intérprete é o leitor, e o interpretante é o signo mental, produto da interpretação. Caso que uma estudiosa da leitura como Chartier (2011, p. 99), pode ajudar a esclarecer, caso venha a surgir alguma dúvida acerca do pensamento do autor. Quanto ao seu modo de ver os acontecimentos que geram o assunto da charge ela adverte: “o leitor novato recebe a informação sobre o assunto neutralizando o autor, considerado simples mediador, ao passo que ele é geralmente um ator defendendo posições ou ponto de vista”. Ora, aqui o açougueiro representa um partido que tem a faca na mão para destrinchar o animal (o país), em vários cortes, onde só um aparece visivelmente assinalado pelo símbolo que o representa. E que gera controvérsias.

Por outro lado, as tetas remetem para o Estado paternal, conforme uma parcela da sociedade se refere às políticas públicas assistenciais do governo. Seriam as tetas *multimâmicas* do Estado a suprir as necessidades de seus pares. Finalmente, note-se que a compreensão semiotizada desta imagem pode ser constatada por quem se dedica a fazer as leituras da charge com todos os seus signos.

2.4.1 A noção de leitura e as charges políticas

De acordo com Pereira e Ceolin (2014, p. 43), os símbolos, principalmente quando aliados à figura de partidos políticos de grande visibilidade, encontram dificuldade para serem destituídos de seus valores sígnicos. Explicam que há partidos que ao passar por uma fase de rejeição, até fazem-nos desaparecer, ou, disfarça-os, escondendo-os propositadamente no material de campanha dos candidatos. Porém, nem sempre a prática passa despercebida.

Moreira (2006, p.37) adverte sobre esse entendimento peirciano da existência de um objeto dentro do signo, chamado Objeto Imediato, e do objeto fora do signo, denominado Objeto Dinâmico: por essa ótica, “o objeto dinâmico é inevitavelmente mediado pelo objeto imediato, que já é sempre de natureza sígnica”. E desses “aspectos fundamentais da visão sígnica da informação”, se valem as campanhas eleitorais para exercer as funções especificamente simbólicas que as cores usadas pelos candidatos exercem na atualidade. Para melhor entender, Romannini (2009, p. 1) explica:

Objeto Imediato (aspecto), é a forma que o signo em si mesmo, ou representamen, carrega pelo menos como possibilidade de representar o Objeto Dinâmico. É, portanto, o fundamento do processo de significação. Idéias, conceitos e pensamentos dependem de o objeto imediato ser uma Terceiridade. Na fase da percepção, o OI é o próprio percepto (desde que o OI seja uma Primeiridade ou Segundidade). Nas fases mais complexas da significação, o OI, quando ‘um produto resultante do processo natural do signo é a geração de interpretantes *ad infinitum*’. do Terceiridade, se apresenta como o contínuo perceptivo que dá a noção de espaço. É por isso que ideias, conceitos e pensamentos envolvem a noção de espaço. (ROMANINI, 2009, p. 1).

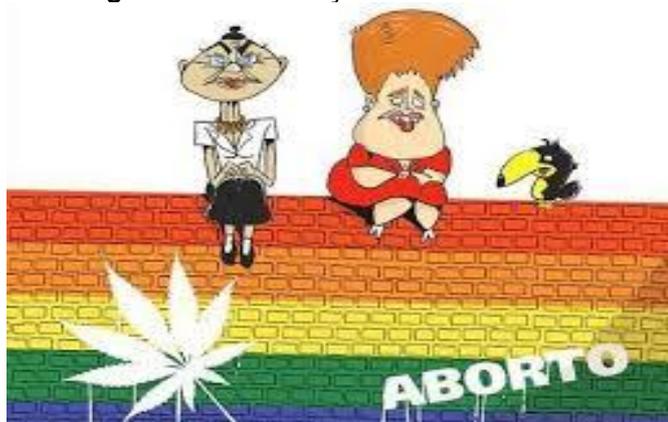
Desse modo, ao trazer este conceito para a charge política, como nos demais materiais simbólicos relativos às campanhas eleitorais, invariavelmente, a mediação proposta por esses dois objetos funciona como instrumento de persuasão. Seja utilizado como um instrumento de linguagem verbal, seja não verbal. São imagens em

que um gesto, um olhar ou uma palavra podem despertar um intérprete a volver-se para questões que possam ter passado despercebidas por um outro menos atento. Como aconteceu na campanha de 2014 para presidência da República.

Em meio à polarização da campanha, assuntos considerados relevantes para a sociedade não foram contemplados nos debates. O que será ressaltado na próxima charge. Note-se que ela contém os símbolos dos três assuntos mais polêmicos daquele momento, estrategicamente negligenciados, por serem considerados difíceis de serem abordados sem resvalarem para as fronteiras entre a mentira e a verdade.

Assim, na imagem que segue, o chargista trabalhou claramente as questões desse período dentro da sociedade brasileira, ao trazer para o centro do debate, a legitimação do aborto, a descriminalização das drogas e as reivindicações de grupos dedicados à promoção da diversidade de culturas baseadas em identidade sexual e de gênero. Assuntos estes que não foram contemplados fora das redes sociais.

Figura 5: A informação em cima do muro



Fonte: Aziz (2014) <https://linhaslivres.wordpress.com/2014/09/22/charge-do-aziz-aborto-tema-tabu/>

Que se lembre, no entanto, após a interpretação realizada na leitura desta charge, que, independentemente do que os candidatos pensem ou sejam autorizados por seus coordenadores de campanha a informar, tudo o que é dito por eles dentro do processo eleitoral não vem exclusivamente de seus pensamentos. Antes do que eles pensam ou deixam de pensar, há, em primeiro plano, os interesses dos partidos por eles representados.

Por este enfoque, em um país onde a informação política fidedigna não for a opção a seguir, o candidato dará prosseguimento a sua caminhada no cenário político angariando diversas posições ideológicas, nem sempre consonantes com seus verdadeiros ideais. O que poderia ser o motivo do número crescente de infidelidade

partidária. Também a explicação para o grande número de candidatos que se perdem em suas incertezas e inquirições, sem legitimar as informações reais acerca do que realmente acreditam. O que pode gerar o risco de a sociedade perder-se junto com eles, com indagações que nunca serão respondidas.

A título de contribuição para este enfoque, traz-se uma contribuição a partir de Barros (2014, p. 20), quando ela sublinha que há nos debates promovidos pelas campanhas eleitorais uma “perda da veracidade e da espontaneidade das falas”. Segundo seu depoimento, nesses espaços, as informações são produzidas “pelos marqueteiros e são levadas pelos candidatos que já chegam a este fórum com um monte de fichinhas, e até o pronunciamento final do debate está nos papéis”. Como cada sufrágio demanda um discurso eleitoral próprio, todo este material é produzido de acordo com as informações políticas e eleitorais pertinentes a estas demandas criadas pelo momento.

Nesse aspecto, especialistas em informação política e eleitoral categorizam que “tudo o que se pede à massa pública é uma decisão maniqueísta: sim ou não, tudo ou nada”. Apoiam que não resta espaço para qualquer posição intermediária. Não há lugar para indecisão. Afirmam que, “compreendido isso, foi dado o primeiro passo para desenvolver-se a campanha correta”. A indecisão, no caso, fica por conta do eleitor que não tem um suporte sincero com dados suficientes para ancorar suas escolhas. A não ser depois do candidato eleito, empossado e na demonstração explícita de suas ideias durante o exercício do mandato. (SERPA, 2013, p. 158).

Sedimentado nesse conceito, conclui-se que dificilmente o eleitor terá acesso a debates de onde surjam informações com permeabilidade suficiente para decidir seu voto, que, em determinado patamar, não serão entendidas senão entre aqueles que sabem ler nas entrelinhas. Recurso este que pode ser detectado no sensível papel das charges como uma fonte de informação permeada de signos.

Finalmente, fala-se muito em voto consciente. Imersa neste cenário, no entanto, conclui-se que, para que isto aconteça realmente, é indispensável que a população, em suas manifestações coletivas e individuais, coloque-se diante dos assuntos da pauta diária dos meios informacionais em suas diversas formas e modalidades, apropriando-se da informação na leitura dos símbolos que a envolve.

E esta, não é uma decisão para ser tomada pouco antes da entrada na seção de votação, como muitos até se orgulham de assim agir. Quando se pega um panfleto, aleatoriamente, para votar em um desconhecido qualquer do qual sequer se conhece

os objetivos e ideais. Para isso, tem-se como fazer uma averiguação antes do dia da votação. Porque durante as campanhas o que não falta são indícios semióticos específicos de possível verificação, pois, neles se intensificam a polifonia e o dialogismo, uma vez que em campanhas entra em cena um personagem, o candidato

Esta reflexão evidencia que é no desenvolvimento desta capacidade de seleção que o eleitor poderá construir corpus que dará suporte para análise e avaliação das informações interditas nas mensagens verbais e não verbais emitidas pelos candidatos. E ao trazermos esta ponderação para o objeto de estudo, a saber, as charges, pode-se afirmar que há coisas interditas, principalmente nas charges, que possibilitam leituras individuais e coletivas que podem gerar decisões. Ser testemunha de uma época é atributo do chargista. Afinal, com seus recursos imagéticos eles podem alimentar a criação de personagens ao ponto de elegê-los, ou derrubá-los. Um fenômeno que acontece a todos quando se tornam participantes na arte de informar pela imagem. Para efeitos práticos, analisemos a charge a seguir:

Figura 6: Votar ou não votar, eis a questão



Fonte: Simanca (2016) <http://atarde.uol.com.br/charges/1599-aziz-voto-nulo>

A charge aqui (fig. 6), reflete sobre o uso de recursos estratégicos para avaliar escolhas via leitura de informações prévias. Mesmo que ao final seja mal interpretado. Depois de interpretar a informação a partir de outras já pré-concebidas em seu imaginário, o eleitor ainda tem que se defrontar com a insatisfação dos outros com suas decisões. Uma vez que as escolhas são feitas de acordo com o histórico idealista de cada um individualmente.

Brilhante (2012, p. 252) lembra que, mesmo por ter a charge “como objetivo desvelar os interesses no uso do humor gráfico para a construção dos fatos políticos”, não devemos nos esquecer de que, quando se trata de “produção humorística”, sua postura crítica em relação à sua função informacional nada tem de neutralidade. Muito menos a função de simples entretenimento do leitor. Ela também admite que a produção gráfica humorística “é, antes de tudo, uma linguagem produtora de sentidos, que está interessada na defesa de uma dada visão de mundo e dos acontecimentos”. Então entende-se, que aquilo que de início pode parecer inofensivo trata-se, na verdade, de uma linguagem que carrega em seu objetivo um amplo poder de persuasão, na verdade, uma mensagem subliminar.

Enfim percebe-se que há, nas entrelinhas das informações das charges políticas, material suficiente para o fomento das discussões que corroboram para o funcionamento “desse jogo de poderes” empreendidos pelos produtores de informação. Portanto, embora o chargista seja o profissional encarregado pela criação, ele está ligado ao jornal pela relação patrão-empregado, que deste modo, seguirá a linha editorial do jornal. (BRILHANTE, 2012, p.266).

Já pela ótica de Morace (2009, p.143), entendemos que “o diálogo entre culturas pode ser perseguido e sustentado dentro de um projeto ‘cognitivo’, antes mesmo do político ou econômico, e deve-se tornar o núcleo estratégico inicial em uma nova visão de mundo”. Pressupõe-se, então, que onde acontece troca de informações, acontece uma combinação onde se pode consolidar padrões de comportamento onde a normalidade pode dar lugar ao extraordinário, a partir desta mesma normalidade. Assim, articulada e montada satiricamente, mas de tradução possível, a charge da figura 6 enfatiza os pontos estratégicos desta perspectiva de identificar a verdadeira informação entre os principais interlocutores dos processos políticos eleitorais, a saber, candidatos e eleitores.

2.5 A INFORMAÇÃO CHARGÍSTICA E A IMAGEM DO CANDIDATO

É a produção da informação, bem selecionada e organizada, que tem a capacidade de pavimentar os cenários que proporcionam, a candidatos e eleitores, material capaz de oferecer argumentos para entendimento daquilo que permeia o jogo político. Principalmente, do que está em torno da imagem daqueles que pleiteiam

cargos públicos. Dessa forma, é dentro desta perspectiva informacional que as decisões destes sufrágios serão conduzidas, para deleite dos chargistas profícuos.

Figura 7: Construção da imagem de olho nas eleições 2018



Fonte: Vasconcelos (2015) imagem escaneada

Na Bahia, estado da federação citado como exemplo por estar mais conectado ao cotidiano da pesquisa, conforme previa esta charge (fig. 7), os dois candidatáveis ao governo local nas eleições de 2018, dividiam cada espaço que podia ser aproveitado como vitrine da pré-campanha, em 2017. Conforme foi presenciado durante os festejos carnavalescos. Paralelamente à confecção da imagem, enquanto a festa momesca se desenrolava na capital, Salvador, na coluna Opinião, do jornal A Tarde, Vasconcelos (2017, A1) avisava que já estavam liberados o visto de 17 chineses que iriam estudar, a fundo, o projeto da ponte Salvador-Itaparica e o Sistema Viário do Oeste (SVO). Amiúde, estes foram os temas recorrentes no ano de 2017.

E no momento em que as eleições 2018 foi ganhando contornos de proximidade, enquanto o governo de Rui Costa apostava no futuro da ponte, no cenário político baiano, a ponte para o futuro da campanha, do possível candidato, ACM Neto, estava no exercício de seu mandato no município de Salvador. Estendia também seu olhar à região metropolitana. Uma vez que lá reside uma boa parcela de seus possíveis eleitores, caso viesse a ser candidato ao governo do estado. Uma candidatura, na verdade, tida semioticamente pelos meios políticos como certa, haja vista as manifestações imagéticas.

Até que, em uma estratégia tecida nos bastidores da pré-campanha, ACM Neto optou pela desistência de participar no certame em 2018. A partir daí o recurso semiótico discursivo da ponte Salvador-Itaparica saiu de cena. Na continuidade, retomou-se a construção da imagem nos parâmetros anteriores. Para os outros objetivos do desistente, já em curso. Mesmo assim, vale aqui uma análise da figura 7, onde temos a representação da transfiguração do sentimento envolto em emoções

negativas para sentimento de alegria. Um artifício tido como nocivo nas relações sociais, mas, inevitável no convívio político.

Coerente com a proposta da informação via semiótica das emoções, a dissimulação, tratada aqui como uma forma de convivência dentro da racionalidade do mundo da política, é analisada na multidimensionalidade dos anseios que lhes são inerentes, juntamente com suas complexidades. Principalmente, no que tange, à composição da imagem durante o certame.

Vale lembrar, que pelo ponto de vista peirciano conduzido por Santaella (2012, p. 156), “emoções são signos e, como tais, elas se assentam em um fundamento, quer dizer, em algum aspecto (qualitativo, existencial, legal) por um objeto e para um interpretante”. A charge que ilustra esse tópico, partia do pressuposto de dois possíveis candidatos nas eleições governamentais vindouras. Seriam dois pré-candidatos. Ambos, canalizando todas as suas pretensões políticas para os mesmos objetivos qualitativos, existenciais e legais. Rumo à corporificação do signo que parte da relação triádica cujo fundamento é o poder, objeto da governança. O interpretante são os futuros eleitores desses candidatos, cujas imagens estão corporificadas na intenção dos protagonistas da charge.

Os sentimentos contraditórios do cotidiano político estão ali disfarçados. E independentemente do quadro composto de ingredientes da política do país, notoriamente, o eterno desejo de ser socialmente aceito leva o indivíduo a esquecer de tudo. Facilmente persuadido pelas imagens, ele reage como uma fênix. Tenta renascer de suas próprias cinzas e se parecer com as nações onde os direitos fundamentais de seus cidadãos são preservados.

E assim, dentro da definição peirciana da emoção, aliada à base conceitual dos processos cognitivos envoltos nos sentimentos humanos que primam pela construção da imagem, é natural que o indivíduo se deixe dominar pelo instinto de civilidade e de pertencimento ao se unir ao contingente de eleitores de seu país. Assim ele comparece às urnas, portando seus componentes legais não verbais de informação. Ou seja, roupas com cores do partido, bótons e todo símbolo que lhe for legalmente permitido. São os complementos da formação imagética. Então, é nesse exato instante que vai haver somente o candidato e seu provável eleitor. Hora de tirar as leituras definitivas do processo cognitivo envolto em uma campanha eleitoral. Descobre-se ali, haver, verdadeiramente, uma linha tênue que interpassa o limiar da cabine de votação. O resultado de todo o jogo semiótico até ali praticado.

Assim, do candidato vem as questões sobre quem, e quantos, votarão nele. Já do eleitor, vem a perspectiva de Barreto (1994, p. 1) sobre a questão da informação. Para ele, o cidadão informado está sintonizado com o universo e, em sua decisão, dará a sua contribuição para os rumos de sua cidade, de seu estado, de seu país e do mundo como um todo. Para este tipo de cidadão, “a informação, quando adequadamente assimilada”, produzirá conhecimento. Mesmo porque, qualquer um personagem da sociedade é um sujeito cognoscente e, como tal, um sujeito mediador.

O eleitor, por exemplo, em seu ato de votar é um mediador. Verbalmente quando possível, ou não verbalmente, quando dentro dos limites legais impostos para a sinalização de sua ideologia, poderá até influenciar na decisão de outros. É esse o objetivo das aparições em festejos públicos e das disputas por espaços, como mostra a charge dos pré-candidatos ao governo da Bahia.

O candidato, por sua vez, também é um mediador da informação. Já que na condução de sua imagem, seu objetivo principal é tentar convencer os eleitores de que seus interesses políticos estão alinhados com o nicho da sociedade que se vê, nele, representado. Isto está implícito na maioria das plataformas. que nunca saem dos temas que trazem mais retornos nas urnas a cada sufrágio. Elas lidam com a informação de acordo com a imagem produzida no entorno das campanhas.

O ambiente informacional ali construído, corre em busca da informação que alimente um banco de dados que dê sustentabilidade às intenções de voto em trajetória ascendente. Apesar de que, sabe-se que cada pleito é único. A imagem pode mudar também. Portanto, a informação que deu a vitória neste pleito, pode tornar-se inócua em outros. Assim, para sair-se bem em situações inevitáveis, como dividir os palanques em datas comemorativas, ao exemplo citado aqui no carnaval 2017, significa, para seus protagonistas, entender o ambiente informacional de cada adversário. Porém, dentro do seu momento, do seu tempo individual de cada postulante ao cargo público. Trata-se de um movimento tático no qual o jogo político maior consiste em saber a informação que vai ajudar a tomar a iniciativa correta, também, o que deve ou pode mudar em cada palanque, seja ele físico ou eletrônico.

Capurro e Hjörland (2007, p. 148), admitem que “o conceito de informação, como usado no cotidiano, ou seja, como conhecimento comunicado, tem um importante papel na sociedade contemporânea”. Dessa forma, cada situação deve ser estudada estrategicamente porque, ao final de cada movimento informacional, pode surgir uma nova opinião sobre o candidato que pode impor limites à sua candidatura.

Não é raro constatar-se casos de candidatos que conseguiram se reeleger por vários certames seguindo pelo mesmo discurso que está envolto em seu viver político e, quando menos se esperava, perdeu um pleito por ter se perdido no processo dinâmico que envolve a informação. E afinal, aqueles que vencem não tem não só a vitória nas urnas. Angariam também uma conquista por meio das práticas dos conceitos de informação direcionadas, especificamente, para os certames eleitorais por ter conseguido gerir a:

- Informação relevante e importante;
- Informação pessoal;
- Informação econômica;
- Informação de cunho administrativo.

No entanto, dentre todas as enumeradas, não há informação mais importante a ser gerida nesses ambientes informacionais peculiares das campanhas eleitorais do que as informações, tratadas e administradas, para serem disponibilizadas junto à opinião pública. São elas que vão dar o rumo para uma campanha vencedora. Prover condições de conceder êxito até às mais impossíveis das vitórias.

A informação certa, de forma corretamente disseminada, cercada de todo seu amparo legal, que pode dirimir conflitos e evitar o custo oneroso da derrota. Isto sim é produtora, pois, a principal ameaça para uma campanha são as informações, cuja consistência das mensagens, em si, não está bem fundamentada. Quando isto acontece, tanto desqualifica o candidato, quanto o destitui de qualquer grau de respeitabilidade que porventura tenha alcançado. Fenômeno que confunde o eleitor, que tende, de última hora, a puni-lo produzindo um improvável vencedor para ocupar o seu suposto lugar. Afinal, um eleitor que se sente enganado tende a se vingar nas urnas. O que provoca equívocos, por vezes, irreparáveis no resultado de uma eleição. Logo, que se confirme: quem vence em uma campanha eleitoral aprende que a informação no ambiente sufragista, tanto quanto no mundo organizacional, conflitos são inevitáveis, porque a priori, toda informação nova é tratada como competitiva pois, segundo Ferraz (2008, p. 316):

- Os adversários não admitem espaço para negociação e transigência;

- Estão estruturados sob a forma de relação de “soma zero”, isto é, o que um perde é exatamente o que o outro ganha;
- Seu desfecho é decisivo para o resultado da competição.

Trata-se de um nicho no qual a informação, por sua natureza suscetível de negociação dentro do meio, impõe o ritmo da competitividade. O que restringe o grau de confiabilidade, e impõe medidas ainda mais cautelares no âmbito interno das campanhas. Também próprio da natureza deste ambiente, onde a atmosfera envolvente do período carnavalesco, proposto pela charge, reporta-nos ao conceito do pacto social de Thomas Hobbes (2012), pelo qual os homens se submetem a qualquer lei, visando apenas à salvação de si mesmos em sociedade, para garantir a paz. No caso aqui, evidentemente, a paz política e social que garanta uma pré-campanha aparentemente menos intensa. Longe dos níveis de consciência que será inevitável durante a campanha propriamente dita.

Afinal, para Jung (2016, p. 77) “com a aproximação da consciência, o conteúdo sublimar da psique se apaga. O estado subliminar conserva ideias e imagens em um nível de tensão bem menor do que o que elas possuem quando conscientes”. Então conclui-se que estes encontros oficiais, como o da figura 57, são projetados, pelo aspecto semioticamente comportamental, com vistas a postergar episódios de divergências para os dias mais próximos do pleito vindouro. E com os arquitetos da informação administrando esse bem precioso, ao estabelecer suas estratégias de avanços e recuos neste ambiente informacional peculiarmente simbólico.

Tanto é, vale ressaltar, que no carnaval de 2018 os dois personagens da charge já não dividiram o mesmo espaço na abertura oficial do carnaval em Salvador. Construção de imagens à parte, exatamente um ano depois, cada um foi ocupar um palanque que pudesse chamar de seu. De seus redutos, um na Barra (ACM Neto), e outro no Campo Grande (Rui Costa), respectivamente prefeito de Salvador e Governador do Estado da Bahia, propiciaram a informação que seus prováveis eleitores materializariam nas urnas em outubro de 2018. Restou daquele encontro, a lição semiótica: aqueles que sabem ler as imagens, entendem antecipadamente as informações propiciadas pelos signos. Os outros serão sempre surpreendidos.

Pelo que foi traçado até aqui, pode-se afirmar então, que, a rigor, quando a informação textual não consegue atingir um nível considerável de compreensão, precisa de outros elementos de interpretação. Sabe-se que há um percentual da

população que lê, mas não compreende e, por isso, abstém-se de leitura. Por conseguinte, prefere as imagens. Nelas, buscam as minúcias com que constroem seu conhecimento.

É justamente por isso, que gestores de carreiras políticas, conhecedores desse poder exercido pela imagem sobre a decisão de um eleitor, aproveitam toda a sugestibilidade concedida por todo tipo de linguagem não verbal para gerir suas campanhas.

Figura 8: Sobre imagens e votos



Fonte: Pelicano (2013)

<http://www.esmaelmorais.com.br/2013/05/charge-do-dia-esconder-ou-nao-esconder-fhc-eis-a-questao/>

Ferraz (2008, p. 272), argumenta que “a disputa eleitoral é uma disputa entre imagens”. E isso os chargistas não deixam hiato quanto a repassar para seu público a informação por meio de um estilo imagético do candidato. O que para alguns leitores pode funcionar como entretenimento humorístico, é muito mais sério que muitos poderiam avaliar. Portanto, também das opiniões suscitadas do visual apresentado pelos candidatos tem-se a ideia geral da marca que ele quer empreender em sua campanha. Também, tal e qual a proposta da figura 8, os chargistas, em seu trabalho de apresentar a informação através da imagem, também estão sempre atentos a qualquer mudança no visual do candidato, sua principal fonte de inspiração.

Retomando a questão, admite-se, seja uma campanha regional, à qual a figura 7 se reporta, ou a nível nacional, representada na figura 8, que isto não quer dizer que o que as charges apresentam seja exatamente aquilo que os responsáveis pela imagem do candidato realmente almejam dessa fonte de informação. Mesmo porque, por vezes, o que deveria funcionar como informação da essência humana ou filosófica do candidato, pode ter seu sentido completamente deturpado.

Justifica-se essa afirmação ao se reconhecer que, segundo o filósofo Souza (2009, p. 37), enquanto a “lógica normativa nos ensina como devemos pensar”, existe também a lógica simbólica que, “como ciência abstrata, dedutiva normativa”, transcende os argumentos reais da inteligência humana. E é esta lógica simbólica que nos “dá condições de bem argumentar e refutar os erros, especialmente os sofismas, que são mentiras com aparência de verdade”, de acordo com a visão deste filósofo. Isto fica muito evidente quando se acompanha charges de cunho informacional no entorno de um personagem político em fase de protagonismo histórico.

Fica aqui então, a lembrança de que a personalidade de cada autor no fruto de seu trabalho se reflete. São as evidências de seu estilo. A marca do potencial que emana de si. E com as charges e seus respectivos chargistas, não poderia ser diferente. Portanto, deixando só por um instante a ideia de construção da imagem de lado, é bom lembrar que, se a ideia do chargista, era registrar o traçado temporal de um período da história, aqueles que a usaram como fonte de informação deveriam, prioritariamente, trazer o cidadão para o centro do debate. Ajudá-lo a refletir, ainda que pela via da subjetividade, como muitas o fazem. Sem esquecer, claro, da opção que eles têm em divergirem entre si pelo direito que lhes é concedido pela via da individualidade. Porém, sem, necessariamente, fugir ao compromisso da qualidade e originalidade.

Todavia, caso isso ocorra, resta ao cidadão que tem acesso a tais conteúdos, valer-se de uma leitura prévia. Conceber seus próprios argumentos, a partir do desenvolvimento de pensamento crítico através da informação de qualidade. No entanto, que se reflita, apesar de esta ser uma atitude que requer tempo, todo ser consciente pode e deve dedicar-se ao exercício da habilidade de acessar boas fontes de informação, se quiser fazer escolhas mais conscientes para o exercício do poder.

Mas antes de passarmos para o próximo capítulo, voltando ao enfoque da construção da imagem de um candidato, no âmbito das fontes de informação representada pelas charges, que se reflita: se não é natural, se precisa ser construído, então não é verdadeiro. No que Pearce (2010, p. 91), ressalta que que “o mundo real não pode ser distinguido do mundo fictício por nenhuma descrição”. Reflete que “só o dinamismo do signo consegue distinguir ficção da realidade”. Admite que “tons de voz e modos de olhar são suficientes para mostrar quando o locutor fala a sério [pois] atuam dinamicamente sobre o ouvinte”, uma vez que eles atuam como índices de um mundo imerso na realidade. Por isso, não é por mero acaso, que a interação social

de um candidato, além do eterno sorriso, se dá também pela via de outros vários fatores semióticos.

E dentro dessa diversidade de mensagens semiotizadas, citamos como exemplo, a informação passada ao eleitor pela cor da legenda partidária do candidato. Porém, essa estratégia é mais exigida aos candidatos que ainda não foram experimentados nas urnas e, portanto, ainda não têm espaços conquistados em seus partidos. Observe-se, no entanto, que esta divisão dos signos no entorno de uma campanha, são experimentos que não garantem sucesso entre os eleitores. Contudo, trata-se de uma antiga repetitiva tática de composição da imagem, ainda que baseada em discutíveis satisfações de resultados.

Sem perder o fio da meada, que se registre também como exemplo de estratégias, haver até políticos que por orientação de consultores de imagem matizam seu guarda roupa com as cores de seus olhos, quando estes possuem tons que agradam ao público. Porém, fato é, que nenhum desses argumentos estratégicos até aqui tratados se sustentam logicamente.

Em Peirce (2010, p. 176), adverte-se que “dividir os signos não é uma tarefa fácil”. No que se entende então, que tentar transformá-los ou, mesmo camuflá-los, são estratégias ainda mais complexas. No mais, ele acrescenta que “essa leitura vai depender muito das concepções do leitor para se penetrar, ainda mais fundo”, e conseguir chegar a uma “compreensão clara dos segredos mais profundos da estrutura dos signos”. Sobre esta questão, outro fator evidente é que embora se observe que proporcionalmente haja o prevalecimento dos tons da legenda na composição imagética das campanhas, haverá sempre a flexibilidade informacional necessária quando as cores pretendidas já estiverem previamente consolidadas como característica simbólica de outro partido.

Em Peirce (2010, p.76), também se admite que “é da natureza particularmente de um signo, que se torna significante por uma característica, o fato de que será interpretado como signo, [pois] nada é signo a menos que seja interpretado como signo”. Assim se trabalha com as cores em campanhas. A depender do partido e seus representantes, mudam diametralmente sua informação juntamente com seus significados. Sobretudo quando o objetivo é a confirmação de uma imagem para ser lembrada na hora da escolha de um candidato por um eleitor. O candidato sabe que um determinado eleitor pode até não entender nada do cenário político em que estiver inserido e, por isso mesmo, pode não estar apto a fazer uma escolha consciente. Mas,

é certo, que um ou outro há de estar atento ao que ocorre a sua volta. Lembrando que, “atenção é o meio pelo qual selecionamos e processamos uma quantidade limitada de informação de todas as informações capturadas por nossos sentidos, nossas memórias armazenadas e outros processos cognitivos.” Uma espécie de banco de dados à disposição do eleitor que ele vai recorrer na hora de escolher seu representante. (STERNBERG; STERNBERG, 2016, p. 113).

Finalmente, sabe-se, que do palanque carnavalesco na Bahia, ao limiar das cores partidárias, existem ainda mais fatores de significação para o período eleitoral muito além do que foi trabalhado aqui neste tópico. Todavia, do que aqui foi apresentado, que fique como registro que aquilo que não se consegue mostrar nas fotos, as charges sempre contemplam pela via caracterizada do humor, prevalecendo-se do recurso tridimensional da decodificação das imagens.

3 METODOLOGIA

O estudo segue, a princípio, as características da pesquisa bibliográfica, uma vez que, em acordo com Apolinário (2014, p. 146), se restringe à “análise de documentos” e segue a “estratégia de coletas de dados e revisão de literatura”. Desenvolve-se uma abordagem qualitativa, visto que, para Apolinário (2014, p. 150), enquanto a abordagem quantitativa investiga fatos, a qualitativa preocupa-se com fenômenos. Porquanto um fenômeno, é a interpretação subjetiva do fato.

Seu eixo temático trata da relação de causa e efeito da informação não verbal representada pela charge no desenvolvimento do processo político brasileiro, enquanto fonte e representação da informação. Em conjunto, aplica os métodos da análise de conteúdo semiótica.

Nesta proposta de se identificar, nas charges, textos informativos relativos ao seu conteúdo político histórico, a ideia é complementá-lo com todo documento que ofereça elementos construtivos para tratar o problema de pesquisa e circunscrevê-lo no seu contexto teórico durante a construção dos capítulos ao:

- analisar os recursos informacionais (símbolos, linguagem verbal, cores, etc.) utilizados nas charges na condução dos processos eleitorais brasileiros no período investigado;
- identificar o conteúdo informacional das charges veiculadas durante os períodos de eleições no Brasil na era republicana;
- analisar o papel informacional desempenhado pelas charges e, a partir da leitura de suas imagens, investigar sua possível influência em decisões políticas no entorno do desenvolvimento político eleitoral brasileiro, da primeira república aos dias atuais.

Dentro das propostas apresentadas foi desenvolvido o seguinte percurso metodológico:

- um levantamento do universo das propagandas políticas por meio de charges de cada época, proposta no universo da pesquisa, juntamente com a interpretação dos signos utilizados;
- realização de uma amostragem de charges, por meio do acompanhamento dos noticiários nas mídias impressas (jornais, revistas e tabloides de cada época), digitais (nas estratégias atuais possibilitadas pelos meios virtuais

em internet, *mobile marketing*, campanhas via SMS, WhatsApp, entre outros), WEB (Publicidade online, Mail marketing, páginas personalizadas, Mídias sociais, entre outros), juntamente com seus signos, utilizados nas propagandas dos candidatos;

- sustentação dos pontos levantados através do desenvolvimento de um modelo de leitura da charge.

E dentro deste percurso, construir subsídios para verificação das hipóteses, a saber: o método da ciência atinge a legitimidade da ideia contida na charge como fonte de informação; há apropriação da informação por meio das charges nos processos políticos eleitorais, o suficiente para influir na formação do cidadão crítico e social e a charge possibilita múltiplas leituras das informações contidas em suas imagens. Respostas somente seriam possíveis por meio da investigação.

Segundo Apolinário (2004, p. xi),

A ciência é o empreendimento humano mais recente de todos: tal como a compreendemos hoje, trata-se de uma aventura de apenas três séculos. [...] no início seu objeto de estudo era a natureza. Suas ferramentas eram a matemática e a observação cuidadosa dos fatos. Logo, novos objetos passaram a curiosidade humana. [...] Novas ferramentas surgem: a estatística, para lidar com a natureza probabilística dos fenômenos e comportamentos, e a hermenêutica, reconhecendo que a observação cuidadosa dos fatos se encontrava por demais maculada pelas referências internas do observador-cientista. Chegamos à 'pós-modernidade', período em que vivemos hoje. Período este caracterizado por uma nova crise. [...] essa crise, cujos interlocutores principais apontam para as diversas incongruências internas à própria ciência, questionando até mesmo o critério de demarcação entre o que é e o que não é ciência, tem provocado reflexos em toda a sociedade. É um momento em que a ciência pede auxílio à filosofia.

Assim, na proposta metodológica apresentada para leitura e interpretação das charges, buscou-se também, uma contribuição de abordagem filosófica, no objetivo de alcançar um resultado que fortaleça os argumentos propostos da pesquisa. Na verdade, algo que se aproxime daquilo que se possa ser legitimado como verdade. Uma proposta, "pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras", seja de uma, ou mais ciências. (BARDIN, 2011, p. 45).

Assim, partindo do critério da pré-existência de algum conhecimento sobre o assunto, percorreu-se o caminho da coleta de evidências para trabalhar com seu grau de inter-relações com as outras ciências que lhe dão suporte. Experiência esta, que permite ao investigador imprimir em seu trabalho um perfil mais indutivo, por ajudá-lo a conduzir sua pesquisa partindo de questões amplas que vão se tornando mais específicas e diretas no transcorrer da investigação.

A abordagem qualitativa também é contemplada, devido a essa vantagem de tratar de assuntos do qual já se tem algum conhecimento prévio. Com a complementaridade da análise semiótica das imagens amparando o universo do desenvolvimento político eleitoral brasileiro, cujos sujeitos são os eleitores e candidatos, componentes do ambiente informacional eleitoral.

O interesse por esse tipo de pesquisa, começou no acompanhamento de entrevistas de candidatos e eleitores nos meios de comunicação. Por esse âmbito, a pesquisa qualitativa documental, voltada para o exame de material de natureza não verbal como a charge, buscou dar um tratamento analítico por meio da semiótica. Porém, também reexaminados por meio das interpretações complementares sob o fio condutor da Ciência da Informação.

Nesse sentido, como contribuição do resultado do trabalho para a sociedade a proposta é: identificar como o cidadão se apropria da informação contida na charge e também o processo de leitura da charge enquanto fonte de informação específica.

Também analisar e avaliar esta fonte de informação no:

- uso de contextos cotidianos com análises de situações e indivíduos em seu ambiente natural, valorizando ao máximo o contato do pesquisador com seu objeto de estudo;
- ampliação da coleta de dados nos ambientes informacionais no entorno do processo eleitoral nos dois lados dos envolvidos no sufrágio, a saber, candidatos e eleitores, por entender que os dois lados são importantes e devem ser examinados em seus contextos individuais. Sem olvidar, no entanto, que o pesquisador é o instrumento básico desta coleta;
- preocupação com os aspectos tanto micro quanto macro do universo.

Assim, será contornado todo o trabalho. Levando em consideração a continuidade da coleta de todas as informações disponíveis da pesquisa teórica descritiva (documentação, jornais, etc.) durante o processo da pesquisa. Ainda sobre a

observância dos métodos, vale lembrar que estes formam uma triangulação que ajuda o pesquisador a realizar sua observação adequando os autores ao contexto do seu trabalho. Assim, o estudo segue uma linha de pensamento pela qual o pesquisador pode fundamentar sua tese unindo uma teoria a outra, sendo que, em uma delas, pode até surgir uma contraposição, mas na qual uma tese e uma antítese podem convergir para uma síntese. (VILALLOBOS, 2017).

Por este raciocínio, entende-se, que um local de convergência onde as teorias vão se encontrar, para que apareça a opinião segundo perspectiva do investigador. O que não diminui nem anula o trabalho do pesquisador, muito menos contribui para tirar o caráter de originalidade da investigação. No que Peirce (2010, p. 213), admite estar “inteiramente cingido aos fatos inquestionáveis da experiência cotidiana”. Ato que foi imprescindível para o desenvolvimento de forma imersiva no processo de investigação deste trabalho.

Ao se falar de ponto de convergência, no que toca este tema ao pretendido entre a Ciência da Informação (CI) e a Semiótica, mostramos conceituações por meio de autores das duas áreas, conforme citadas neste trabalho, aliadas à contribuição de uma abordagem filosófica. Para isto, buscou-se tornar o mais claro e preciso possível a abordagem prevista no resultado da pesquisa. Com vistas a não conduzir a pesquisa de forma muito genérica, conforme possa transparecer o teor panorâmico do título, buscou-se expor resumidamente cada período, a partir das ideias discutidas por autores de disciplinas diferentes, mas pertinentes ao tema, já que se trata de um trabalho multidisciplinar.

Finalmente, na composição das argumentações, estudos como o Novo (2007, p. 8) nos orienta que “para domínios interdisciplinares o uso do método híbrido (dedutivo e indutivo), é o mais recomendado, pois a agregação dos dois métodos possibilita pensar o domínio pelo todo e suas partes”. Assim adotamos esta modelagem híbrida, por entendermos, que ambas possibilitam a elaboração conceitual dos contextos analisados na construção da tese.

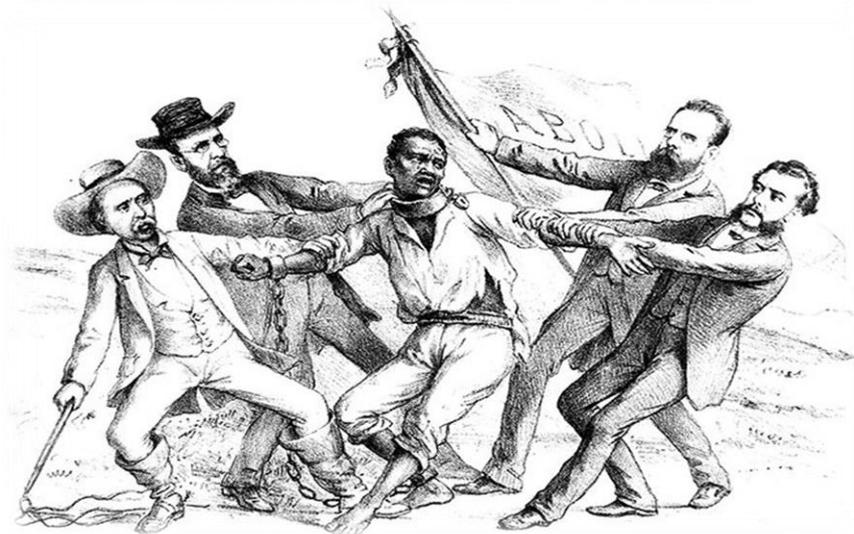
Ainda sobre a composição metodológica, vale relembrar, a título de experiência pessoal a ser registrada neste documento, que este trabalho, inicialmente, tentou adotar o modelo da pesquisa-ação. Para tal, foi seguido os mesmos procedimentos de um candidatável, inclusive, com mote de campanha e *jingle* de composições próprias. Tudo isso, somado ao comparecimento às reuniões do partido (uma por semana, durante 18 semanas), na fase de pré-campanha e campanha oficial.

Assim, dentro das etapas do périplo de uma campanha, a pesquisa foi desenhada paralelamente sob a observação direta nos ambientes políticos. O intuito era colher instrumentos que pudessem prover ampliação do campo visual, no que tange ao comportamento informacional dos atores no entorno de um sufrágio. Tentou-se, por esta estratégia, chegar a uma identificação das características internas de um ambiente informacional formado pelos candidatos, observando suas propostas; seus objetivos e suas manifestações ideológicas. Para tal, foram dispendidos tempo e recursos para percorrer o caminho de candidata, da filiação a um partido, até o empreendimento de uma candidatura e campanha eleitoral durante as eleições municipais de 2016, na cidade de Salvador.

Todavia, mesmo tendo levado o projeto até o final, o resultado foi descartado no momento destinado à qualificação da tese, por ter sido apontado algumas inconsistências na aplicação do método. No que, então, optou-se para um recomeço por outra via, já descrita anteriormente, da pesquisa descritiva documental de abordagem qualitativa.

4 A INFORMAÇÃO POLÍTICA EM CHARGES NO BRASIL (1889-1964)

Figura 9: Abolicionistas X escravagistas



Fonte: Agostini (1887) www.meusresumos.com/historia/movimento-abolicionista

Par início da análise da charge como fonte e representação da informação no desenvolvimento político brasileiro, traz-se essa imagem (fig. 9), de Ângelo Agostini, chargista oitocentista, que fornece informações ao leitor sobre a situação no final do Império no entorno das lutas abolicionistas, ou seja, no período incipiente da República. Remete para os elementos constitutivos, do ponto de vista do chargista, do interesse da sociedade pelo escravo. Cada um por sua perspectiva ideológica, social e comercial. Assim, como produtor da mensagem, o chargista representa o conflito de interesses demonstrado nas figuras do fazendeiro, do escravocrata e do abolicionista.

Em uma reconstituição da era imperial brasileira a partir de Moraes (1998, p. 294), constata-se que, apesar das articulações de grupos de diversas posições políticas, no Brasil persistia o risco de ainda não se ter conseguido implantar um Estado tão forte quanto o pretendido. Vale ressaltar que este grupo era formado por monarquistas centralizadores, monarquistas constitucionais liberais e republicanos.

Apesar de não citados nesta charge, convém registrar a existência dos demais contingentes que representavam a formação social brasileira daquele período, ou seja, o povo que, de um modo ou de outro, apropriava-se da informação ao seu modo. Mas, os conflitos internos e externos gerados após a independência, somadas às revoltas surgidas durante o período regencial, deram provas irrefutáveis da insurgente participação do povo nos futuros processos eleitorais da nação.

Moraes (1998, p. 294) assegura que a esta altura já se contava o país em “milhões de habitantes, dos quais, 80% eram analfabetos”. Assim, para gerir os destinos da nação, os dirigentes políticos eram “recrutados entre advogados, juízes, procuradores, médicos, cirurgiões, professores, homens de letras, oficiais militares, os altos funcionários públicos e parte reduzida dos capitalistas e proprietários”. Esse contingente formava uma elite política que, em “1872, totalizavam 16.000 indivíduos ou 0,1% da população da época”. Era a demanda do poder daquela época. Formadores do pequeno contingente de leitores, que podiam entender as mensagens dos jornais independente das imagens chargísticas. Motivo pelo qual os periódicos dessa época insistiam em permear a informação com charges.

Dentro deste exemplo estava *A Lanterna Mágica*. Seu primeiro número circulou em 20 de janeiro de 1882, e suas atividades foram encerradas em 20 de outubro de 1909, com a edição de número 928. Naquele jornal, durante quase vinte e oito anos, quatro páginas com litogravuras eram produzidas de dez em dez dias por Luís Távora. Seu objetivo era dar sua própria interpretação às informações disponíveis pela crítica dos costumes da época.

Mesma experiência informacional aconteceu com o periódico *A Exposição*. Esta revista, crítica e humorística, circulou em Recife a partir de 10 de agosto de 1887. Sua impressão era realizada na Tipografia Central e quatro de suas oito páginas traziam também informações caracterizadas, em sua maior parte, por charges. O número 27, dedicado à abolição da escravatura, saiu como edição especial com quatro páginas em formato duplo no dia 13 de maio de 1888, dia da assinatura da Lei Áurea. Segundo Moura (2004, p. 235) este periódico trouxe, como alegoria expressiva em sua primeira página, a “figura de uma mulher com a bandeira da abolição na mão direita e na esquerda correntes partidas, ao mesmo tempo em que esmagava com os pés a serpente da escravidão”. Mera simbologia que precisaria de outros séculos para tentar se concretizar. Visto que, até hoje ainda se luta pelo reconhecimento de seus direitos de cidadão.

Mas, se ainda há quem questione a necessidade de charges para informar o leitor, há também quem conteste a indispensabilidade da linguagem de natureza verbal, como Ricoeur (1976, p.57): “Mas é a significação verbal toda a significação?” Na sequência, ele fala da possibilidade de haver excesso de sentido na interpretação que pode ir “além do signo linguístico”. Adverte ainda quanto à capacidade que podemos desenvolver na percepção dos dois lados dos símbolos, a saber, o

semântico e o não semântico. Diz ele: “A opacidade de um símbolo relaciona-se com a radicação dos símbolos em áreas de nossa experiência que estão abertas a diferentes métodos de investigação”. Para responder à essa inquietação de Ricoeur, apresentamos a imagem que se segue.

Figura 10: Fuga em massa no final da escravidão



Fonte: Agostini (1887) <http://blogconversadebar.blogspot.com.br/2010/05/13-de-maio.html>

Um observador ingênuo entenderia que a abolição da escravatura teria colocado um fim imediato à ordem escravagista do país. Um epílogo ao processo social da escravidão no Brasil, a 13 de maio de 1888. No entanto, sabe-se que não foi apenas o deslizar da pena real sobre o branco papel, com a assinatura da princesa Isabel, que excluiu o sistema escravista que formava dentro do país mais uma nação. A figura 10 mostra claramente que o sistema escravista se desintegrava a olhos vistos: “Enquanto no Parlamento só se discursa e nada se resolve, os pretinhos raspam-se com toda ligeireza. Os fazendeiros não conseguem segurá-los”, diz a legenda da charge de Agostini, chargista oitocentista, sobre o êxodo na escravatura. A esta altura, já não havia alternativas para os escravocratas. Eles já não conseguiam mais segurar seus escravos ante as investidas abolicionistas dos principais estados. Afora outros movimentos de libertação, com grupos organizados em praticamente todos os outros estados, reconhecidos na época como províncias.

Esses grupos transformaram-se em uma entidade conhecida como Confederação Abolicionista. Sua importância, apesar das divisões internas, variava de região para região, a ponto de terem abolições antecipadas aos 13 de maio, como foi o caso do Ceará, Rio Grande do Sul e Amazonas. Por estas e outras questões, é

que o *13 de maio* deixou de ser eleito pelos movimentos negros como símbolo da resistência à escravidão.

Ficou comprovado que, ao longo do tempo, a Lei Áurea não contemplou as necessidades futuras dos ex-escravos, que foram abandonados à própria sorte. Sem um texto legal que os protegessem das mazelas sociais que visivelmente estavam por vir, esses egressos da escravidão tinham de direito, mas não de fato, acesso às necessidades ofertadas pelo Estado, sequer as mais básicas.

Mais tarde, quando as mudanças providas pela Revolução Industrial alcançaram a terra brasileira, trazendo em seu bojo uma nova forma de organização do comércio e das relações de trabalho e da acumulação de capital, os negros viram a data perder-se como o referencial de mecanismo social para a manifestação da liberdade da nação afrodescendente que poderia representar. Não tiveram nem apoio legal, nem acesso à informação necessária para entrar de pronto neste novo cenário de mudanças da estratificação social. (MOURA, 2004).

A esses ex-escravos, também, servem as indagações de Ricoeur acerca do semântico e não semântico das mensagens. Formava-se ali um grupo de cidadãos interpretantes que, em sua maioria, só teriam meios de se informar através das charges circuladas nos materiais gráficos disponíveis para esse fim. Ainda que formado em sua maioria por analfabetos, este novo grupo podia não entender os signos linguísticos, mas podia entender os signos das charges.

Assim, enquanto na Europa a charge nasceu como complemento da informação, no Brasil, a charge era a informação. Era o texto que a massa podia ler e interpretar. Pela leitura dessa visão chargística, admite-se que no momento em que a imagem informava sobre o cenário político que estava no entorno do fim da escravidão, também se verbalizava, por meio de elementos pictóricos, aquele momento histórico para os futuros leitores dessas charges.

Todavia, ali, naquele momento histórico, as imagens das charges eram o único recurso que poderia instigá-los a pensar e olhar para dentro da questão. Uma fonte de informação capaz de unir os fios dessas imagens, tanto para concatenar ideias, quanto para entender o momento histórico que estavam protagonizando.

Santaella (2016) pressupõe que o artista pode levar sua imaginação onde quiser e que só é criador aquele que se surpreende ao final de sua obra. Algo que perspectivamos não ser subsídio apenas no universo literário. Afinal, a charge

também garante ascensão a códigos de produção de imagens, não só como fonte de informação, outrossim, como fonte de inspiração em outras obras.

Neste ponto, aproveitamos para refletir sobre o que se entende quanto ao que cabe ao chargista no desafio da pluralidade em sua arte. Uma vez que ele tem pela frente o compromisso em retratar o cenário político e social do momento de sua criação. Com relação a esta questão, ele pode até não ter técnicas ou regras que consigam obrigar o leitor a aceitar o interdito de suas imagens, mas, do recado de sua ideologia, o leitor não tem como escapar.

Nessa linha, sobre os acontecimentos do final do império, Bueno (2010, p. 212) acusa que os jornais da época abriram contra o Imperador uma “guerra do ridículo”, com charges das quais a imprensa popular locupletava-se. Eram críticas e insultos contra o monarca. Este, a tudo tolerava sem se defender e permitindo que ficassem impunes aqueles que o caluniavam, “seguro que estava em sua consciência de bem e de se achar acima de tais misérias”. O pesquisador comenta que textos jornalísticos da época admitiam que o imperador perdia aceleradamente o prestígio. Fenômeno que o levava a aprofundar-se cada vez mais em seus estudos de sânscrito, persa, árabe e tupi.

Dessa maneira, Bueno (2010, p. 212) enfatiza que o imperador se distanciava progressivamente do mundo, a tal ponto de afirmarem que “foi com certo alívio que ele recebeu, na tarde de 16 de novembro de 1888, a informação de que fora deposto”. Mesmo que isso não tenha sido real, a prova desta inferência está nas charges veiculadas no final da monarquia, mostrando-o sempre em posturas sorumbáticas, pensativas e sonolentas como informação não verbal do ocaso do poder.

Afinal, acometido de diabetes e insuficiência cardíaca, não teria saúde suficiente para entrar em disputas com os chargistas e caricaturistas da época que, segundo Bueno (2010, p. 212), “profetizaram a queda do império bem antes de ela acontecer”. O monarca que era assíduo frequentador de centros de estudos científicos, foi se afastando cada vez mais de seus principais interlocutores, os catedráticos desses espaços do saber. A partir de então, as penas dos chargistas sentiram-se mais livres para circular a informação que seriam representadas pelas imagens surgidas no entorno da incipiente república que se avizinhava.

Ao trazermos esses acontecimentos registrados no ocaso do império brasileiro, à luz da reflexão de Volli (2012, p. 199), “uma coisa é certa, informação e expressão não realizam a mesma função comunicativa”. Para ele, na conversação, “enquanto

geralmente a informação explícita se refere aos conteúdos da comunicação, a expressão tem mais a ver com a relação entre os interlocutores”. Então, ele concorda, a partir da visão de outros estudiosos de semiótica, que na maioria das vezes as coisas mais importantes “não são ditas explicitamente”. Na verdade, “são ditas de forma subentendidas”. O que obriga o receptor a prestar atenção ao tom da voz, ou, às expressões faciais e corporais do emissor para interpretar sua mensagem.

Enfim, na tentativa de fuga da iminente instalação da república que o rondava, mesmo na iconicidade da concisão de gestos e palavras, o Imperador conseguia passar informações de sua presença com o mínimo de signos que seus opositores conseguiam captar. Não se pode concordar que fosse atitude de indiferença, conforme informavam as charges da época, já que estava acometido de doenças irreversíveis. Tanto, que por conselhos médicos, uma de suas estratégias para fugir dos chargistas que tanto contribuíam para o agravamento de sua precária saúde, era viajar por todo o mundo, como também pelo Brasil. (FREITAS, 2003, p. 143 e 153).

Figura 11: D. Pedro II e o ocaso do Império



(Agostini, 05.02.1887. Apud Renato Lemos. *Uma história do Brasil através da caricatura*, 2006.)

Fonte: Agostini (1887) <http://angloresolve.plurall.net/press/question/2220272>

Desde 1871, D. Pedro II “cansou-se da política e entregou tudo a Rio Branco”. Em outubro de 1875, antes de viajar, recomendou à Isabel que “fosse equitativa e cautelosa quanto às eleições diretas”. Mesmo assim, as imagens dos chargistas catapultavam sua saída da cena política brasileira. Em um trabalho coletivo das análises desses críticos, as charges intensificavam a mácula de sua figura real nos limites permitidos pelos interpretantes, os quais se apropriavam da informação permitida por tais imagens, conforme figura 11. (FREITAS, 2003, p. 143).

Figura 12: Após a guerra do Paraguai



Fonte: Agostini (1870) e Gerender (2012) <http://www.resumov.com.br/provas/enem-2014/enem-2014-cht-32/>

Destas charges, podemos extrair duas leituras construídas em tempos díspares, a saber, os últimos anos do império e a república revisitada pelo contexto do regime militar. A revista que a publicou fez questão de acoplar na mesma imagem uma charge mais atual e a charge de 1870 de Agostini. Esta disposição tem como objetivo possibilitar uma convergência de ideias nas figuras que estão representadas.

Sob um mesmo plano, a figura à direita, mesmo em um contexto mais atual, também está envolta nas questões de retorno a um estado republicano (República, volver!).

Esta construção, para efeitos anacrônicos, tem a clara intenção de prover o leitor de uma associação de ideias em torno do sonho de retorno a um país democrático de direito. Dessas interpretações, como nos indica Silva (2016, p. 9), “a informação demanda múltiplos significados para pensar a ciência e a sociedade”. Então, vemos aqui que houve, nos dois tempos, para uma mesma informação, apenas o isolamento das intenções do sujeito. Percebe-se no mesmo contexto histórico dois eixos de um mesmo acontecimento. Ambos amarrados em um sistema simbólico que foi se transformando, à medida em que as funções políticas dentro da ordenação do mundo também sofriam suas mudanças.

Nesse momento, pode-se dizer que o passado vai delineando a informação simultaneamente à reprodução das ideologias de cada época, com seus contornos estabelecidos pela força dos discursos dominantes em cada período. O que pode ser percebido pela sensível evolução no processo de composição dos chargistas. E, como prevê Eco (2010, p. 66), “o passado está sempre nos surpreendendo, mais que o futuro, talvez”. Trata-se de visões distintas em vista das mudanças de percepção do objeto, provocadas pelo tempo. Então, pode-se inferir que o objeto não mudou. O que mudou, com o tempo, foi a percepção do objeto.

Figura 13: O adeus a D. Pedro II



Fonte: 15 - Agostini (1882)

<http://almadanoah.blogspot.com/2008/11/monarquia-e-repblica-nas-caricaturas-de.html>

Figura 14: Nasce a República



Fonte:16 - Agostini (1890)

Assim, nas abordagens chargísticas no período da proclamação da república, houve também, como era de se esperar, uma abordagem desta fonte de informação dentro dos tempos vividos e narrados daquela atualidade. Porém, hoje já encontramos outro tipo de abordagem para este mesmo acontecimento histórico. Naquela época, por exemplo, conforme a figura 13 e 14, evidenciou-se, claro, mais a exaltação da insustentabilidade da monarquia no limiar do nascimento da república. Sobre a república há, antes de tudo, uma modificação técnica ante a mesma substância política. O importante, no entanto, das versões antigas e atualizada, é a oportunidade de vermos a abordagem da relevância dos fatos de uma época, mas em uma outra era. Nota-se, nas charges apresentadas sobre este período, que se consegue visulizar nos textos argumentativos e narrativos sequências definidas pela macroestrutura proporcionada pelo tempo e a predominância do contexto de contemporaneidade.

De fato, nas charges de 1882 e 1890, aqui apresentadas, percebe-se a prática de um ato de linguagem que informa um acontecimento em andamento, com visíveis proposta de se construir uma argumentação defendendo posições. Já nas imagens seguintes, reacende-se este mesmo acontecimento em seu contexto de interpretação da informação, mas com argumento atualizado. Trata-se de uma observação com outra percepção da dimensão humana e histórica das charges. Percebe-se que há uma correlação no entorno de uma informação comentada e narrada em duas temporalidades históricas. Novas interpretações e propostas para a mesma informação em dois tempos distintos. São visões diferentes, em tempos diferentes, para o mesmo enunciado histórico. Como veremos a seguir.

Figura 15: República, uma visão equivocada



Fonte: 15 - Cleverton (2013) <http://clevertoncaricaturas.blogspot.com.br/2013/11/proclamacao-da-republica.html>

Fonte: 16 - Farias (2016) <http://verdadesmonarquicas.blogspot.com.br/2012/11/mitos-da-proclamacao-da-republica.html>

Figura 16: República, uma visão equivocada 2



Então, ao contrário do que sugere o discurso proferido nestas charges, não seria apenas para ser mais um feriado. Da república, esperava-se o cumprimento do pensamento democrático no tocante ao engajamento político do cidadão em sua mais eficiente forma: participativa e organizacional. Seria a oportunidade do povo de escolher seus autênticos representantes.

Para que isso se tornasse realidade, deveria haver, antes de tudo, segundo Dallari (1984), acesso à informação, de tal forma que permitisse às pessoas formarem livremente suas opiniões embasadas em dados suficientemente confiáveis. No entanto, para que o povo possa usufruir plenamente dessa prerrogativa, sabe-se que haverá, antes de tudo, o sacrifício de sua participação de caráter estritamente individual, para construí-la mais sabiamente no coletivo.

Lembremos, por exemplo, que, ao final do período imperial, o Brasil dispunha de uma nova formação social. Com a abolição da escravatura e substituição progressiva dos negros pelos imigrantes europeus, formou-se, entre os cafeicultores do oeste paulista e Minas Gerais, um contingente de trabalhadores assalariados. Nessa luta do processo de formação do operariado brasileiro, foi significativo o papel dos italianos e espanhóis. Chamados de *artífices*, além de responsáveis pela difusão do anarquismo, trouxeram de seus países uma experiência sindical já alicerçada no berço da revolução industrial europeia. Estes forneceram material para a produção das informações que circulavam nas muitas publicações operárias que surgiram neste período. Tudo pertinente às ideologias classistas e que desencadearam vários movimentos reformistas. (KOSHIBA, 2003, p. 342).

Dados de um relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Estatística Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil), de 1914, demonstram um considerável acréscimo de eleitores inscritos no país entre 1905 a 1912. Conclui-se, então, que, justamente após a chegada desses imigrantes, houve um salto considerável no crescimento populacional do país. Nas primeiras quatro décadas da república, constata-se um profundo aumento do crescimento demográfico no sudeste brasileiro. Com isso, houve um crescimento do número do eleitorado brasileiro, embora, ainda na condição de “majoritariamente rural” e com um contingente da população formado por um imenso número de analfabetos. (NICOLAU, 2012, p. 58).

No entanto, segundo Holanda (1995, p. 176), sair de um modelo imperial para um republicano, federalista e democrático não seria assim tão fácil. Ele salienta que “os velhos proprietários rurais tornados impotentes pelo golpe fatal da Abolição e por outros fatores não tinham como intervir nas novas instituições”. Importante lembrar que foi também nesse universo que surgiram os sindicatos, atuando na figura de produtor e mediador da informação nos processos eleitorais.

Por esta análise, a chegada dos imigrantes trouxe, inegavelmente, uma nova cultura de luta pelos direitos. Nascia ali, um novo pensamento e uma nova ação no produzir, circular e mediar as informações acerca dos processos em meio aos processos políticos. Gomes (2008, p.4) afirma que “por meio do processo de transmissão da cultura acumulada pode-se gerar impossibilidades e possibilidades, elementos fundamentais na renovação do acervo simbólico socialmente estabelecido”. E com esse acervo de lutas sindicais trazidas da Europa é que surgem

as primeiras greves no Brasil. Era, de fato, uma nova mensagem que se propagava em meio ao tom autoritário dos patrões, e com uso também da charge como fonte de informação.

Analisemos esta imagem:

Figura 17: Primeira Greve Geral do Brasil em 1917



Fonte: Vitolino (1917)

http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar_aula&aula=28793&secao=espaco&request_locale=es

Conforme demonstra a figura 17, os operários se sentiram atraídos por esse modal informativo distribuído e disseminado dentro das fábricas. Charges como estas circulavam em panfletos com informação produzida pelos militantes da causa operária. Eram produzidas com a experiência trazida de vários anos de lutas no velho continente. Segundo Volli (2012, p. 169), “uma vez aceito que o texto é crível, o intérprete se predispõe a admitir que tudo o que lhe é dito realmente acontece”. Dadas essas condições, juntos, a imprensa libertária e os movimentos organizados pelos anarcossindicalistas, realizaram sua primeira paralisação. Portanto, mais que o compartilhamento do universo intramuros das fábricas, esses folhetos mostraram a todos que já era possível uma mobilização da classe trabalhista de grande porte no Brasil. Dessa forma, mais uma vez a charge rompia a barreira do analfabetismo com suas mensagens não verbais. Também do desconhecimento da língua dos operários estrangeiros das fábricas.

Assim, os movimentos reformistas surgiram bem no momento em que o anarquismo, enfraquecido pelas duras repressões, foi cedendo espaço para duas

perspectivas de lutas, a saber, “o sindicalismo cooperativista e o comunismo”. Estes, defendiam um movimento operário baseado no reformismo e na conciliação de classes.

Em suas ideias estava implícito o pensamento de Karl Marx, filósofo e sociólogo, fundador teórico do sindicalismo de classe. Marx atuou diretamente na construção de organizações políticas sindicais, e definiu os princípios básicos da solidariedade na “luta do operariado” e na identificação da “divisão dos trabalhadores”.

Por serem guiados por esses pensamentos, esses movimentos se propunham a combater o sectarismo e “oportunistas políticos e ideológicos de esquerda e de direita no seio do movimento operário”. E, assim, transformaram o cenário trabalhista brasileiro em seu lado macroestrutural que, a partir daquele momento, passava a pautar-se em novas expressões como luta sindical, movimento operário e outras reivindicações sociais. Sempre atentos aos fatos e socializando-os, também, com o auxílio das charges. (KOSHIBA, 2003, p. 425).

Do ponto de vista da semiótica de Charles Sanders Peirce, interpretada por Souza (2003, p. 31), essa renovação provocada pelos movimentos sindicais funcionava “como uma hierarquia de sistemas significantes designados por textos”. Neste caso, trata-se da informação produzida e mediada entre patrões e trabalhadores, via representantes sindicais, daquela época, mas que permanece até aos dias atuais. Vide exemplo desse resultado na charge que se segue.

Figura 18: Charge: “mais um puxa-saco”.



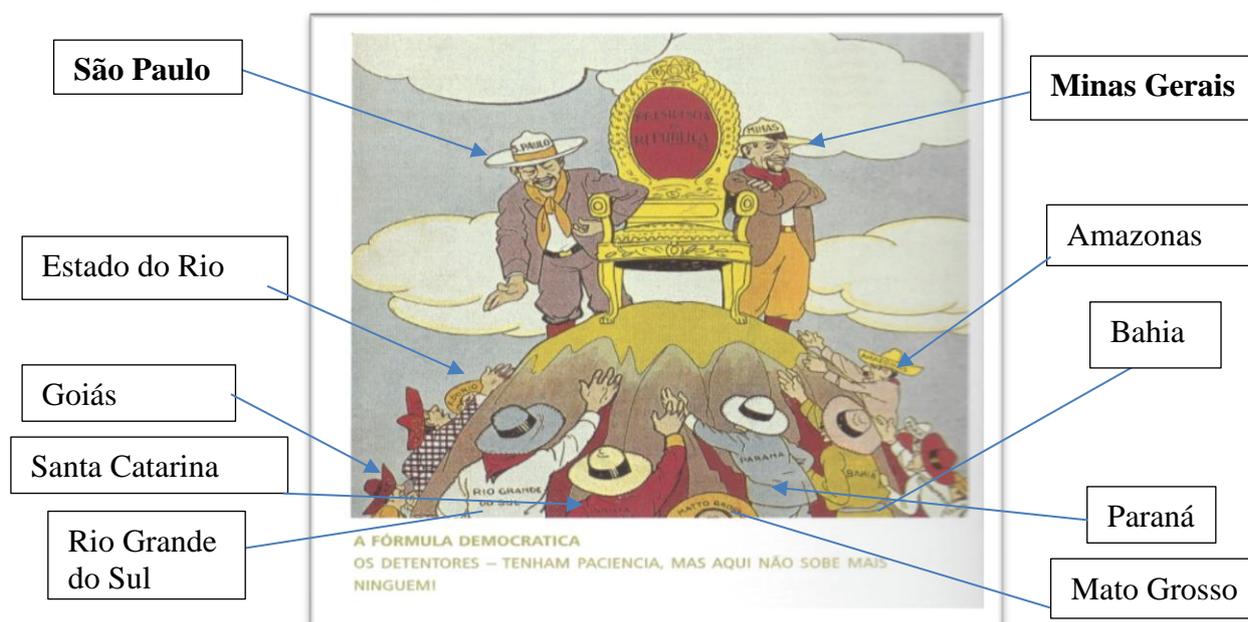
Fonte: Laerte (2014) <http://www.sindimarmore.com.br/categoria/charges/page/4/>.

As charges, naquele momento de transição de regime, ajudaram na divulgação do conjunto de reivindicações provenientes das lutas sindicais com suas propostas dirigidas aos governos e patronatos ficariam à mercê da dialética rica em

complexidades, e completamente dependente das interações conversacionais de significados interpretados, particularmente, por interlocutores divergentes. (NUNES, 2012, p. 2). Em tese, que se registre, tudo moldado aos ditames socioculturais de um país recém-saído de um regime de trabalhadores escravos.

Evidentemente, os operários ainda teriam que se adaptar a esses discursos moldados em um velho mundo, mas desembarcado em um país que ainda teria muito que aprender a mediar a informação em um mundo novo. E assim continua até a atualidade, conforme a charge da figura 18.

Figura 19: República do café com leite



Fonte: Storni (1925) <https://historiandonanet07.wordpress.com/2011/01/31/primeira-republica/>

Ainda sobre os primórdios da República, vale lembrar que esta ficou reconhecida como República Velha, do período que vai de 1889, após a proclamação, até 1930. É época em que Minas Gerais e São Paulo alternavam-se na presidência do país, conforme a charge representa. Nesse período, tal como no colonial e imperial, o poder ainda continuava nas mãos dos grandes proprietários rurais. Ante essa realidade, verifica-se que a Federação representou, no Brasil, uma distribuição a mais de competências dentro do Estado Brasileiro, porque a renda nacional, o poder político e os serviços públicos nacionais, que estavam anteriormente concentrados nas províncias, passavam agora a se concentrar nos governos. Não é demais lembrar, também, que, após a proclamação da República, os militares subiram à cena política nos seus primeiros cinco anos. Por isso, ela ficaria conhecida também como

República da Espada. No entanto, com as eleições presidenciais realizadas em 1º de março de 1894, o poder foi transferido para os civis, com a vitória do paulista Prudente de Moraes. Ele sucedeu a Deodoro da Fonseca, que só permaneceu no cargo até a Constituição de 1891. (SILVA, 1998, p.37).

Importante notar, que esse sufrágio aconteceu em meio a crises inevitáveis, já que o povo brasileiro ainda não tinha uma consciência republicana. Mesmo porque, também não havia nem partidos nem líderes fortalecidos pelo apoio popular. Foram os chefes militares com as forças das armas, que fizeram a república. A gestão de Deodoro da Fonseca e os tempos de Floriano Peixoto não passaram de uma ditadura militar que retardou, em alguns anos, a prática republicana. As sucessivas ocupações civis da presidência por históricos republicanos como Prudente de Moraes, o primeiro civil a assumi-la, seguido por Campos Sales, Rodrigues Alves e Afonso Pena, não foram eleições democráticas. (SILVA, 1998, p.39).

Em meio a esse cenário, Silva (1998, p.44) aponta a Campanha Civilista de Rui Barbosa (1909-1910) como “a primeira luta democrática com repercussão e importância no Brasil”. Mesmo reconhecendo a impossibilidade da vitória, esse movimento, reconhecido como um divisor de águas na história do regime republicano brasileiro, elegeu Rui Barbosa como “precursor do debate político com a participação do povo em uma campanha política”. A iniciativa democrática deu-se justamente à época em que Rui voltava da Conferência de Haia munido de todas as honras concebidas pelas vitórias de suas teses naquele evento.

Silva (1998, p. 107) afirma que Rui trouxe dessa experiência em Haia uma visão aclarada dos problemas políticos brasileiros daquele período. No entanto, declarava abertamente que os fantasmas das fraudes eleitorais o acompanhavam aonde quer que fosse. Por isso, uma das questões cruciais na qual se empenhava aquele movimento girava em torno das irregularidades cometidas nos processos eleitorais. Fato amplamente divulgado pelas charges da época.

Rui não saiu vitorioso daquele sufrágio. O que para ele não foi nenhuma surpresa. Ele já esperava. Silva (1998, p. 107) relembra que, após aquele pleito, ao se examinar ata por ata, evidenciou-se que se tratavam de documentos falsos. Eram atas “feitas a bico de pena, onde a mesma letra assinava vários nomes, muitas vezes truncados”. Toda essa produção documental, gerava calhamaços de páginas que, embora oficiais, eram pontilhadas de informações falsas e fraudulentas. A maior contestação civilista, nesse caso, evidenciou claramente que não tinha havido

eleições limpas. E assim, como sempre fora anteriormente, “o resultado a que chegou após a apuração nada mais era que fraude sobre fraude”. Como viria a acontecer em 1930, a campanha só teve apoio de três governos. Nesse caso, governos de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro.

Figura 20: O voto de “cabresto”



Fonte: Storni (1927) <http://historiaporimagem.blogspot.com/2012/02/voto-de-cabresto-o-coronel-o-eleitor-e.html>

Note-se que, nesse período, já estava institucionalizado o denominado “voto de cabresto” (fig. 20). Procedimento que se constituía na opressão exercida pelas oligarquias estaduais. Estas garantiam as eleições de deputados estaduais e senadores indicados pelo executivo, entenda-se presidente da República, que, em troca, sustentava essas oligarquias. Conclui-se, então, que, nessa época, a informação eleitoral ainda estava restrita ao predomínio das poderosas elites regionais, que se diziam liberais, mas não o eram na prática. A referência de cabresto devia-se ao fato de os eleitores serem tratados como as cabras dos fazendeiros. Com a informação chargística atuando amplamente nesse período do cenário político brasileiro. (KOSHIBA, 2003, p. 338).

Sobre as características comuns aos processos eleitorais daquele momento, Brandalise (1997, p.22) também contribui ao observar que “em época de eleições garantia-se o voto do pequeno agricultor com práticas compensatórias ou repressivas”, conforme seu comportamento como eleitor.

Quanto a este dispositivo de controle do voto do cidadão, Markun (2014, p.26) afirma que Rui Barbosa bem que tentou se insurgir. Relembra que, em 1910, quando ele ensaiou enfrentar o sistema eleitoral vigente, ousou inovar quando em uma convenção partidária foi escolhido para o grande desafio político eleitoral. “Apresentou uma plataforma de governo; realizou dezenas de comícios e viajou por todo o país apresentando suas ideias”. Mesmo assim, com o ato de votar cercado de restrições e sem a obrigação legal da presença dos eleitores nas urnas, o caminho ficou fácil para “o marechal Hermes da Fonseca, candidato do *status quo* e dos militares”. Conforme já se esperava, o militar venceu facilmente as eleições. Markun (2014, p. 28) também observa que “sem voto secreto, a adulteração das atas era a regra e não a exceção”. Admite que havia três momentos em que o voto podia ser fraudado: na hora de ser lançado na urna, na hora de ser apurado, ou na hora do reconhecimento do candidato eleito. O resultado era um sistema que funcionava perfeitamente, desde que a vontade do eleitor não fosse levada em conta.

Vale lembrar que, ainda de acordo com Moraes (1998, p. 2), todavia persistia nessa Constituição, a de 1891, antigos dispositivos eleitorais da Constituição de 1824 que, de tão excludentes, impediam a grande maioria da sociedade de participar do processo político eleitoral. Basta lembrar que seu texto proibia que “pobres, analfabetos, escravos e mulheres participassem do processo eleitoral ou se candidatassem”. Uma luta que ainda levaria mais de um século para alcançar vitória.

Ao analisarmos este fenômeno pela ótica de Gomes (2008, p.1), segundo a qual, na construção do conhecimento, há “um movimento complexo pelo qual os sujeitos interagem entre si”, podemos afirmar que, de um modo geral, esses membros da sociedade citados por Moraes não participavam do processo de construção do conhecimento em torno dos processos eleitorais vigentes. Não participavam nem como produtores, muito menos como mediadores dela, já que este fenômeno de interação social entre eles não existia.

No seguimento deste momento político, de acordo com Salgado (1988, p.68), logo no início do século XX, acelerou-se o crescimento urbano. Fenômeno que alterou a face de algumas cidades brasileiras onde a ordem era modernizar. Com essa velocidade de desenvolvimento, ela afirma que houve o desencadeamento de uma efervescência cultural, novos valores sociais e estilo de vida. E que esses novos valores ditavam comportamentos que recebiam o rótulo de progresso.

Essa conjuntura se encaixa na descrição feita por Castells (2003, p. 67) sobre

o avanço cultural no contexto mundial. Na sua visão em relação às transformações de nossa cultura material, a história da vida “é uma série de situações estáveis, pontuadas em intervalos raros por eventos importantes que ocorrem com grande rapidez e ajudam a estabelecer a próxima era estável”. Sejam por avanços nas inovações tecnológicas, sejam por acontecimentos que alteram drasticamente o contexto social de uma era. As guerras são um exemplo disso.

Salgado (1988, p. 101) argumenta que no longo processo de desagregação sofrido pelo Estado Imperial, fatores diversos concorreram para a construção dos novos valores que passaram a orientar a sociedade brasileira. Resultante de todo esse processo de estabilidades seguidas de rupturas abruptas pode-se registrar um acontecimento que contribuiu consideravelmente para o avanço da produção da informação em meio ao eleitorado brasileiro no período de 1887 a 1930: o pioneirismo de mulheres como Berta Lutz e Maria Lacerda de Moura, no Rio de Janeiro, com a criação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. Este núcleo pregava a igualdade política e dava início ao movimento feminista no Brasil. O centro articulador de suas questões girava em torno do voto e dos direitos políticos da mulher.

A julgar pelo registro de Marchi (2017, p. 86), este fato aconteceu no mesmo período da chegada ao Brasil de “quatro milhões e 582 mil estrangeiros (a imensa maioria após 1889) e metade deles fixou-se em São Paulo”, dentre os quais, grupos de italianos, espanhóis e portugueses formavam seu maior contingente. Situação conjuntural que viria a influenciar, sobremaneira, o pensamento político e o comportamento dos detentores da informação acerca de assuntos referentes às eleições no Brasil. E isso com visível mudança no vocabulário político e social formado no ambiente informacional do eleitorado brasileiro. Koshiba (2003), por exemplo, avalia que palavras como operário, anteriormente com sentido pejorativo entre os trabalhadores, ganhou outro significado na nova formação das camadas médias urbanas.

Silva (2016, p.17) admite que “estando a informação humana em uma dimensão simbólica e, entre elas, a linguagem”, as abordagens semânticas estão passíveis de mudanças de interpretação a cada tempo. O que acarreta também mudanças nas abordagens dos símbolos. Vamos salientar, por exemplo, a urgência imposta na substituição dos símbolos imperiais para os símbolos republicanos, que não foram pensados no decorrer das movimentações em prol da destituição da monarquia. Segundo Gomes (2013, p. 35), os novos poderes constituídos, ao se

darem conta de que a Coroa tinha que ser urgentemente banida do pavilhão nacional, na celeridade, escolheram uma estrela vermelha para substituí-la.

Também do perfil urbano no começo da República, é bom lembrar que houve a eclosão de movimentos sociais na cidade e no campo. Os maus-tratos promovidos pelos empregadores brasileiros, acostumados ao dispensário de explorações do passado escravagista, afugentaram os imigrantes para as cidades, suscitando várias transformações sociais, dentre elas as relacionavam-se com o futuro eleitorado.

Salgado (1988, p. 115) argumenta que daí originaram-se os primeiros movimentos políticos de dimensões nacionais, juntamente com todas as simbologias usadas até hoje, tanto como aliadas do processo de mediação da informação quanto pelo seu caráter eminentemente discursivo de ação, intervenção e interação, quando imerso no campo social e informacional.

Tudo isso, vale lembrar, ainda sobre a forte pressão das relações sociais, às quais os imigrantes vieram a se incorporar, caracterizadas pelas ideologias racistas e preconceituosas contra os negros, os quais se encontravam em situação de abandono e miséria, principalmente após a abolição. Lembrando a mazela social que mais agrava esta situação, o analfabetismo intenso entre os egressos da escravidão. Para a alegria da parcela da população exemplificada na charge abaixo.



UNIRIO (2002) http://professor.bio.br/historia/provas_vestibular.asp?origem=Unirio&curpage=12.

Neste contexto, as charges continuavam a exercer seu papel como fonte de informação. Atuavam, em suas mensagens, como representantes dos documentos textuais, aos quais, a maior parte da população ainda não tinha acesso.

4.1 A ERA GETULIANA E O INÍCIO DO POPULISMO NO BRASIL

Conforme assinalado pela charge da figura 19, e admitido por Pedreira (1982, p.222), “Minas sempre foi uma peça-chave no xadrez político brasileiro”. Mas houve uma trégua que marcou o final da República Velha, entre 1930 e 1964, quando os gaúchos estiveram nas gestões presidenciais brasileiras. Antes do golpe que o levaria ao poder em sua primeira era de governo, após a revolução de 1930, Getúlio Vargas teve sua trajetória definida com a ajuda do mineiro Negrão de Lima.

Figura destacada na política brasileira, Negrão de Lima teve a incumbência de percorrer o Brasil em toda sua extensão para angariar adesões de governadores para Vargas. Assim, de 1930 a 1964, embora os gaúchos tenham governado o Brasil, para quem acompanha o dia a dia da política a uma distância apropriada para se beneficiar de uma análise mais razoável, o apoio de Minas Gerais foi expressivo para a instauração do Estado Novo.

Porém, para manter-se no poder, segundo Moraes (1998, p.421), Getúlio era obrigado a “equilibrar-se entre as diversas forças que formavam a aliança dos grupos revolucionários que o apoiara”. O Estado Novo foi o fruto de um golpe político-militar, o qual, desde início, estruturou-se como um Estado autoritário. O que levou Pedreira a (1982, p.224), mais de uma vez, contemporizar que “não se faz ditadura no Brasil sem Minas”. Disse isso aludindo ao conteúdo proporcionado pelo périplo histórico da biografia de grandes figuras deste estado, quando, inclusive, ele conjecturou que “se todos os outros estados tinham seus pecados, porque Minas não poderia ter os seus?” Fica o registro hipotético.

Quanto ao aspecto político eleitoral, para Jambeiro (2004, p. 105), “no Estado Novo, o poder executivo assumiu o papel de líder e organizador da sociedade e interveio amplamente na política, na economia e na cultura do país”. Visto por este ângulo, no que diz respeito aos processos eleitorais, Lira Neto (2012, p. 522) adverte que em seu primeiro discurso pós-revolução, Vargas já havia deixado uma lacuna que preocupou os mais atentos. Sem o uniforme militar usado durante a revolução, Getúlio, de paletó e gravata, prometia em seu discurso, entre outras providências, moralização da nação, melhoria do ensino público, sindicâncias contra crimes financeiros e reformas eleitoral e do funcionalismo público. Nenhuma palavra, porém, foi dita em relação à convocação de uma Assembleia Constituinte, ou, muito menos, sobre plano para um futuro processo eleitoral no país.

Se refletiu ou não, sobre tudo o que prometia, para Gomes (2000, p. 61), na “elaboração de conceitos buscamos compreender e explicar a realidade na qual vivemos através da criação de signos, significados”. Seguindo o curso da história, em 25 de janeiro de 1932, aconteceu o ápice do movimento popular organizado por ligas pró-Constituinte, que já vinham se reunindo em toda a nação. Eram multidões que se concentravam em praças públicas para exigir a redemocratização do país.

Diante de tal pressão, Vargas encomendou a uma comissão coordenada por Maurício Cardoso um novo Código Eleitoral. Esta vinha com um novo conteúdo que foi considerado mais avançado que o anterior. Isto porque, nesse novo código eleitoral, constou pela primeira vez o voto secreto, o voto feminino e a extinção da Comissão de Verificação de Poderes do Congresso. Essa comissão tinha, até então, o poder de validar votos, autorizar a expedição de diplomas eleitorais e até de barrar a eleição de oposicionistas pelos deputados e senadores governistas que a compunha. (LIRA NETO, 2013, p. 27).

Antes de passarmos para a segunda incursão de Vargas no poder, vale lembrar que, no primeiro período do governo Vargas, a informação era vigiada nos jornais. Segundo Chagas (2012, p.490), havia sempre um censor que chegava todos os dias pela manhã para ler os jornais antes de eles irem para o prelo. Ele conta também que no final desse governo, essa rotina, contudo, teve uma manhã inusitada. Em Minas Gerais, quando o censor que por longos anos liberava ou proibia o conteúdo do jornal *Diário de Minas* chegou para mais um dia de censura, ouviu do secretário do jornal a seguinte frase: “A partir de hoje, se você quiser ler o jornal vai ter que comprar na banca”. Daquele momento em diante a informação política tomaria novos rumos na era Vargas. Com a charge representando seu papel como fonte de informação.

Outro fato que vale a pena registrar, refere-se a 29 de outubro de 1945, o dia em que Vargas foi deposto. Precavido, quando recebeu o documento que o destituía da presidência, pediu um prazo para retirada de objetos pessoais. Na verdade, ele quis ganhar tempo para reter, sob sua guarda, caixas lotadas de papéis com informações registradas ao longo de sua prolongada gestão.

Não se sabe qual o método de arquivamento adotado até ali. Sabe-se, no entanto, que a produção dos documentos e a responsabilidade pela organização da informação em seu governo tinha sido repassada para sua filha, Alzira, que, por sua vez, contratou uma funcionária do Itamarati a quem repassara a tarefa. Embora Samili (2008, p. 64) admita que Darcy Vargas, esposa de Getúlio, tivesse como prioridade

na educação das filhas que elas aprendessem a “cozinhar, tocar piano e costurar”, coube à Alzira realizar um importante papel na vida executiva de Vargas.

A despeito de todas as movimentações prós e contras, após um breve intervalo de cinco anos, Getúlio saiu e retornou ao poder. Ainda que parecesse incrível para a oposição, conforme registro de inúmeras charges da época. Nesse intervalo de cinco anos, assumira uma cadeira no Senado. Havia sido eleito como deputado e senador por vários estados, já que a legislação da época permitia. Mas optou por ser senador pelo Rio Grande do Sul. Segundo Lira Neto (2015), ao voltar em sua segunda fase presidencial, o contexto da informação política e eleitoral, com Vargas no poder, não seria o mesmo.

Durante a campanha de retorno à presidência, “praticamente ausente do senado”, Vargas usava em seus discursos expedientes verbais de acordo com as necessidades de informação do estado que percorria. Ajustando sua oralidade, conhecida como “dialética Vargas”, chegou a dizer no Rio de Janeiro “que se fosse eleito o povo subiria com ele os degraus do Palácio do Catete e ficaria no poder”. Prometeu-lhes sonhos e fantasias. (FAUSTO, 2006, p.224).

Foi assim que, mesmo com toda a ameaça de anulação de seu mandato, partiu para sua última incursão no poder. Seu grande opositor, o jornalista Carlos Lacerda, usava seus espaços para predizer: “O senador Vargas não deve ser candidato, candidato não deve ser eleito, eleito não deve ser empossado, empossado faremos de tudo para derrubá-lo”. Prometeu e, realmente, lhe impôs uma luta sem trégua. A atitude nacionalista de Vargas gerava opiniões antagônicas. Dessa forma, enquanto o intelectual paulista Duarte (*apud* Lima 2008, p.39) definia-o como “o messias charlatão, que chegava ao poder enganando os pobres e explorando-lhe o sentimentalismo”, outros tinham opiniões bem diferentes. Wainer (2003, p.124), por exemplo, admite em suas memórias que o “nacionalismo de Getúlio Vargas”, confuso e primário em sua primeira passagem pela presidência, moldado pelo tempo passado em seu exílio voluntário nas fronteiras gaúcha, voltava conhecedor ainda mais sobre as virtudes, fraquezas e debilidades do povo brasileiro.

Wainer (2003, p.124) admite ainda que foi graças a esse discernimento, a “essa sensibilidade que Vargas pôde ficar tantos anos no poder”. De qualquer forma, o jornalista reconheceu a habilidade que Vargas tinha em manipular todos à sua volta. Vargas antecipava-lhes as intenções. Sempre previa as pressões que se avizinhavam,

administrando as informações conforme elas lhe chegavam. Habilidade primordial na hora de compor seu ministério, conforme mostra a charge a seguir.

Figura 22: Critério para escolha de ministério segundo Vargas



Fonte: Sponholz (2015) <http://www.tribunadainternet.com.br/o-preco-do-poder-nao-e-a-perda-da-honra-e-dignidade/>

Esta charge, apesar de atual, adapta-se a uma das mais difíceis tarefas de Vargas, a composição de seu ministério. Segundo Lira Neto (2014, p. 246), ele deixava claro para sua equipe que “todo ministério era de experiência e todo ministro provisório”. Devido a essa forma de governar, teve embates difíceis com os baianos Simões Filho e Antônio Balbino. Em uma reforma do ministério, desmembrou a pasta da saúde da pasta da educação. Entregou a primeira, que era do baiano Simões Filho, a outro baiano, Antônio Balbino, estreante no congresso. A segunda, a um médico, Miguel Couto Filho, para aumentar a participação da bancada do PSD de dois para três, contra quatro da UDN. Simões Filho não gostou de se ver trocado por “um neófito”, como ele mesmo reclamou posteriormente a Getúlio. No que o presidente, com um contra-argumento, disse que não tinha mais nenhum cargo para oferecer a não ser o dele. Simões Filho teve que aceitar.

Para vencer pressões como essas, Vargas, conforme ilustração da charge, teve, por exemplo, que governar com “dois ministérios da fazenda”. Incumbiu ao diretor da Confederação Nacional da Indústria, o baiano Rômulo Almeida, compor uma Assessoria Econômica que ficaria diretamente subordinada a ele. Raros componentes de seu governo sabiam da existência dessa equipe. E assim, longe e “praticamente livre das injunções político-partidárias”, ele autorizou Rômulo a requisitar, discretamente, técnicos competentes dentro da própria esfera federal. Em um sistema de empréstimo, como previa a lei, para comandar as finanças do país sem a participação crítica da imprensa. (LIRA NETO, 2014, p. 206-208).

Esse habilidoso procedimento, tinha como principal objetivo “acalmar tanto os investidores estrangeiros quanto os representantes oficiais do governo dos Estados Unidos, que sempre aportavam no Brasil a mando de seus presidentes”. Outra grande preocupação de Vargas. (LIRA NETO, 2014, p. 206-208).

Devido a essas características de homem versado no conhecimento do comportamento do povo que o elegera, e das forças que se opunham à sua eleição, Fausto (2006, p. 230) admite que Vargas “sabia, certamente, dos riscos que o aguardavam nesse caminho”. E confirma que, mesmo assim, ele preferiu apostar na sua capacidade de captar as “nuances da alma brasileira”, insistindo que conhecia sua gente.

Outra lembrança de seu retorno ao poder vem do dia em que tomou posse para seu último mandato. Em meio a forte oposição, as charges eclodiam em todos os jornais. Mesmo com toda a celebração popular, sentiu a falta dos representantes da imprensa em sua primeira e importante reunião ministerial. Havia uma dispersão contingencial de opiniões. Essa ausência tornava-se perturbadora porque não era normal para uma reunião tão importante. Sua experiência política alertou-o automaticamente para que monitorasse toda informação que poderia advir daquela comunicação não verbal do não comparecimento da imprensa. (WAINER, 2003).

Pela visão semiótica de Merrel (2012, p. 280), “língua, pensamento e a lógica da razão estão engendrados e internalizados principalmente linearmente”. No que Vargas sentiu a conspiração silenciosa que se instalara em seu retorno, confidenciando para seu amigo Wainer:

– Tu te lembras de uma frase que me disseste no dia em que começamos a campanha? [...] –Era uma frase sobre jornalismo, disse Vargas. ‘Só então recordei a frase que dissera o Getúlio no dia em que sentei ao seu lado para voarmos do Rio de Janeiro ao Amazonas: ‘A imprensa pode não ajudar a ganhar, mas ajuda a perder’. (WAINER, 2003, p. 126).

E assim, segundo este relato de Wainer, transcorreu o segundo mandato de Vargas. Por se considerar vítima de uma objeção sem tréguas, o presidente fez a opção de fugir do cerco imposto pela imprensa utilizando a figura do jornalista Samuel Wainer, dos Diários Associados, um grande conglomerado do ramo de notícias da época. Abriu-lhe o espaço para que fundasse seu próprio jornal.

Wainer, prevendo as intempéries que viriam pela frente, tentou advertir Vargas. Em suas memórias, *Minha razão de viver*, Wainer admitiu que deixou claro para

Vargas que “fundar um jornal fora dos grupos oligárquicos que controlavam a imprensa significava desafiar um poder desumano, aético, monopolizador e absolutista”. Afirmou que prevenira o presidente de que aquele empreendimento não seria possível sem enfrentar sérios perigos. Advertiu-o sobre a “reação dos senhores da imprensa”, que se pronunciava imediata e brutal. Por fim, afirmou que aconselhou Vargas a formar em torno do jornal um cinturão social integrado por nomes da aristocracia brasileira. (WAINER, 2003, p. 222).

Todavia, Wainer prosseguiu com o projeto e, “por ter que começar do zero”, precisou contar com o apoio de investidores para adquirir uma massa falida do Diário Carioca. Nesse ponto da investida gráfica e empresarial, ele recebeu inicialmente 30 milhões de cruzeiros, provindos, um terço, do empresário Euvaldo Lodi, financiador da campanha de Getúlio. Os outros dois terços vieram do banqueiro Walter Moreira Salles e do presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet. O comando da publicação foi confiado por Wainer a um “grupo de notória tendência esquerdista”. No entanto, é corrente que “a *Última Hora* não escondia de ninguém que surgira com a função de atuar como instrumento político a favor do governo – ou, nas palavras do próprio dono, para ser uma ‘expressão do getulismo’”, como também para deter o avanço do ostracismo para onde a imprensa tentava arremessá-lo. (LIRA NETO, 2014, p. 223).

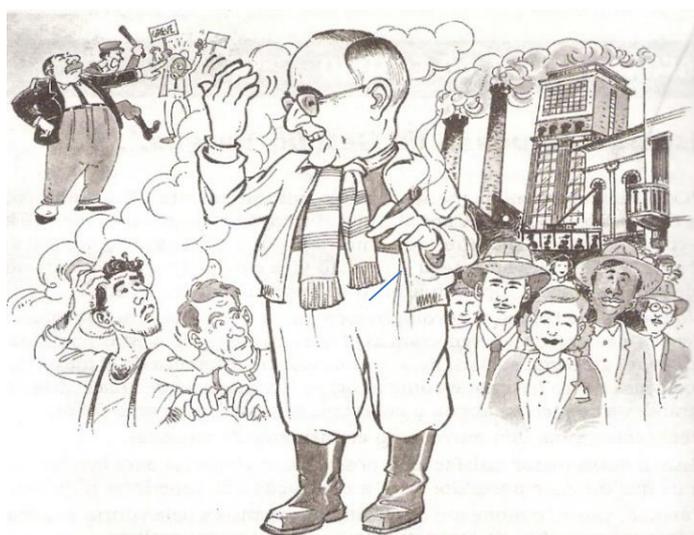
Segundo Lira Neto (2014, p. 221), o jornal, além de ter sido criado para o reforço da governabilidade de Vargas, servia também para a questão do culto à sua personalidade nacionalista e populista. Dessa forma, procurava dialogar com o povo em colunas que, “ao contrário da impessoalidade típica da época, buscavam interagir com o leitor”. Assim, os problemas até então considerados comuns nos bairros, passaram a fazer parte do cotidiano da redação e viravam matérias no dia seguinte.

Reforçava-se, então, a reverência à sua imagem, alicerçada na alcunha de “Pai dos pobres”, principalmente em charges que atenuavam as imagens difundidas nos jornais dos adversários políticos. Estas charges representavam o governante interagindo com o povo em situações de abordagens descontraídas, como se estivesse sempre tranquilo. Perfil difundido também nas informações disseminadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado por Vargas pelo decreto nº 5.077, de 29/12/1939, de contínuo com o mote em defesa dos oprimidos. (LIRA NETO, 2014, p. 221).

Nesse esforço de manter o signo da popularidade, em uma verdadeira estratégia de marketing, Vargas evitava aparecer em público de semblante fechado.

O que também exigia, inclusive, de seus auxiliares mais diretos, “que se esforçavam para demonstrar o mesmo espírito de descontração”. A intenção era a de provocar uma ideia de grupo como um todo. Com isso, a informação que saíria de seu gabinete seria sempre a de descontração. Preocupação só mesmo nas charges, que não precisavam de pose, burlavam toda a censura imposta pelo DIP, mostrando os assuntos na real dimensão imagética em que se encontravam. (LIRA NETO, 2013, p. 42).

Figura 23: Vargas, o populista



Fonte: Desvendando o governo Vargas (2012).

<http://desvendandoo governodevargas.blogspot.com/2012/08/>

De acordo com a figura acima, uma sólida base de apoio que o ajudasse a governar. Equilibrava-se o quanto podia no cargo de chefe de Estado, que gerava opiniões e frases antagônicas. Mesmo assim, o uso criterioso do humor não era só privilégio dos chargistas. Vargas também o utilizava como forma de reduzir as asperezas de suas responsabilidades, entre uma e outra situação traumática. Usava o humor mesmo como um benefício colateral, em seu jeito populista de governar que, até hoje, ocupam o interesse da população como esta charge da figura 23, datada do ano de 2012. O acontecimento traumático que a oposição desejava para depor o presidente foi proporcionado pelos próprios membros de seu círculo íntimo. Na tentativa de assassinar o opositor de Vargas, o jornalista Carlos Lacerda, um homem contratado por Gregório Fortunato, guarda pessoal do presidente, “acabou assassinando o acompanhante de Lacerda, o major da aeronáutica, Rubens Vaz”. Foi o golpe fatal no governo de Getúlio. A imprensa, juntamente com seus chargistas, não

dava folga. O cerco se apertou, e Vargas optou por sair de cena através do ato trágico de suicídio. Deixou sua “carta testamento”, com informações políticas, sociais, históricas e econômicas que até hoje fornecem material para os mais diversos campos das ciências. (FAUSTO, 2006, p. 230).

Com referência aos últimos dias de Vargas, antes deste nefasto desfecho, Nery (2014, p. 69), em sua obra autobiográfica *Ninguém me contou, eu vi*, reflete sobre o último compromisso de Vargas, pelo menos em público, na visita oficial que o presidente fizera, a convite, ao estado de Minas gerais:

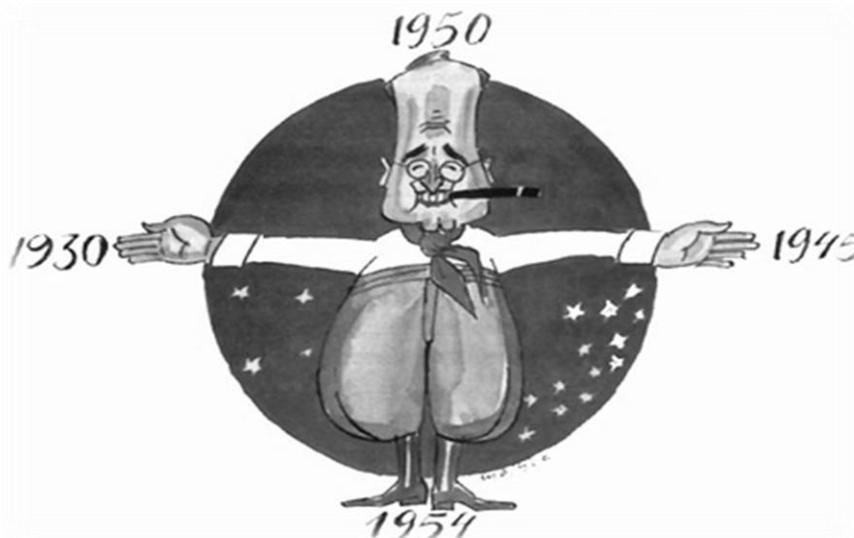
A vida de Getúlio no Catete tinha virado um inferno naquele abril de 1954. Em Minas, Juscelino, generoso e corajoso [...] convidou-o a ir a Belo Horizonte para inaugurar a siderúrgica alemã Mannesman. A UDN mineira ficou histérica. Nós universitários da Juventude Comunista [...] fomos ajudar a impedir que Getúlio entrasse pela Avenida Afonso Pena. Descemos todos de lenço branco amarrado na boca. [...] não havia um trabalhador, um operário. Lembro-me do Guimarães dizendo-me: ‘Nery, isso que vocês, comunistas, vão fazer é uma loucura. Que a UDN faça, tudo bem. Mas vocês estão engordando o golpe militar que vai derrubar Getúlio e pôr vocês todos na cadeia. [...] Éramos mais de uma centena. Quando Getúlio apareceu, vaiamos, [...] mas a comitiva não pegou a Afonso Pena. Imediatamente deixei de ser estudante e virei jornalista. Queria ver e ouvir Getúlio. Nunca o tinha visto de perto. Mais baixo do que eu pensava, mais gordo do que parecia, uma infinita tristeza no rosto, como se fosse chorar. Quando começou a ler seu discurso [...] tive tanta pena que quase lhe pedi perdão pelo lenço na boca de quase meia hora atrás. Deixou claro: só morto sairia do Catete... (NERY, 2014, p. 69).

Este relato de Nery, colabora para que façamos uma análise das imagens exploradas nas charges em torno das figuras de Getúlio apresentadas até agora neste trabalho. Ou seja, de como elas podem ser aproveitadas para ressaltar os detalhes mais propagados de sua passagem pelo poder. Nery, por exemplo, reforça a ideia de manipulação dos traços físicos característicos na composição imagética de Vargas. Não era como as figuras que ele estava acostumado a interpretar. As informações que ele tinha até ali foram desmitificadas quando confrontadas pessoalmente. Ele enfatiza na décima quarta linha da citação: *mais baixo do que eu pensava, mais gordo do que parecia*. Parecia em relação a quê? Na sua interpretação trabalhada, evidentemente, naquilo que até ali o signo fora capaz de produzir fora da visão real. Fato é que nas charges os signos são trabalhados para que o leitor acredite o máximo possível no que vê.

Em tempo, Santaella (2008, p. 30) argumenta sobre essa “incompletude do signo e sua incompetência, sua tendência a se desenvolver num interpretante onde busca se completar”. Fato que Merrel (2012, p.14) explica ao afirmar que “semiótica, como um estudo geral de semiose, é, antes de tudo, um jeito de perceber, experimentar e conceitualizar coisa”. Apesar de considerar que não se trata de um conhecimento que se concretize “somente por meio acadêmico e reflexão teórica”. Admite ser, antes de tudo, o fruto de uma experiência humana peculiar.

Figura 24: Vargas e a “vida” pela Nação.

Fonte: Morais (2012) <http://mestresdahistoria.blogspot.com/2012/06/>



Poucos dias depois daquela última visita oficial, Getúlio cometeu seu gesto fatal de retirada da vida política. Para Moura (2016, p.15), nesse movimento tornou-se um homem que, em vida, posicionava-se como um ícone: o Salvador da Pátria. Já, após o suicídio, tornou-se gerador de uma outra forma de signo: um mártir da liberdade civil, que representara a camada mais pobre da população brasileira. Um fenômeno informacional repleto de significados, no que se refere ao resgate da centralidade humana em sua “forma mais efetiva e orgânica do diálogo entre a Semiótica e a Ciência da Informação em torno do fenômeno informacional”. Ou seja, uma discussão que enseja dois aspectos de relações informacionais.

Assim, na charge da figura 24, traz-se para o centro da discussão uma informação a partir do ponto de vista de um Getúlio firmemente apegado às suas tradições gaúchas, porém, dentro de um traçado delineado pelo pavilhão nacional, na ideia de um todo patriótico. Na completude da simbologia, as extremidades de seu

corpo, oferecido à pátria, atuam junto com os pontos cardeais que indicam os anos de sua trajetória política. As estrelas simbolizam alguns estados embaixo de seus braços protetores. Observa-se que nesta imagem o chargista constrói informações que dão margem a interpretações que só poderão ser contempladas individualmente, conforme o estágio de conhecimento de quem lê a charge.

4.2 OS GOVERNOS POPULISTAS DE JUSCELINO KUBITSCHEK A JOÃO GOULART (1955-1964)

Figura 25: Jk e Jânio



Fonte: (Appe, 1960) <http://bernardoschmidt.blogspot.com/2015/11/pilulas-janisticas-1.html>

Após a morte de Getúlio Vargas seu vice, Café Filho, assumiu o poder. No entanto, dizendo-se doente, licenciou-se para tratamento. Não conseguiu retornar e, um ano depois, em 1955, houve um novo processo eleitoral. Havia os rumores de um golpe militar, mas ao final das eleições presidenciais, Juscelino Kubitschek saiu vencedor. Predominava em cena, com sua tônica jovial e seu Plano de Metas. Projeto político econômico, de ação desenvolvimentista, que prometia fazer o Brasil alavancar e crescer cinquenta anos em cinco. Segundo Oliveira (2011, p. 267), em seu governo a movimentação oficial em torno da informação política tinha como um de seus personagens principais o general Lott que,

assumiu a frente do debate na imprensa, dada a rede de informações que possuía, muito mais ampla do que se pudesse imaginar. Muito bem informado sobre os bastidores da política e da polícia política, tinha à sua disposição o Serviço Secreto do ministério do exército que o munia de informações. [...] dada a incerteza que se punha desde o início do governo de Juscelino esse fora assumindo o comando desse serviço, sempre assessorado diretamente pelo major Alencar, que tinha a experiência do Serviço de Informações em São Paulo. [...] Esta

rede de informações também possuía pessoas infiltradas que produziam documentos sobre o próprio Lott que eram enviados não a ele, é evidente, mas ao chefe do Serviço Secreto. (OLIVEIRA, 2011, p. 267).

Afirmações como estas demonstram que os métodos de espionagem são os maiores produtores de informação na vida política dos países. A coleta, o armazenamento e análise de milhões de comunicações privadas, que tramitam no cotidiano dos bastidores do poder, são que proveem o material que, no futuro, irá se transformar nos documentos fundamentais para desmitificação popular da informação e solidificação da realidade da história.

Enfim, apesar de ter o cotidiano atormentado por sérias dificuldades no lar, Juscelino Kubistchek deixou sua marca simbólica com as alcunhas de “Pé de Valsa”, “Peixe Vivo” e o “Presidente Sorriso”. Segundo Gaspari (2014, p. 418), “só um homem com sua energia conseguiria manter um eterno sorriso mesmo convivendo com um câncer de próstata, diabetes e crises de angina”. Sem falar nos dissabores em família por conta de sua fama de galanteador. Antes de sair, porém, mesmo após ter construído e inaugurado a nova capital, Brasília, não pôde solucionar os problemas estruturais que a sociedade já herdara de governos passados. E foi nesse vácuo deixado por problemas não solucionados, que surgiu a candidatura de seu sucessor, Jânio Quadros. (SALGADO, 1988, p.129).

Figura 26: Jânio Quadros e seu símbolo



Fonte: 26 - Nássara (1954) <http://bernardoschmidt.blogspot.com/2015/03/janio-adhemar-e-nassara.html>

Figura 27: A efemeridade de Jânio



Fonte: 27 - Appe (1961)

<http://narrativasdobrasil.blogspot.com.br/2012/11/o-excentrico-governo-de-janio-quadros.html>

Ao eleger a vassoura como seu símbolo (fig.26), a campanha de Jânio Quadros para presidente, propunham-se a moralizar o país, estabilizar a economia e “varrer a bandalheira administrativa”. Entusiasmava as massas urbanas, as classes médias e

certos setores militares impressionados pelos inflamados discursos proferidos em defesa da austeridade, segundo sua plataforma de campanha eleitoral emoldurada pela promessa: *Jânio vem aí!* ... Assim mesmo, com o ponto de exclamação e reticências. (SALGADO, 1988, p. 130).

Jânio Quadros tomou posse como presidente da República Brasileira, em 21 de março de 1961, eleito com quase seis milhões de votos. No entanto, sua permanência no poder durou pouco. Seis meses depois de assumir o cargo de presidente renunciou. E não foi uma tarefa de cunho tão circense, como prevê o olhar do humor na figura 27. Pela análise dessa charge, originalmente publicada em 7 de outubro de 1961, vê-se um Jânio saltando do alto da presidência rumo a um desfecho que talvez não chegasse à fatalidade, visto que, há uma rede de segurança que talvez possa lhe aparar. Todavia, fica uma dúvida no ar: não se vê nenhuma figura que represente alguém segurando a lona. Há pessoas fugindo para todas as direções.

Enfim, informações desencontradas sobre a renúncia de Jânio Quadros alimentam matérias até hoje. A informação real, porém, como em toda celeuma que cercam as informações políticas de desfecho dramático, morre com seu dono. Todavia, a marca peculiar que deixou de sua efêmera passagem pela presidência, nunca abandonou o imaginário do povo que acompanha a história do desenvolvimento político do país: a vassoura que estava presente à frente de suas aparições em público. Um símbolo revisitado em algumas campanhas de outros candidatos.

Quanto aos símbolos e ícones, estes não faltaram durante os processos eleitorais deste período aos quais, Moraes (1998, p.379) faz alusão como “os anos áureos do populismo e da experiência democrática vivida pelo Brasil entre 1946 e 1964”. No caso aqui, a representação da campanha do presidente Jânio Quadros partiu de um artefato comum ao universo doméstico. Assim, podemos admitir que essa ideia partiu do viés da representação mais implícita de um processo de limpeza de uma casa, a vassoura. Obviamente a casa é a nação. E a julgar pelos estudos de Epstein (1997), podemos perceber que neste caso estão associadas classes de fenômenos mediados por códigos culturais.

Vale aqui um registro sobre a campanha eleitoral de Mário Covas para a prefeitura de Santos, ocorrida no mesmo período da candidatura de Jânio Quadros para a presidência da república, ou seja, em 1961. Os dois adotaram o mesmo símbolo, a vassoura, dado a afinidade dos discursos. Sobre elementos simbólicos de campanha, Epstein (1987, p.71) admite que eles podem ser utilizados para

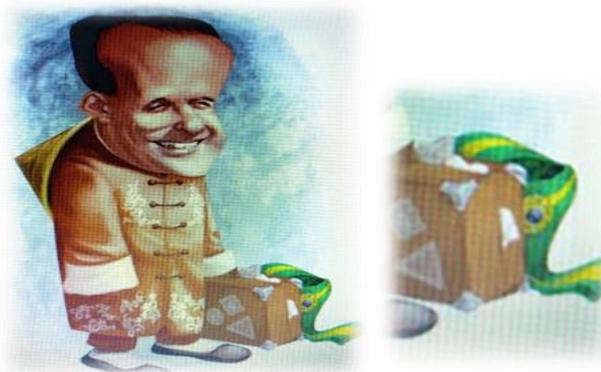
desencadear determinadas ações, principalmente no momento de votar. É o poder dos símbolos, conhecido por todos os que participam da comunicação persuasiva. No tocante ao processo eleitoral, então, qualquer dubiedade em seu uso pode até colocar uma candidatura a perder.

Então, para entender toda a informação que está envolta nos símbolos de uma campanha eleitoral, aproveitaremos o mesmo exemplo acerca desse uso da vassoura, tanto por Jânio Quadros, quanto por Mário Covas, em 1961, um pouco mais adiante. O que não se deve esquecer, é o ato de observar atentamente a ideia que sempre está largamente anunciada em meio a mensagens não verbais das campanhas eleitorais.

E nesse esforço de tentar visualizar as ideologias que estão imersas nos símbolos dos processos eleitorais, recorreremos a Chauí (2010, p. 503), em seu argumento de que “uma ideologia não nasce do nada nem repousa no vazio, mas exprime, de maneira invertida, dissimulada e imaginária, a *práxis* social e histórica concreta”. Ora, se o problema era preencher esse lugar vazio do populismo, antes que uma outra corrente doutrinária viesse a preenchê-la, embora a renúncia de Jânio Quadros tivesse provocado sérias crises, a vacância dessa forma de poder, de uma forma ou de outra, após muitas movimentações políticas seria preenchida por João Goulart.

No entanto, forças políticas se dividiram contra a posse do vice de Jânio Quadros, João Goulart, popularmente tratado como Jango. Pensavam na implantação de um governo parlamentarista, porém, um plebiscito negativou o intento. Sua permanência no poder vigoraria até o dia 31 de março de 1964 quando foi deposto pela instauração do regime militar no país. (GASPARI, 2014, p. 152).

No tocante à informação no governo Goulart, vale o registro, de que a partir do “83º dia de sua chegada ao Planalto as classes produtoras aquartelaram-se fundando o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPÊS”. Este órgão, em seus dias de produção da informação, chegou a lançar 2,5 milhões de impressos, entre livros apostilas, folhetos e literaturas anticomunista alicerçada em um orçamento milionário. Um sistema voltado para financiamento de operações políticas, inclusive, pleitos eleitorais. (GASPARI, 2014, p.152-154).

Figura 28: O retorno de Jango da China**Pinterest (2017)**

<https://i.pinimg.com/originals/e8/11/e3/e811e3b809973b0f744a4d1548d95ef8.jpg>

Esta charge, que iconiza a viagem de João Goulart (Jango) à China comunista, então sem relações diplomáticas com o Brasil (1961), ilustra a insinuação de Gaspari (2003, p.71), ao denominá-la de uma viagem em momento errado, e para o “lado errado do mundo”. Gaspari, afirma também, que os generais, em sua maioria, mantinham hostilidade em relação a Jango. Bueno (2010, p. 376), ressalta que o então presidente sabia que havia uma trama da direita para derrubá-lo. E assim, investido da indumentária chinesa, o chargista aproxima-o mais dos comunistas chineses, enquanto que o contexto da faixa presidencial, já guardada na mala, alude à questão de sua deposição, logo após seu conturbado retorno. (vide decomposição da imagem chargística na fig. 28).

Nessa conjuntura, na China ele estava, quando, as primeiras eclosões do golpe que promoveu a ruptura do regime no qual seu governo se instalara, já se faziam ouvir. Da agitada noite de 31 de março de 1964, surgiu, um 1º de abril, com movimentos em Juiz de Fora (MG). Tudo em meio às informações desencontradas que vinham das estações de rádio.

De acordo com Silva (1998, p.147-151), os boatos proliferavam, enquanto no Congresso ainda se mantinham “diálogos ríspidos”, resultantes das “flagrantes contradições dos informes filtrados”. Tratava-se de Informações evasivas e desencontradas. Enquanto isso, “tanques, canhões e metralhadoras já desfilavam em São Paulo, Minas e Rio de Janeiro em um clima de tensão e expectativa”. O golpe já estava vitoriosa quando Jango, cansado, pediu a Tancredo Neves, Almino Afonso e Doutel de Andrade que preparassem um documento declarando ao povo que ele resistiria, “enquanto lhe houvesse forças”. Sem datilógrafo, os três prepararam um

texto às pressas, porém, rejeitado por Jango, por achá-lo “muito parecido com a carta testamento”, a famosa carta de despedida de Getúlio.

Jango sugeriu modificações” no documento para uma versão final que deveria ser lido na Rádio Nacional. Porém, até hoje, uns afirmam, e outros negam, ter havido essa transmissão. Em meio a intranquilidade que reinava naquele momento, enquanto uns sugeriam a Jango abandonar Brasília e criar um núcleo de resistência no Rio Grande do Sul, outros temiam a hipótese de um suicídio. Afinal, havia a pressão da articulação do impeachment do presidente. (SILVA, 1998, p.147-151).

Tomada a decisão de ir para o Rio Grande do Sul, Jango incumbiu ao baiano Waldir Pires para que, na companhia de Darcy Ribeiro, fizesse um comunicado à nação e desmentisse a ideia já espalhada de que ele estaria para cometer suicídio. Em seguida, Jango partiu para o Rio Grande do Sul na tentativa de sustentar seu governo por lá. Waldir Pires voltou para o Planalto. A deposição de Jango se consumava. Ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cabia a função de preparar-se para sustentar a obstrução e ganhar tempo, como Jango supunha pudesse fazê-lo. (SILVA, 1998, p. 152).

À Darci Ribeiro foi dada a tarefa de redigir um texto para comunicar o fato oficialmente ao Presidente do Congresso. A meia-noite já se aproximava e não havia nenhum datilógrafo no Palácio do Planalto, “onde se encontravam as últimas pessoas que se dispunham a estar presentes numa hora tão difícil e conturbada”. Waldir Pires redigiu, diretamente na máquina, o ofício para ser assinado por Darci Ribeiro, como Chefe da Casa Civil cabia-lhe validar o documento. No dia seguinte, 2 de abril de 1964, segundo a sessão do Congresso Nacional, presidida pelo senador Auro de Moura Andrade, instalou-se em meio a um clima pesado quando foi lido, pelo primeiro-secretário, o documento (apêndice A). (SILVA, 1998, p. 153)

Finalmente, no restante daquela sessão, o presidente foi acusado de deixar a nação “acéfala numa hora gravíssima” em que ele deveria estar à frente de seu governo e, não a abandoná-lo, deixando recair “sobre aquela mesa a responsabilidade pela sorte da população do Brasil em peso”. Às 3h45min, de 2 de abril de 1964, foi declarada vaga a Presidência da República e o presidente da Câmara de Deputados, Ranieri Mazzili, assumia provisoriamente pela quinta vez, este cargo. Naqueles últimos momentos do populismo vinha, “pelo elevador privativo da Presidência, a última resistência janguista que se retirava”, formada por Waldir Pires e Darci Ribeiro. (SILVA, 1998, p. 153-155).

Figura 29: Brasília, sob o signo do poder



| FIG.2 Theo. O Globo, 28.02.64, p.3. Fonte: HPMG

Fonte: Theo (1964)

<http://www2.eca.usp.br/anais2ajornada/anais2asjornadas/anais/2%20-%20ARTIGO%20-%20DAVI%20SILVA%20MACEDO%20E%20JAILSON%20PEREIRA%20DA%20SILVA%20-%20HQ%20E%20HISTORIA.pdf>

No entanto, o afastamento de João Goulart não serviu para a concretização dos sonhos dos postulantes à cadeira da presidência, como pode ser interpretado nesta charge. Acima, na corrida presidencial, estão os protagonistas, Carvalho Pinto, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Juscelino Kubitschek. Afora outros não contemplados nesta charge de Theo (fig. 29), os quais teriam que aguardar o desdobramento do regime que se instalava. Note-se, no canto superior à esquerda, a imagem de um corvo. O “corvo”, considerado no “imaginário ocidental como agourento e sinistro”, foi ideia do jornalista Samuel Wainer que sugeriu ao caricaturista Lan uma imagem que representasse a figura de Carlos Lacerda. Este teria comparecido ao funeral do jornalista Nestor Moreira, totalmente vestido de preto. (MOTTA, 2006, p. 33).

Também na charge de Theo, temos a exemplificação do que explica Moura (2006, p.10) a respeito da concepção semiótica como “a consciência que o homem tem da ação de seu interpretante em uma outra mente e o movimento que esse homem implementa para influenciar outra mente”. Neste aspecto, ela admite que isto acontece tanto consciente como inconscientemente por parte do interpretante.

Dando continuidade ao que se refere aos últimos dias do populismo e ao regime militar que se avizinhava, vale o registro sobre as divergências que o regime trouxe entre esquerda e direita. E isso sem nenhuma margem para alternativas intermediárias. Assim, a direita criou o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)

para financiar os atos de oposição ao governo, com larga divulgação de informação cunhada sob seu patrocínio. Por sua vez, os deputados da oposição criaram a Ação Democrática Parlamentar (ADP). Já os militares aglutinaram-se em torno da Escola Superior de Guerra. O Ministério do Trabalho apoiava as greves conduzidas pela esquerda trabalhista que tinha como espinha dorsal o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). (MORAES 1998).

Aliadas às organizações e identificadas com as causas populares, havia a Ação Popular e a Juventude Universitária Católica. Entidades que tutelavam as ações políticas dos setores da Igreja Católica identificadas com as causas populares. No campo, surgiam as Ligas Camponesas do Nordeste. Estas, colocavam em evidência as agitações advindas das questões em torno da reforma agrária e da exclusão do trabalhador rural dos benefícios da legislação trabalhista. Só com a Lei Federal nº 4.214, de 2 de março de 1963, que essa legislação se estenderia ao campo com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural. (MORAES, 1998).

Contudo, nessa época, o Brasil estava em plena era dos grandes comícios. Então Moraes (1998, p. 384) acrescenta que a decisão de Jango de realizar um deles, no dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro agravou a crise que já se instalara. Compareceram ao evento cerca de 200 mil pessoas, organizado pelas maiores centrais sindicais. Moraes sublinha, que tudo isso colaborou para o rumo perigoso que o governo de Jango assumira ao descontentar a hierarquia militar. O motivo era uma decisão da justiça que negava aos militares o direito de concorrer a cargos eletivos. Quanto à circulação da informação para estes comícios, segundo Markun (2014, p. 113), ficou a cargo das “empreiteiras que prestavam serviços ao governo que bancaram 3 mil faixas, 3 milhões de volantes e 200 mil jornais tabloides explicando as tais reformas para o povão”. Assim, garantiram a ampla participação do povo em defesa da liberdade levando até ele toda a informação política que dispunham.

Quanto às “tais reformas”, vale ressaltar, que o autor está se referindo à “versão final do projeto de reformas de base, divulgada em fevereiro de 1964”, onde Jango relacionava oito propostas de reforma: administrativa, agrária, bancária, eleitoral, educacional, urbana, fiscal e cambial. Também incluía o estatuto do capital estrangeiro, com a regulamentação das remessas de lucros. (MARKUN, 2014, p. 108).

Bueno (2010, p. 376) afirma que Jango sabia que havia uma trama da direita para derrubá-lo. E diz ainda que “entre milhares de bandeiras vermelhas” Jango anunciou dois decretos quase simbólicos: “o primeiro encapava refinarias de petróleo

que ainda não pertenciam à Petrobras e o segundo desapropriava terras improdutivas, localizadas à beira de estradas e rodovias.” Uma decisão que era um acinte à direita.

Para Souza (1986, p.60), no populismo, houve uma forma de estruturação política por onde os homens públicos se tornaram detentores do poder e se estruturaram por reiteradas formas de “vínculos pessoais entre si”. Através dessa forma de gerir o governo e a vida pública com um poder fortemente centralizado nas políticas de bem-estar social (garantias trabalhistas) e leis protecionistas (criação de empresas brasileiras de bens minerais), houve o estabelecimento de uma mudança no cenário político brasileiro como um todo. Uma vez que o país se encontrava em meio ao processo de passagem da economia predominantemente agrária para a industrial.

No mais, embora o populismo no Brasil seja mais reconhecido a partir das figuras de Juscelino, Jânio e a era Vargas, suas características figuram nas interpretações sociológicas como um fenômeno por onde a forma de se fazer política é baseada na pessoa de um salvador da pátria. Governo que imprime a marca da figura de um líder que se relaciona diretamente com o povo (governante e governado), e que produz uma visão de mundo que ultrapassa as instituições. Importante observar, que no entanto, na opinião de Koshiba; Pereira (2004, p. 384) o populismo, como o implantado no Brasil entre 1945 e 1964, atua “de um lado com líderes populares que manipulam os trabalhadores e, de outro, a massa trabalhadora que se deixa levar ‘passivamente’ por esses líderes”. Tratam-se de contraposições que despertam aversão entre os intérpretes divergentes.

Seja como for, Santaella (2008, p. 63) argumenta que no universo da linguagem, quando já em curso, “não depende de nossas existências individuais”. E que de raciocínios assim, “Peirce diria que a linguagem não está em nós. Somos nós que estamos na linguagem”. Que as visões oriundas da noção dos interpretantes não são particulares e, muito menos, singulares.

A opinião dos pesquisadores sobre o trabalhismo, nos dois parágrafos anteriores, em seu texto original, traz também abordagens a respeito dessa base doutrinária de vários partidos políticos. Números concedidos pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), dão conta de que em 1964, em oito capitais brasileiras, 64% da população tinha preferência partidária” onde essa teoria era defendida. Eles analisam estes números dando-lhes a conotação de “alto, mesmo para padrões internacionais”. Prova, de que era alta a credibilidade aos instrumentos

de representação política atrelada a sistemas voltados aos direitos dos trabalhadores. Mesmo naquele momento tão sensível. (KOSHIBA; PEREIRA, 2004, p. 384).

Por este contexto, o populismo em seu aspecto reacional de poder e, portanto, da política, está inserida naturalmente entre o objeto de natureza semiótica, no qual, este período da história brasileira tem muito a contribuir com imagens de campanhas com vastas possibilidades de análises pelo seu poder de eficácia. Mesmo quando repetidamente utilizados.

Via de regra, modelos semiotizados revisitados nos processos eleitorais brasileiros tem surtido efeito porque, segundo Volli (2012, p. 240), “tedencialmente, todo sistema cultural se organiza em torno de um centro, no qual estão situados os saberes institucionalizados e consolidados, próprios de uma cultura”. Então, para efeitos interpretativos calcados nestes símbolos repetitivos de campanha pensa-se, e age-se, em conjunto, por meio de comportamentos tradicionais, limitados por um plano cognitivo sempre na certeza de que irão gerar os mesmos resultados. Quer dizer, se deu certo com aquele candidato, bem provável que há de dar com este também. Assim, de acordo estas próximas charges, as estratégias simbólicas largamente adotadas nos regimes populistas dão extenso lastro para os estudos semióticos em torno das performances de seus protagonistas. Principalmente durante os processos eleitorais em que se elegeram, como o caso de Jânio Quadros.

Figura 30: A vassoura de Jânio



Fonte: 30 - Adaptado de Dino (1961) <http://bernardoschmidt.blogspot.com.br/2015/11/pilulas-janisticas-1.html>

Figura 31: A vassoura de Covas



Fonte: 31 - Adaptado de Theo (1960)

Em sua atuação, Jânio Quadros, com a inclusão da vassoura, símbolo de sua campanha, também adotada pelo candidato a vereador em 1961 (figuras 30 e 31), há algo que pode ser analisado por meio das possibilidades interpretativa dessa construção: versa sobre a capacidade que o candidato, caso eleito, e como realmente

o foi, pudesse proporcionar a realização de um desejo nacional apenas com a utilização de um símbolo materializado. Sobre essas estratégias de composição da imagem por elementos performáticos, Reali Junior (2007, p. 120) relata que

Ainda adolescente, ouvia falar da prefeitura do Jânio (1953-1954), quando meu pai era secretário da segurança do governo Garcez. Lembro de um incêndio no Clube 28. [...] Não havia saída de emergência, e por isso morreu muita gente. Enquanto essa tragédia acontecia, num sábado à noite, Jânio, meu pai e outros estavam num jogo de buraco. Chegou a notícia do incêndio, meu pai levantou-se, avisou Jânio e saiu para tomar suas providências como secretário da Segurança. No meio da madrugada, Jânio apareceu de pijama e deu o ar de sua graça. Seu objetivo, claro, era mostrar que estava sendo acordado, àquela hora e mesmo assim, como bom prefeito que era, se dirigira imediatamente ao atendimento das vítimas... O mais interessante é que sua tática funcionava. [...] Foi eleito governador e presidente da República na base da vassoura, o homem que veio para fazer uma limpeza. (REALI JUNIOR, 2007, p. 120)

O efeito de tirar do plano das ideias, para trazer para o plano das realizações, um mundo repleto de concretizações de sonhos, gera nos eleitores uma sensação tida por Eco (2000, p. 105) como uma estratégia largamente adotada nos estudos semióticos. Ele a define como “dispositivos para gerar mundos possíveis narrativos, povoados de indivíduos ligados por relações recíprocas às quais se somam certas propriedades”. Este modelo recorrente da vassoura como símbolo, por exemplo, inserido em algumas candidaturas ao longo do histórico de campanhas políticas brasileiras, em termos do resultado na aplicação dessa estratégia imagética reverenciada pelas charges.

Finalmente, o populismo é caracterizado como uma fase do cenário político brasileiro formado por uma era de articulações e realizações visuais que, segundo Merrel (2012, p. 280), “constituem fonte de intuição, imaginação e fantasia”. Pode-se constatar isso a partir do comportamento visual de Juscelino Kubitschek (JK), sempre sorrindo e viajando constantemente de avião, conforme o cronista Braga (2013, p.1) teceu em sua opinião: “eu acho bom essa coisa de ver o nosso presidente a esvoaçar para um lado e para o outro do Brasil. Conforta o país esse presidente volante que sorri, come seu frango, inaugura um troço qualquer, diz coisas otimistas”. Dessa maneira, a informação passada ao povo pelo comportamento informacional do presidente JK, por exemplo, coincide com a mesma que obedece ao arquétipo do modo existencial de governantes populistas. Estes, quando querem passar para seus

governados as imagens que lhes aprazem sempre apresentam em suas condutas, algo que, evidentemente, não se trata de elementos informacionais quaisquer e, sim, aqueles que lhes ajudem a atingir seus objetivos políticos.

Confirma este raciocínio, a admiração de Braga ao enfatizar que a decantada performance do presidente era exibida em todos os municípios em que ele chegava. É comum que eles desenvolvam, ao longo de suas carreiras políticas, modelos de mensagens não verbais que iconizam suas imagens. E estas, quando se verbalizam, podem ser lidas por seus intérpretes mais próximos, ou seja, aqueles que convivem no ambiente informacional formado nos bastidores da vida política como gabinetes e comitês de campanha.

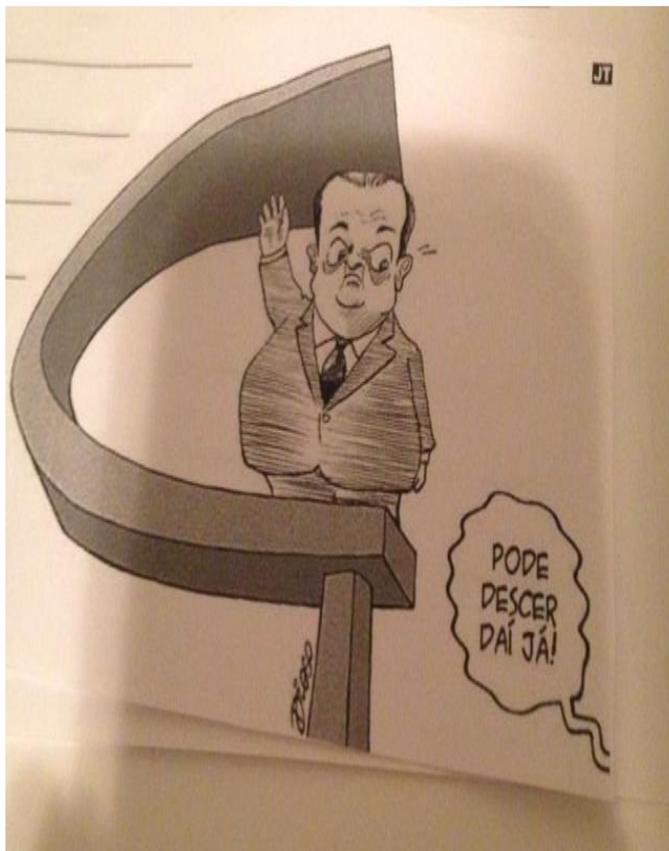
Então temos as questões: saber quem, e, o que, se pode extrair de certo ou errado nessas leituras. Em uma perspectiva transdisciplinar, até poderíamos recorrer a Almeida Junior (2004, p. 62), em sua afirmação de que estas, se tratam de questões “bastante” subjetivas e que transcendem para o campo da “moral pessoal e da ética”. Temas não contemplados nesta pesquisa.

Portanto, ao que nos importa, para efeitos interpretativos do ponto de vista da semiótica, é que esse processo acomoda-se no fundamento de que, no tocante aos caracteres na imagem de um ser investido de figura pública, de modo convergente,

basta que algo exista no mundo e essa existência lhe dá fundamento para funcionar como signo. Isto acontece porque existir significa estar situado em um determinado universo de que o existente é parte. Quando o fundamento está no existente, este recebe o nome técnico de sin-signo, isto é, qualquer coisa ou evento que é um signo. (SANTAELLA, 2008, p. 36).

Esta reflexão, permite compreender Moura (2006, p.6) quando ela admite que diante da essência pura dos signos, “os gestos, as ideias, as cognições e até o próprio homem são considerados entidades semióticas”. Sabe-se que nenhuma movimentação de uma entidade política é completamente desprovida de intenções. Estão sempre a serviço de abstrair da sua figura aquilo que lhe é peculiar. Eles precisam da exposição da imagem para manter as falas informativas dos consumidores de informação aos quais se reportam. Até para a manutenção da parte que lhe cabe nos artifícios dos cargos.

Figura 32: Juscelino Kubitschek por Diogo



Fonte: Adaptado de Diogo (2016)

Diante do depoimento de Moura e, em vista da polêmica em torno do que propõe esta charge (fig. 32), Cohen (2006, p. 65) afirma que embora o populista JK seja visto como o “maior símbolo da opulência nacional”, registros documentais comprovam que “bem antes do final da II Guerra Mundial, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil dobrou, a população cresceu um terço e a renda per capita passou de US\$ 900 para US\$ 1.360”. Estes acontecimentos econômicos acabaram por atrair um contingente de grandes empresas estrangeiras que vieram quase que ao mesmo tempo para o país.

Assim, para finalizar, entre prós e contras, dessa fase populista dos governos brasileiros, Pedreira (1982, p. 169) admite que “de um modo ou de outro seria injusto negar os bons resultados liberalizantes e democratizantes das obras de JK”. Ele reconhece como virtudes políticas e econômicas a construção de Brasília; a implantação da indústria automobilística; a construção de rodovias para atraí-las e também a implantação de usinas siderúrgicas dentre outras realizações.

4.2.1 O fim do populismo na Bahia

Após o sucídio de Vargas, as sucessões no governo da Bahia tiveram como primeiro protagonista Antonio Balbino de Carvalho Filho (governo 1955-1959). Sua principal iniciativa foi formar um grupo de jovens economistas baianos, coordenados por Rômulo Almeida, consagrado por ter seu nome atrelado ao projeto da Petrobras. Dentre seus objetivos estava o de criar projetos para melhoria da qualidade de vida dos soteropolitanos. O sucessor de Antonio Balbino, Juracy Magalhães (caricaturas nos anexos A e B respectivamente), começou seu governo em 1959 desenvolvendo um plano de desenvolvimento para a Bahia, o Plandeb, com propostas semelhantes para o progresso econômico do estado. Este projeto também foi coordenado por Rômulo Almeida. (TAVARES, 2008, p. 473).

Neste íterim, a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, pegou a todos os brasileiros de surpresa. Este acontecimento, desencadeou uma série de desdobramentos políticos pelo impedimento interposto pelos ministros militares ao vetarem a posse de seu vice, João Goulart. Juracy Magalhães teve ampla participação na articulação e efetivação da posse de João Goulart. (TAVARES, 2008, p. 474).

O último governador baiano da era populista, Antônio Lomanto Junior (imagem anexo A), tomou posse a 15 de abril de 1963. Como representação não verbal de sua campanha, seus colaboradores usavam grãos de feijão na lapela sob o slogan: “Com Lomanto, hoje feijão na lapela, amanhã, feijão na panela”. Esta informação cumpria a função simbólica de informar ao eleitor, que em sua gestão, não faltaria este alimento, ícone na mesa do brasileiro. Ainda a esta altura, as sequelas deixadas no cenário político baiano, pela saída prematura de Jânio Quadros, não haviam sanado. Isto trouxe, logo de início, um entrave ao governo de Lomanto Junior causando-lhe sérias dificuldades a qualquer projeto que ele quisesse implantar. (TAVARES, 2011, p. 475).

Diante dessas dificuldades com o golpe de 1964, Lomanto teve que recorrer a uma série de movimentações políticas para adequações aos “indicativos de instabilidade democrática”. Assim, a mudança do regime em questão, teve a adesão de Lomanto. O que proporcionou ao seu governo a realização na Bahia de algumas obras de relevo, como a estrada federal conhecida por Rio-Bahia, estrada Feira de Santana-Juazeiro, o Teatro Castro Alves e a ampliação da usina hidrelétrica de Paulo Afonso. (TAVARES, 2011, p. 475).

Para confirmar esta fase, reafirma Gomes (2001, p. 50), que “os fatos de 1964 pegaram Lomanto de surpresa”. Por ser alinhado com João Goulart, “não era bem visto pelos conspiradores e tudo indicava que seria o primeiro a cair”. De início, preveniu-se com providências junto ao seu secretário de justiça, Jorge Calmon, e sabiamente optou naquele momento por uma saída diplomática.

Assim, em manifesto à população, Lomanto fez saber ao povo que se reunira com as Forças Armadas, com as quais estava em regime de cooperação. Também, pediu-lhe que desse prova de seu patriotismo com tranquilidade e confiança. Gomes (2001, p. 50), ainda relembra que a partir de 1963, ninguém precisava fazer parte de uma redação de jornal para notar que algo de muito severo estava no ar e prestes a acontecer no País. Nesse período, o Brasil, segundo sua opinião, possuía “uma esquerda imatura, na verdade, sem tradição de *práxis* e racionalidade revolucionária”, afirma no texto de sua obra autobiográfica.

Desse período, Nery (2009, p. 271), fala de sua experiência no lançamento de seu jornal *A Semana*. Um projeto do qual ele sentencia que “tinha que ter um charme, para diferenciá-lo dos outros baianos”, já que não pretendia fazer “um jornal a mais”. Muito menos por “diletantismo ou vaidade”. Sobre este empreendimento, disse que a vida era “suficientemente importante para que se aceitasse fazer as coisas apenas por fazê-las”. Com este pensamento, entregou-se a essa ação que, antes do terceiro número, foi cercado por Juracy Magalhães que fechou todas as portas das gráficas que poderiam imprimir o jornal. Enfim, amigos garantiram para que o semanário fosse impresso no Rio de Janeiro. Segundo o jornalista, era o “preço da verdade” que ele teria que pagar.

Nery (2009, p. 271), registra ainda que o jornal não nascera com a proposta de fazer milagre, mas, de ser articulado e, do que veio a se tornar, “porta-voz dos petroleiros” e de outras entidades trabalhistas com suas representações sindicais. Também pleiteava cuidar dos interesses dos operários do porto e das propostas reivindicatórias dos estudantes.

Sobre estes últimos, Nery relata o desfecho de uma greve da Universidade da Bahia com a Reitoria de Edgard Santos: “grande baiano”, mas, admite, entretanto, sem um bom diálogo com os alunos. Então o *Jornal da Semana*, que utilizava recursos informacionais com a publicação de muitas charges, resolveu sair em defesa “com uma manchete cheia de malícia e de enorme repercussão” na comunidade em geral. E Nery relembra com precisão um momento dramático daquele episódio:

Juracy, o governador, mandou sua Polícia Especial, a RS, cercar a Reitoria com seus cães. Houve briga, estudantes mordidos, estudantes presos. Pus a charge de um cachorrão com os óculos de Juracy, dizendo como Juracy dizia: – “Minha boa gente baiana!...” [...] O autor da charge, o Ângelo da Escola de Artes Plásticas da Bahia. Fez essa e numerosas outras com seus traços inconfundíveis. O diretor da escola era o pintor Mendonça Filho, pai do Duda Mendonça, que gostava do jornal, mas não podia aparecer [...]. Mas dava cobertura ao Ângelo. (NERY, 2009, p. 271-272).

Além desta experiência jornalística, e chargística, para finalizar o desfecho dessa fase populista na Bahia, lembramos um episódio provido pelo signo da beneficência social, matriz cultural dessa terra, que se associou ao governo de Lomanto Junior. Este episódio, podia ser interpretado durante os festejos natalinos, em sua gestão, quando eram oferecidos brinquedos gratuitamente às comunidades carentes. Com farta distribuição de bolas para os meninos, e bonecas de plástico para as meninas, em instituições como o Colégio Antônio Vieira, em Salvador, faziam-se imensas filas para distribuição de senhas que poderiam ser posteriormente trocadas por estes presentes, poucos dias antes do Natal.

Neste comportamento populista, os presentes reforçavam o referencial simbólico das festas natalinas. Ali estava representada a simbologia do Natal com seu *Papai Noel*, em sua capacidade de prover, neste período, o distanciamento do povo humilde de sua realidade. Também, com esses brindes, obtinha-se a representação de algo a que se pode atribuir valor, significado ou sentido. Assim, bonecas e bolas proporcionavam um estímulo que gerava entendimento.

Este fenômeno acontecia através da relação construída entre a criança e seu objeto do desejo, ou seja, o presente de natal. E como sempre, conforme Rodrigues (2013, p. 1), “onde há atribuição de sentido, há a formação de um signo”. A face correspondente ao aspecto sensorial, chamado aqui de significante, o brinquedo e, seu aspecto compreensível conhecido como significado, o artefato boneca ou carro, transformado no presente em si.

Dessa harmonia entre a percepção e o entendimento, significante e significado, resultavam na significação dos festejos natalinos para aquela população carente, que em sua inocência não conhecia o verdadeiro sentido inserido naquele mote eterno de eternas campanhas.

5 A INFORMAÇÃO POLÍTICA EM CHARGES NO BRASIL: O GOVERNO MILITAR (1964-1985)

Figura 33: Despedida da democracia em Brasília



Fonte: **Bandeira (1988)** Imagem escaneada da obra Arquivo Nacional, 150 anos.

A saudade registrada nesta charge, refere-se ao sentimento com o qual o país se despediu daqueles anos intitulados de “anos dourados”, pelos quais ficou marcada a fase conhecida como populista da política brasileira, que chegava ao seu ocaso. Nesse retorno do militarismo, haveria uma quebra da forma de conexão afetiva de uma parte considerável do povo com seu presidente, um dos símbolos do período populista. Agora, viria o período que historiadores e pesquisadores como Rodrigues (2003, p. 12) chamariam de “anos de chumbo da ditadura”. Na descrição das participações históricas dos políticos representados na charge acima, mostraremos a despedida do poder em Brasília-DF durante o regime militar:

- **Caricatura de Tancredo Neves:** a frente do cortejo tocando viola. Sua atuação durante os governos populistas foi sempre de protagonismo e, dessa mesma forma, ele aparece na charge, à frente do cortejo com uma viola. Na era Vargas, apesar de ter sido preso e ver extinto seu mandato de vereador na sua cidade de nascimento, São João del-Rei (MG), ele voltou já eleito deputado federal por Minas Gerais desde 1950. A partir de 1953 começou sua trajetória ao lado de Vargas, que só terminaria com o suicídio deste, de quem

foi Ministro da Justiça e Negócios Exteriores. Tancredo Neves teve também uma curta experiência parlamentarista como um dos três primeiros-ministros que atuaram durante esse sistema implantado no Brasil, de 1961 a 1962. Isto aconteceu quando houve o veto militar à posse João Goulart (Jango), vice de Jânio Quadros, quando este último renunciou ao mandato. Jango aceitou o acordo que lhe garantia a presidência, mas, em parte, na gestão dos poderes constitucionais que foram transferidos para o primeiro-ministro. Foi então que Tancredo atuou como um desses primeiros-ministros. Apesar de Tancredo aparecer na charge em tom de despedida, isto não implica que sua trajetória política se encerraria ali. Regime militar instaurado, Tancredo foi companheiro fiel de Jango, antes, durante e até o dia em que foi deposto da presidência. Acompanhou-o até ao embarque no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, para a primeira etapa de seu exílio no Uruguai. No entanto, ao contrário de 1937, quando perdeu o mandato de vereador e foi exercer o cargo de promotor de justiça e empresário, desta vez, Tancredo não parou sua vida política. Como não teve seus direitos políticos cassados durante o regime militar, exerceu uma postura política de oposição moderada. Como houve a extinção do pluripartidarismo, ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Neste partido continuou seu caminho na carreira de deputado federal concluindo três mandatos. Com a volta do pluripartidarismo em 1979, ajudou a fundar um novo partido. Porém, teve dificuldades devido ao novo regulamento, após a reforma partidária implantada durante o governo de João Figueiredo. Então defendeu e atuou na incorporação do Partido Popular (PP), ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em seguida, venceu uma acirrada disputa para ser vice-presidente do partido. Tancredo Neves era conhecido por sua postura conciliatória. Assim, fez toda a sua trajetória durante o regime militar, de onde saiu vitorioso no retorno da democratização ao país. Tornou-se um dos ícones da Nova República.

- **Ulisses Guimarães** - caricaturado logo atrás de Tancredo, com um tamborim, assumiu o Ministério da Indústria e Comércio, no gabinete de Tancredo Neves, durante a curta experiência parlamentarista brasileira (1961-1962). No início do regime militar, chegou a apoiar o movimento de 1964 que depôs o presidente João Goulart. Posteriormente reviu sua posição e em 1965

filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), onde cunhou o restante de sua vida política. Mais tarde, tornou-se vice-presidente e presidente deste partido pelo qual se embrenhou na luta pela redemocratização do país. Sua alcunha de “Senhor Diretas”, deve-se à ampla participação que exerceu durante as campanhas pelo retorno do país à democracia.

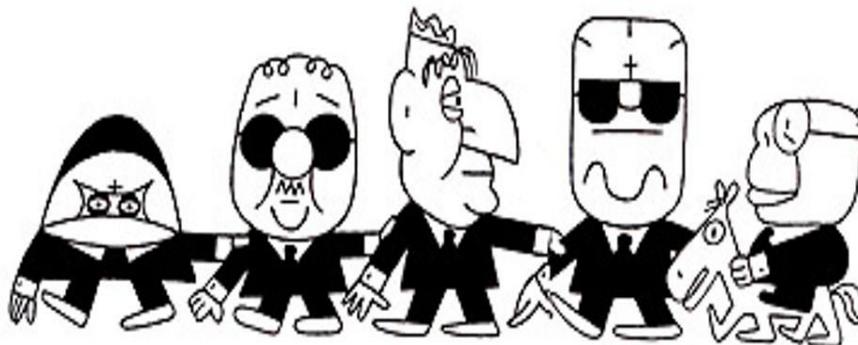
- **Candangos:** a caricatura da família (mulher com a trouxa de roupa, o homem e uma criança), à extrema direita, representa os candangos, ou seja, os trabalhadores brasileiros que imigraram, principalmente, do norte e nordeste do país, para construir a futura capital. Mais tarde, ajudaram a formar a base da população das cidades circunvizinhas, conhecidas como cidades satélites de Brasília. De origem africana, Candango significa ordinário, ruim, e

quando se começou a construir Brasília, candango era tido quase como termo ofensivo, desprimoroso, como que a indicar o homem sem qualidade, sem cultura, um pária da sociedade. Mas, aos poucos, o Candango trabalhador de Brasília passou a ser admirado no Brasil e no Mundo pela tenacidade, pelo esforço, pelo idealismo. E a expressão tornou-se um título de honra, pois só os que tinham peito e raça poderiam ser candango. (SILVA, p.1, 2017)

A julgar pelo pensamento de Merrel (2012, p. 41), esta declaração traz à baila a ideia da dinamicidade do signo na perspectiva da semiótica saussuriana pela qual, lexicograficamente, existem duas possibilidades para o uso de uma palavra: “uma está atualizada e presente, a outra, permanece ausente, mas, em diferentes condições”. Cada uma com suas próprias características justificadas pela arbitrariedade da língua. E é por esta ótica, da união com o significante (percepção do receptor) e o significado (valor conceitual do signo), que hoje delineamos o candango do início da construção de Brasília com o candango da leitura atual, em seu idealismo pioneiro e patriótico. Personagem que foi capaz de alterar o sentido de uma palavra ao dar-lhe magnitude interpretativa. Merrel (2012, p. 295) ainda argumenta que uma língua contém dentro de si “princípios contraditórios [e] oferece a possibilidade de que várias alternativas, algumas delas excludentes, sejam rotuladas de *supradeterminadas*”. Assim se renovou o conceito acerca dos candangos construtores de Brasília.

5.1. OS PRESIDENTES DO REGIME MILITAR

Figura 34: Charge com as caricaturas dos representantes do governo militar



Fonte: Nássara (1982) <https://projetoletrasearteshoracio2011.wordpress.com/2012/10/08/charge-ou-cartum-entrevista-com-raul-motta>

Primeiro, da esquerda para a direita, figura Humberto de Alencar (Castello Branco, 1964-1967). Por ser cearense e ter figura atarracada, o primeiro presidente do regime militar motivou nos chargistas essa imagem acima. Sempre demarcada por uma cabeça achatada e cenho fechado, influenciado pelos estereótipos do nordestino, já enraizado no sul e sudeste do Brasil. Segundo Albuquerque Junior (2012, p. 91), após a década de 1910, quando a designação Nordeste passou a fazer parte do recorte regional, agravou-se o preconceito contra os que antes eram chamados de nortistas, ante as fronteiras sociais impostas pelo convencionalismo contra a origem geográfica e de lugar. Portanto, sempre representado dessa forma pelos chargistas, Castello Branco entrou para a história como um dos principais articuladores do golpe militar de 1964.

Enquanto o presidente da Câmara, Paschoal Ranieri Mazzilli, assumia temporariamente a presidência da República, a alta cúpula militar preparava a substituição definitiva. No dia 11 de abril de 1964, eleito pelo Congresso Nacional, Castello Branco assumiu a presidência da república. Suas propostas baseavam-se na política de fortalecimento do poder Executivo, na ideia de segurança nacional e de impedir o avanço do comunismo e da corrupção. Também de recuperar a credibilidade internacional do Brasil. (BUENO, 2010, p. 383-386).

Bueno (2010, p. 386) afirma que o general Castello Branco, por não ser candidato único, “hesitou muito em aceitar a presidência do país sob o novo regime”. Explica que apesar do “temor à suposta ‘república sindicalista’ que Goulart estaria disposto a instaurar no Brasil, os militares estavam divididos”. Também enfatiza que

a Escola Superior de Guerra reunia o grupo dos chamados modernizadores e, “para que o golpe se concretizasse, era preciso encontrar um personagem capaz de unir modernizadores e tradicionalistas”. Por fim admite que embora ligado à Escola Superior de Guerra, o general Castelo Branco tinha bom trânsito no grupo militar intitulado de linha dura.

Em segunda posição, Artur da (Costa e Silva, 1967-1969). Com a chegada de Costa e Silva ao poder confirmou-se que o regime militar teria longa presença na história do país. Mas, apesar do endurecimento do regime, a história registra que em seu governo houve maior participação dos movimentos estudantis e sindicais com a ida em massa de seus militantes para as ruas. (BUENO, 2010, p. 391).

Figura 35: Costa e Silva, o general linha dura



Fonte: Dino (1966)

<https://www.google.com.br/search?q=Charge+de+Arthur+da+Costa+e+Silva&espv=2&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwii4pa57pzSAhXJHZAKHaYKAuoQsAQIPQ&biw=1366&bih=>

Embora a edição especial da revista Fatos e Fotos (25/03/1967), n.º 321, que deu cobertura a sua posse, tenha colocado na capa uma chamada sob título “A posse da Esperança”, Artur da Costa e Silva morreu com apenas dois anos de mandato. Foi vitimado por um acidente vascular cerebral. Na charge de Dino (fig. 35), ficou apenas a informação contundente de sua passagem pelo regime com a frase que tentou delinear seu curto mandato: o general linha dura.

Figura 36: “Brasil, ame-o ou deixe-o”



Fonte: Ziraldo (1970) <http://memorialdademocracia.com.br/resistencia-cultural/caricatura>

Em terceiro, Emílio Garrastazu Médici (Médici). Esta charge de Ziraldo, publicada no jornal *O Pasquim* em 1970, é uma das ilustrações mais utilizadas quando se trata da representação por imagem alusiva ao regime militar. Principalmente do governo Emílio Garrastazu Médici. A frase da charge foi semiotizada como propaganda contrária ao regime, pois, o período de sua gestão foi considerado o mais denso, ou, nas palavras de Nery (2014, p. 264), “o governo mais obscurantista dentro e fora da revolução”. Nery lembra que a escolha de seu nome se deu por um processo de escolha por exclusão, no qual “como todo mundo vetou todo mundo e ninguém o vetou, seu nome passou”. O jornalista explica que a expressão “Brasil, ame-o ou deixe-o”, apontava para o caminho do aeroporto. Percurso mais curto para os que detinham recursos financeiros e contatos privilegiados, no âmbito das relações amigáveis ou cordiais, fora do país neste período. (NERY, 2014, p.264).

Eleger Médici, custou uma manobra em torno de uma Emenda Constitucional (n.º 1 de 17/10/1969) para que um vice-presidente civil não viesse a substituir Costa e Silva, conforme previa a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e promulgada em pleno governo militar. (RODRIGUES, 2003, p. 16).

Apesar do governo de Médici estar atrelado à fase conhecida como do “milagre econômico brasileiro”, sua gestão deu-se em meio a uma crise internacional do petróleo. Nesse período, o Brasil passou a importar 80 % do combustível consumido no país, levando-o a um colapso energético sem precedentes. Tratava-se, na verdade, de um discurso expansionista cujo movimento político da economia era “mais complexo” e, não linear, como muitos supunham. (MACARINI, 2005, p. 2).

Em quarto, Ernesto Geisel (1974-1979). Segundo Gaspari (2014, p. 83), Ernesto Geisel começou seu mandato em 1974 com a promessa de que em seu

governo o País voltaria à democracia gradualmente. Argumento que provocou reações por parte dos militares descontentes com esta decisão. Das várias opiniões em torno da atitude tomada por ele, a que mais se propaga dá conta que, de qualquer forma, esse retorno do Brasil ao caminho democrático tornara-se inevitável.

Gaspari (2014, p. 283), sustenta que mortes de presos políticos, como a do jornalista Vladimir Herzog, obrigou Geisel a tomar providências como demitir um ministro e um general de exército. Admite também que “muitas foram as mudanças que Geisel pensou fazer no exército”. Após um ponto de seguimento ele completa a informação: “Não fez nenhuma”. Charges em torno de sua gestão, que terminou em 1974, estão destituídas de maiores inserções de representações imagéticas.

Figura 37: Figueiredo e o ocaso da ditadura



Fonte: Caruso (1984) <http://acervo.oglobo.globo.com/charges-e-humor/no-ocaso-da-ditadura-charge-retratam-figueiredo-sob-peso-da-sucessao-9085770>

O quinto, João Batista de Oliveira Figueiredo. O último presidente do regime militar, seria sempre assim representado pela maioria dos chargistas, com um cavalo, visto que deixou como legado afirmações como preferir “cheiro de cavalos a cheiro do povo”. Também, “Juro fazer deste país uma democracia [...]; E é para abrir mesmo, e quem quiser que não abra, eu prendo e arrebento”. Estas são algumas das frases capturadas de seu repertório. (PRIORE; VENÂNCIO, 2001, p.370).

Sobre a impulsividade no terreno da oralidade, segundo Santaella (2008, p. 53) trata-se de “frutos da imediaticidade qualitativa, que varia de intensidade”. Também conceitua que tais sentimentos, que geram esses arroubos, são “como reação a um impulso externo que brutalmente arromba os sentimentos.” Aqui, cabe ao intérprete, reconhecer essas gradações daquele jeito “Figueiredo” de ser, por meio de suas percepções individuais. Na figura 37, o chargista representa o presidente Figueiredo contando os dias para voltar a se dedicar apenas aos seus cavalos.

Em sua última declaração, antes de entregar o governo ao próximo mandatário da nação, Figueiredo pediu ao povo que o esquecesse. Cardiopata, o hábil cavaleiro teve que se submeter a cirurgias de pontes de safenas em Cleveland nos EUA. Após a convalescença, em 1983, reassumiu o cargo dando continuidade à ampliação do jogo “para escolher, com base nos recursos políticos dos grupos em torno do poder, seu sucessor, dado o ponto que havia chegado o processo de ‘abertura política’ do regime”. A estratégia consistia em avançar e recuar o ritmo dos ritos processuais da abertura naqueles dias, nos quais, era “muito difícil raciocinar com base nos padrões usuais da política”. Terminou o mandato sem entregar a faixa ao sucessor. (RODRIGUES, 2003, p. 15).

Vale ressaltar, que a passagem da faixa tem, para a sucessão da presidência, a mesma atribuição sógnica da passagem do bastão pelo atleta no revezamento, ou seja, continuidade. Porém, poucos reconhecem o manancial de informações implícitas neste ato tão repleto de sentidos, dado a rápida singeleza do gesto. Assim, dentro do contexto da semiótica peirciana, a infinidade de elementos simbólicos, tanto do objeto (a faixa e seus adereços), quanto ao ato de repassá-la (rito de passagem), estão impregnados de sentidos.

Outros elementos comportamentais de Figueiredo davam sinais que, uma vez ativada a interpretação, informam ao mundo a continuidade do sistema vigente de governo daquele momento. Trata-se aqui de uma semiose gestual, que nos reportam a Santaella (2008, p. 29), ao afirmar que “o signo está fadado a crescer”. Portanto, até em evitar o cerimonial da entrega da faixa, o presidente deixou para trás infinitas possibilidades de informação em um único gesto, pois, proveu ênfase ao aspecto ativo do signo. Episódio que um observador, arguto do fato, conseguirá rapidamente reunir nos principais dados de seu entorno e transformá-lo diretamente ao seu próximo nível de interpretação, a informação. No caso aqui, o fastio do poder.

6 A INFORMAÇÃO POLÍTICA EM CHARGES NO BRASIL: REDEMOCRATIZAÇÃO

Figura 38: Bar Brasil e a redemocratização



Fonte: Solnik e Caruso (2003)

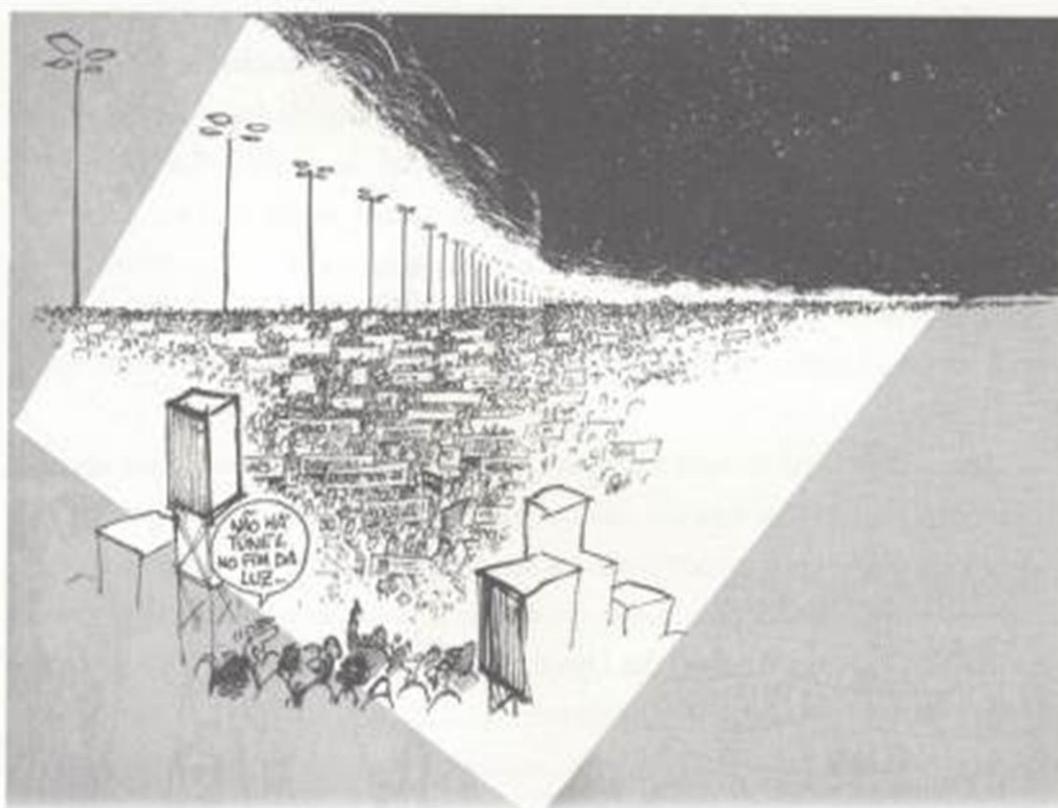
Enfim, o país voltava a se organizar mais intensamente em torno de um governo civil. De acordo com Gaspari (2010, p. 453), “este momento exigia do léxico político um termo em cujo significado estivesse embutido o fim da ditadura”. Em segunda e terceira instâncias, pensaram em “abertura” e “descompressão”. Finalmente voltaram para a primeira escolha: redemocratização.

Nesse período, as charges pelo ponto de vista intertextual, garantiram uma análise além do discurso humorístico durante o processo de abertura política do Brasil. Para analisar a informação inserida no discurso chágico produzido em meio à luta contra todo tipo de autoritarismo do regime, vamos recuperar a informação nos meios que utilizou este recurso iconográfico para documentar aquele período político brasileiro.

Começamos por charges alusivas aos comícios e às passeatas das Diretas. Rodrigues (2003, p. 105-107) afirma que profissionais especializados no assunto e, que atuavam naquele período, deixam dúvidas quanto ao número de participantes em cada manifestação. O que leva a crer que houve um enorme interesse na manipulação de dados que nos interessa investigar.

Rodrigues (2003, p. 105-107) analisa que, a partir das fotos de comícios realizados no vale do Anhangabaú, com oito anos de diferença (16/04/1984 e 25/08/1992), feitas pela *Folha de São Paulo*, conclui-se, que “seria impossível a realização de um comício de mais de 1 milhão de pessoas neste local, conforme se divulgou, pois só haveria espaço físico para a presença de uma pequena parcela desse público”. Entre as declarações contrárias e os números oficiais apresentados, ficam as imagens da época, e representações como na charge a seguir:

Figura 39: O fim dos túneis



Fonte: Laerte (1985) imagem escaneada

Contraposições à parte, registros fotográficos do período mostram o suficiente para fazermos comparações entre a informação e a interpretação dos fatos. Ao que nos importa como fato político, o discurso chárstico de Laerte (1985, p. 46) adiantava que não haveria túnel enquanto houvesse luz. Melhor, a luz era tanta que havia ofuscado o túnel. Uma alusão ao contundente discurso do combativo senador alagoano, Teotônio Vilela, ocorrido no dia 29 de outubro de 1969. Pelo registro de Marchi (2017, p. 171), em um dos trechos ele argumentou: “Há, entretanto, uma luz tênue no meio do túnel. [...] Então, não apaguemos a luz, urge protegê-la”. Analisemo-lo pelo quadro a seguir:

Quadro 1: Alguns comícios e passeatas da campanha “Diretas Já”.

DATA	CIDADE - UF	PÚBLICO ESTIMADO
27/11/1983	São Paulo, SP (Pacaembu)	15.000
05/01/1984	Olinda, PE	15.000
12/01/1984	Curitiba, PR	30.000
13/01/1984	Porto Alegre, RS	5.000
14/01/1984	Camboriú, SC	15.000
18/01/1984	Rio Claro, SP	3.000
18/01/1984	Bauru, SP	3.000
20/01/1984	Salvador, BA	20.000
21/01/1984	Campinas, SP	12.000
21/01/1984	Vitória, ES	10.000
25/01/1984	São Paulo, SP (Praça da Sé)	250.000
26/01/1984	João Pessoa, PB	10.000
26/01/1984	Santos, SP	6.000
27/01/1984	Olinda, PE	20.000
29/01/1984	Maceió, AL	20.000
13/02/1984	Teresina, PI	25.000
14/02/1984	São Luís, MA	15.000
15/02/1984	Macapá, AP	10.000
16/02/1984	Belo Horizonte, MG	60.000
16/02/1984	Belém, PA	60.000
16/02/1984	Rio de Janeiro, RJ	50.000
17/02/1984	Recife, PE	10.000
18/02/1984	Manaus, AM	6.000
19/02/1984	Osasco, SP	25.000
19/02/1984	Rio Branco, AC	7.000
20/02/1984	Cuiabá, MT	15.000
21/02/1984	Belo Horizonte, MG	3.00
24/02/1984	Belo Horizonte, MG	300.000
25/02/1984	Taguatinga, DF	4.000
26/02/1984	Aracaju, SE	30.000
29/02/1984	Juiz de Fora, MG	30.000

DATA	CIDADE, UF	PÚBLICO ESTIMADO
08/03/1984	Anápolis, GO	20.000
21/03/1984	Rio de Janeiro	150.000
23/03/1984	Uberlândia, MG	43.000
23/03/1984	São Bernardo do Campo, SP	15.000
24/03/1984	Campo Grande, MS	40.000
25/03/1984	Campina Grande, PB	10.000
31/03/1984	Cascavel, PR	40.000
02/04/1984	Londrina, PR	50.000
05/04/1984	Recife, PE	80.000
06/04/1984	Natal, RN	50.000
07/04/1984	Petrolina, PE	30.000
10/04/1984	Rio de Janeiro, RJ	1.000.000
12/04/1984	Goiânia, GO	250.000
13/04/1984	Porto Alegre, RS	200.000
13/04/1984	Ipatinga, MG	50.000
16/04/1984	São Paulo, SP (Anhangabaú)	1.500.000
18/04/1984	Vitória, ES	80.000
25/06/1984	Curitiba, PR	40.000
26/06/1984	São Paulo, SP (Praça da Sé)	50.000
27/06/1984	Rio de Janeiro, RJ	30.000

Fonte: Rodrigues (2003, p. 105-107).

No texto original de Rodrigues (2003, p. 107), ao final da tabela, ele faz uma ressalva de que a estimativa de público ali representada foi uma avaliação numérica a partir dos órgãos de imprensa. Adverte que os números citados, aparecem apenas como forma de se ter “uma ideia da magnitude relativa de cada manifestação”. Admite que “há boas razões para se crer que os números de presentes, estivessem superdimensionados”. Uma informação fruto da perspectiva de sua pesquisa.

Multidões sempre trazem reflexões possíveis de análise dentro da semiótica, por suas características típicas de mediadoras de discursos no contexto da cultura de massas. Volli (2012, p. 232) considera que, “na base de qualquer ato persuasivo situa-se a construção de uma argumentação”. Uma tradição retórica para se atingir a “comoção pública” e seu convencimento.

Nesta perspectiva, as dimensões cívicas e políticas dos comícios funcionavam como vetor da eficiência dos movimentos pró-redemocratização. Também dos processos sociais envolvidos na iminente mudança de regime. Contexto em que as manifestações a favor das Diretas, impunham-se como ferramentas para trazer de volta para a nação os modelos reivindicados de gestão pública dentro do quadro democrático. Ou seja, da conjuntura política anterior ao regime militar. Junto com esta massa que se mobilizava em todo o país, conforme demonstrado no quadro anterior. E enquanto isso,

Figura 40: Precisa-se de uns membros da esquerda



Fonte: Veríssimo (2006) Imagem escaneada

Nesta charge, Luís Fernando Veríssimo mostra a preocupação de Tancredo Neves em tecer uma “complicada costura política”. Candidato eleito à presidência da Nova República, ele sabia que para dar legitimidade ao seu governo precisaria empreender uma estratégia política que, segundo Lemos (2001, p. 119), estivesse “comprometida com um projeto democrático compatível com a transição dirigida pelos militares”. Então fica explicado porque governar com a esquerda era tão importante para ele. Lemos lembra que Tancredo Neves admitia que a nação precisava da

esquerda para se arregimentar de maneira mais forte e uníssona. Aqui trazemos o pensamento de Bobbio (2011, p. 45), que pode adequar-se a esta situação pensada por Tancredo quando ele, referindo-se ao contexto italiano refletida em sua obra, diz que

nunca se escreveu tanto como hoje contra a tradicional distinção entre direita e esquerda, considerada uma distinção que já teria tido o seu tempo e estaria despojada de qualquer sentido, se é que teve algum no passado. Nunca como hoje, nos dias em que escrevo estas linhas a cena política [...] esteve tão dominada por dois alinhamentos que se proclamam, respectivamente de direita e de esquerda e que, sob essas duas bandeiras, se preparam para lutar furiosamente um contra o outro pelo governo do país. (BOBBIO, 2011, p. 45).

Conforme já assinalado, embora Bobbio estivesse refletindo sobre a situação, no entorno de uma cena política às vésperas de uma eleição para a renovação do parlamento italiano, o critério usado para aquela realidade não foge à realidade política brasileira.

Enquanto isso, o Brasil assemelhava-se a um país de dois mundos. Enquanto uma parte da população brasileira permanecia alheia à realidade, a outra seguia o avanço da participação eleitoral da população dos grandes centros urbanos. O fenômeno era desencadeado de uma parte, pelo medo incutido nas mentes menos esclarecidas de que gostar de política era coisa de subversivo (indivíduo que age contra a ordem social).

Da outra parte, havia os que acompanhavam o pensamento das bancadas parlamentares de oposição, que crescia cada vez mais. Este último resultado, dava o rumo a um momento decisivo. Era a hora de se construir algo com aquilo que os acontecimentos proporcionavam.

Mas aí acontecia, concomitantemente, um entrave: segundo Bueno (2010, p. 422), a manobra do governo para diminuir a importância do PMDB, achando que ao autorizar o retorno do pluripartidarismo não surgiriam mais de três partidos, teve um efeito totalmente ao contrário. Ele afirma que muitos já se articulavam, até clandestinamente, para quando esse momento chegasse. Interessante observar, em meio a estas questões, é o fato de o governo não estar informado previamente desse tão número de partidos que se articulavam na clandestinidade. Jornalistas conceituados, como Gilberto Dimenstein, que já foi considerado como umas das cem figuras mais influentes do país, admite sobre a relação entre imprensa e poder que

favores e informação, são de fato, instrumentos para tentar neutralizar o jornalismo independente. Quando cheguei a Brasília, em 1983, fiquei impressionado com o alto número de jornalistas que trabalhavam no Congresso e ministérios e, ao mesmo tempo, nos jornais. Era comum um jornalista fazer a cobertura do Congresso onde também era funcionário. [...] O deputado Flávio Marcílio, do Ceará, era presidente da Câmara e controlava uma assessoria de imprensa com dezenas de profissionais que ocupavam função de destaque na reportagem política nos principais veículos de comunicação do país. (DIMENSTEIN; KOTSCHO, 1990, p. 21).

E a despeito de todo este ambiente informacional político cheio de situações ambíguas, Carvalho (2012, p. 173) também exalta que a oposição soube aproveitar e, no final, mesmo em meio a um ambiente tenso, houve “importantes reformas políticas como anistia e reformulação partidária”. Porém, lembra, que ao invés de se unirem para atingir uma meta única, que seria “uma transição controlada”, os setores oposicionistas, no mesmo compasso de seus “mais importantes líderes”, tiveram que conviver com as dificuldades criadas por esses mesmos representantes. Reitera que estes, até queriam “manter uma posição unitária contra o governo, porém, sem abrir mão de seus projetos partidários”. Também assegura que, fosse pelas pressões impostas sem tréguas pelos seus oponentes, ou não, “a oposição aproveitou com inteligência o espaço que se abria e contribuiu decisivamente para levar bom êxito a empreitada” vitoriosa de pôr fim ao regime militar.

Figura 41: Esquerda brasileira: uma “família” disfuncional



Fonte: Caruso (1980) Imagem escaneada

Nesta charge, da esquerda para a direita, Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva estão representados na alegoria dos “mosqueteiros”. Aqui, lê-se os esforços individuais pelo protagonismo de seus partidos no processo de retorno da democracia. (LEMOS, 2001), p. 103).

O resultado do confronto perpetrado pela esquerda, e representado na charge anterior (fig. 41) foi a vitória de Tancredo Neves como o primeiro presidente eleito após o regime militar. No entanto, sem atender aos conselhos de amigos e assessores mais chegados, não quis investigar as dores abdominais que vinha sentindo ao longo do processo. Nas vésperas de assumir, foi surpreendido por uma indisposição que caminhou rapidamente para uma crise pior. Daí em diante o que se viu foi uma sucessão de acontecimentos cujo desfecho, com sua morte, tornou-o o “presidente que não foi, e mais ainda, o presidente que poderia ter sido”. Desfecho “melancólico” para o político, com todas as letras, que tinha cumprido, ao longo do populismo, o papel do amigo certo das horas mais improváveis de seus presidentes. (BUENO, 2010, p. 414).

Figura 42: Tancredo Neves tecendo a faixa presidencial



Fonte: In: Jornal do Totonho (2016) <http://www.jornaldototonho.com.br/retro-charges-e-caricaturas-de-tancredo-neves/>. (autor não identificado)

Esta charge mostra Tancredo Neves em sua derradeira costura política. Ele, jamais pensou que ao vencer Paulo Maluf, o representante da ditadura, em 1985, com 480 votos contra 180, estaria tecendo a faixa presidencial para ninguém menos que José Sarney, seu vice e, opositorista, naquele momento. No ato semiótico fundamental aqui presente, implicitamente, está a perplexidade de Paulo Maluf entregando os fios para a confecção da faixa presidência. Maluf, está sentado em uma cadeira de design mais rígido, enquanto Tancredo sorri confortavelmente em sua cadeira de balanço. (BUENO, 2010).

Ao seguirmos pelo raciocínio de Volli (2012, p. 23) podemos afirmar que o princípio de eficácia deste espanto é a sua “relevância ou saliência no contexto”. São produção de sinais que “que pedem para ser interpretados”. Nesta imagem existem possibilidades de várias leituras porque as informações estão ali disponíveis para quem o queira interpretar. E em seu caráter de intertextualidade verbais e não verbais.

6.1 OS GOVERNOS DEPOIS DA REDEMOCRATIZAÇÃO

a) José Sarney

Figura 43: As mentiras sobre a doença de Tancredo Neves



Fonte: Sinfrônio (2009) <http://politicacida.blogspot.com.br/2009/07/colecao-de-charges-sarney-e-os-atos.html>

Bueno (2003, p.433) alerta que “a posse de Floriano Peixoto, após a renúncia de Deodoro da Fonseca (1891); a posse de Café Filho, após o suicídio de Vargas (1954) e a posse de João Goulart (1961), depois da renúncia de Jânio Quadros”, passaram uma lição que os brasileiros já deveriam ter aprendido: a de escolher seus candidatos a cargos majoritários com um olhar mais atento à informação sobre os vices das composições dessas chapas. Segundo o jornalista Ricardo Eugênio Boechat, em seu programa matutino na rádio BandNews, às 08hr47min, do dia 04 de abril de 2017: “Vice no Brasil é complicado”. De fato, uma república a serviço dos vices seria o legado da nova república que se instalava.

E assim, segundo Rodrigues (2003, p. 11), o vice de Tancredo Neves, José Sarney (PMDB), ex-presidente do Partido Democrático Social (PDS), partido do regime militar, assumiu dando início ao retorno dos civis ao comando do cenário político brasileiro. Na comicidade da figura 43, vemos um José Sarney em seu fardão de imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), mesclando os símbolos da continência e do verde da farda dos militares, do poder anterior. Na verdade, muito similares.

Vale ressaltar, que Tancredo Neves também não foge a essa última referência. Uma vez que esteve no poder em todo o processo do antigo regime, ao qual fez oposição moderada, conforme já foi relatado neste trabalho. Dessa forma, esta charge de Sinfrônio mostra um doente que esconde sua real situação de saúde diante de um vice que, segundo Bueno (2010, p.421), ainda ostenta a marca indelével do regime anterior. Imagem que só poderia, realmente, ser possibilitada por uma charge.

Eco (1984, p. 350) admite que “o cômico é a percepção do oposto”. E ainda enfatiza que “no humorismo, o trágico, tem como regra confirmada seu pertencimento ao universo narrativo”. E dentro desta ideia de licença humorística, focaliza-se o nariz aumentado da caricatura de Tancredo Neves. Que por sua vez, faz referência ao personagem do conto universal do italiano Carlo Collodi. A história de um menino de madeira (Pinóquio) que, entre diversas leituras, tem o intuito de despertar nas pessoas o apreço pela verdade e auferir conquistas pautadas pelos princípios da meritocracia.

Todavia, ao não seguir esses princípios que sua fada Madrinha o havia ensinado, Pinóquio tem seu nariz aumentado à medida que recorre à mentira para enfrentar os obstáculos que lhe veem à frente. E o conto segue por este objetivo de conscientização comportamental. Assim, na charge (fig. 43), foi dado o recado.

Pela ótica de Amorim, (2015, p. 14), logo depois de empossado, José Sarney, assumiu o governo porque a “omissão de Ulisses (Guimarães) permitiu o Golpe Constitucional do ministro da guerra Leônidas Pires Gonçalves”. Este, ainda de acordo com Amorim, “foi quem deu posse ao vice, José Sarney, que não tinha sido empossado pois ainda não era vice”. Finalmente, Amorim conclui que o momento o ajudou porque, Sarney, começou seu governo aclimatado em torno de todas as manifestações pró-diretas que ainda embebiavam os sonhos de liberdade do povo brasileiro.

Era um regime que se extinguia e outro que, de uma forma ou de outra, se reconstituía, por meio de uma nova Constituição, a de 1988, que restaurava ao povo um retorno às liberdades civis.

Bueno (2010, p. 421) afirma que a princípio Sarney “estava longe dos sonhos dos brasileiros”, mas, conseguiu, contudo, deixar um legado ao país com uma nova Constituição, marca da redemocratização. Como outro item de renovação do governo Sarney, Bueno aponta a “mobilização nacional em torno de um pacote econômico, o Plano Cruzado”. Lembra que o povo saiu às ruas para defender mais um plano anti-inflacionário, aos quais foi dado a alcunha de “fiscais do Sarney”. Os participantes dessa cruzada econômica, orgulhavam-se de sua participação no sucesso do plano. A

verdade só viria à tona após as eleições para governadores de estado, em novembro de 1986, quando o PMDB se consagraria com uma expressiva vitória. Vide anexo C.

Quanto aos *brasileiros e brasileiras*, conforme o bordão usado por Sarney, de acordo com Bueno (2010, p. 421), tardiamente descobriram que foram “ludibriados pelo pretense sucesso do Cruzado, cujo real fracasso o governo se encarregou de esconder até garantir o êxito eleitoral”. Terminado o pleito, os problemas econômicos voltaram. O Cruzado (março 1986) e mais três planos econômicos consecutivos foram-se juntos com o governo que findou em 14 de março de 1990, sem conseguir atingir um almejado e eficiente plano econômico de combate à inflação.

b) O Governo Collor

Figura 44: “Já era Collor”



Fonte: Cabral et al (1992) http://chargistaclaudio.zip.net/arch2012-09-23_2012-09-29.html

Nesta obra, ilustrada na figura 44, *Já era Collor*, que em 1992 se esgotou em apenas quinze dias de lançamento, os cartunistas potiguaros Ivan Cabral, Edmar Viana, Everaldo Lopes e Emanuel Amaral mostram uma coletânea de charges sobre a conjuntura histórica do governo de Fernando Affonso Collor de Mello (Collor).

Sobre este governo, Villa (2016, p. 19) traz “o entendimento de que foi uma presidência complexa, com várias camadas, algumas, inclusive, sobrepondo-se às outras [que] transforma o pesquisador em um verdadeiro arqueólogo da política”. E isto fez de Collor a alegria dos chargistas.

Collor herdou do governo anterior (Sarney) uma inflação que, segundo Priore (2001, p. 375), atingiu o índice de 1.000% em 1989, mas, já de acordo com Villa (2016,

p. 19), “fechou com 1.782,9%”. Este último reconhece tais números como jamais visto na história. Fernando Collor ficou conhecido como, “o caçador de marajás”, devido a tentativa de combater o empreguismo e os altos salários na administração pública em seu estado, Alagoas. Tentou se eleger por vários partidos, dos maiores aos menores. Mas não conseguiu atrair nenhum que estivesse interessado por um desconhecido em termos nacionais, como ele. Então, partiu para uma “campanha solitária ao construir uma eficaz estrutura de propaganda e marketing”. No final, conseguiu vencer Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Luís Ignácio Lula da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores (PT). (VILLAS, 2016, p. 7-11).

No âmbito da construção de sua imagem Collor tentou, de início, manter “um estilo *soft* que vez ou outra era abandonado”. Seus “arroubos”, já demonstrados como o “punho direito cerrado, um dos símbolos de sua campanha”, às vezes tinham substituições. A depender da situação que viesse a ocorrer. A exemplo de sua reação a uma vaia recebida durante uma descida na rampa do palácio. Em outra ocasião, deu declarações contra o chefe da missão no Brasil encarregado das negociações com o FMI. Chamou-o de serviçal desta instituição estrangeira. (VILLAS, 2016, p. 25 e 159).

Com o fracasso do Plano do Collor, Villas (2016, p. 116) considera que o presidente tentava distrair a mídia por meio de sua arte em personalizar a informação predominante dos noticiários locais ou mundiais. Assim, ele tentava traduzi-las por meio de suas indumentárias e, não raro, aparecia em público com mensagens não verbais sobre suas opiniões políticas. Dessa forma, suas aparições, tanto podiam ser em trajes atléticos, quanto em uniformes camuflados das Forças Armadas.

Comumente, em outras ocasiões, Collor usava camisetas-mensagens com frases até em línguas do leste europeu. No *réveillon* 1991/1992 exibiu uma camisa com a inscrição “Esperança 91”. Já na crise do Golfo, aproveitou o tema mundial do momento e “desfilou em um domingo com uma camiseta com a inscrição ‘*salam*’ (paz, em árabe)”. Era sua forma de compor seu universo enunciatório e concretizar suas interações discursivas junto ao enunciatário. (VILLAS, 2016, p. 116).

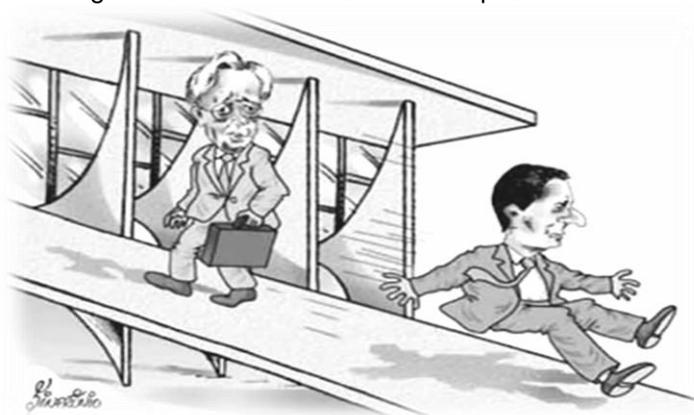
Em seus discursos e nas aparições midiáticas, desenvolvia a “qualidade interna da linguagem do quali-signo”, muito usada em vídeos. Por este campo de ação, em suas movimentações, agia como se estivesse em plena realização de uma arte, cujo processo de concepção da imagem acontece da seguinte forma:

em uma pintura por exemplo, o quali-signo diz respeito às suas cores, formas, [...] equilíbrio e tensão, luz e sombras, linhas e movimentos etc. Mesmo em uma pintura figurativa [...] a atenção ao quali-signo significa abstrair da figura e daquilo que ela representa apenas seus elementos de qualidade plástica. (SANTAELLA, 2012, p. 118).

Mesmo com atuação que pode ser enquadrada neste enunciado, Collor bem que tentou, mas, a plasticidade de suas performances, não pôde livrá-lo dos efeitos que as declarações e acusações de seu irmão Pedro Collor, contra seu tesoureiro de campanha, Paulo Cesar Farias, evoluíssem para escândalos em torno da sua presidência. Finalmente, um processo de impeachment com avanço crescente e veloz findou sua passagem pelo Palácio do Planalto. De acordo com Villas (2016) deprimido e com quinze quilos a menos ele decidiu renunciar na véspera. Todavia, não dava mais tempo. Ele esperou demais.

Segundo Zaverucha (2000, p. 98), o vice-presidente, Itamar Franco, ante a iminente posse, realizou um périplo, no qual, em um só dia, embarcou para São José dos Campos com o ministro da aeronáutica e um grupo de tenentes-brigadeiros e, no final da tarde, teve um encontro secreto com os três ministros militares. Dois dias depois, foi prestigiar o aniversário do Estado-Maior das Forças Armadas e, na mesma semana, manteve um encontro com oficiais da aeronáutica.

Figura 45: E o vice de Collor toma posse



Fonte: Sinfrônio (2012)

De fato, na interpretação que temos dessa imagem (fig. 45), não é necessário muito esforço para que venhamos a entendê-la, rica que está em informações não verbais do vice-presidente. Ausente nos retornos das viagens do presidente Collor e, em algumas cerimônias palacianas, o distanciamento de Itamar Franco já era interpretado como preparativos para a iminente sucessão.

Na eloquência da figura 45, lembramos Santaella (2012, p. 133), ao afirmar que “nada é comparável à indescritível sensação provocada pelas imagens”. Como o signo provoca reação ativa no receptor, aqui, dá uma ideia de sincronização das partes interessadas na realização de um fato. E na sequência deste raciocínio, entendemos que neste fenômeno os desejos provocados na população tiveram sua relação de complementaridade. Houve uma “materialidade do signo que é uma parte do universo ao qual o signo existencialmente pertence”. Aqui, por exemplo, consiste na relação entre as informações colhidas sobre governo e governante e, o desejo alcançado em um desfecho ansiosamente aguardado, por vice governante e governados.

c) Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)

Figura 46: Quem?



Fonte: 46 - Zivaldo (2014)

<http://www.psdb.org.br/acompanhe/charges/charge-fhc-imortal/>

Fonte: 47 PSDB (2013)

<http://bloganaliseeopinioao.blogspot.com.br/2014/12/fhc-o-intelectual-das-maracutaias.html>

Figura 47: Eu!



Os intelectuais esperavam algo mais em seu favor, pela figura intelectualmente simbólica, deste, segundo Marchi (2017, p. 384), primo em terceiro grau de Teotônio Vilela, FHC. Haja vista que ele é reconhecido internacionalmente como o presidente mais culto que o Brasil já teve. Fala fluentemente quatro idiomas e, ao se apresentar em eventos internacionais, pergunta a seus interlocutores em qual idioma eles querem que ele se expresse. Muito embora prefira o francês, que ele considera sua segunda língua. Membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), FHC está sempre representado pelos chargistas pelo seu maior traço de personalidade que pende para o arquétipo da vaidade, conforme exploradas nas figuras 46 e 47. De sua vida literária, os frutos concebidos foram distribuídos em diversas obras, às quais, logo em seu primeiro mandato, ele solicitou ao povo que as relegassem ao esquecimento.

No entanto, quando Figueiredo (2004, p. 50), um dos colaboradores de seu governo, lançou a ideia de um livro para contar as realizações de seus dois mandatos, utilizou personalidades entre pesquisadores e consultores imbuídos de “uma força tarefa acadêmica”. Mesclou nomes da Universidade de Campinas (Unicamp), Universidade de São Paulo (USP), Desenvolvimento da Educação de São Paulo (IDESP) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Também houve colaboradores tanto entre profissionais da imprensa, quanto de órgãos independentes. Uma forma de ampliar o escopo da obra sob variados universos.

A trajetória política de FHC tomou ímpeto com o golpe militar de 1964 quando, procurado pela polícia, refugiou-se na Argentina em 17 de abril deste ano. Em seguida, fixou-se em Santiago no Chile. Recebido por Francisco Welfort, foi trabalhar na sede local da Cepal (uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas).

Em 1967 foi morar em Paris e passou a lecionar em Nanterre, a convite de Alain Touraine. Em março de 1978, ano de sua volta ao Brasil, se candidatou ao Senado e ficou como suplente de Franco Montoro. FHC teve dificuldades neste pleito por ser desconhecido de um modo geral e, pelas imposições impostas pela Lei Falcão, que “proibia o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão”. Para compensar, teve apoio de vários artistas consagrados pelo público, o que muito o ajudou para tornar-se conhecido pelo eleitorado. Enfim assumiu uma vaga para senador em 1982, quando Franco Montoro foi eleito para governador de São Paulo. (CARNEIRO, 1999, p.47).

Em 1986, FHC anunciou sua candidatura a governador por São Paulo, mas, terminou candidatando-se à prefeitura. No final da campanha, “dá duas entrevistas que são mal interpretadas”, o que infelicita sua candidatura. Tirou uma foto sentado na cadeira de prefeito para uma reportagem da revista *Veja*. Ao mesmo tempo, um jornalista do *Estado de São Paulo*, presente àquela cena, aproveita, fotografa e publica muito antes da revista, que só sairia na semana seguinte. “Com esse erro de imaturidade eleitoral abriu caminho para Jânio Quadros que vence o certame e é eleito com 1,5 milhão de votos”. Mas ficou a lição para o resto de sua vida política. (CARNEIRO, 1999, p.55).

Finalmente, em 3 de outubro de 1994, Fernando Henrique torna-se o trigésimo quarto presidente do país. Carneiro (199, p. 120), alega que sua vitória no primeiro turno não se constituiu em uma surpresa para os analistas políticos. Sua reeleição, segundo o mesmo ponto de vista, também foi considerada tranquila e previsível. Tanto

que limitou esta sua última campanha “praticamente ao horário gratuito de propaganda eleitoral no rádio e na televisão”. Quanto ao périplo pelos estados, tão comum em campanhas presidenciais, “ausentou-se de Brasília para pouquíssimas viagens, entre outros motivos, para evitar conflitos de ordem regional”. Quanto ao seu primeiro mandato, segundo Zaverucha (2000, p. 191)

em seu primeiro dia como presidente, 1º de janeiro, FHC adotou a MP nº 813. De acordo com o artigo 33, o Poder Executivo ficou autorizado a criar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) sob a forma de autarquia vinculada à Presidência da República, com ‘finalidade de executar atividades de natureza permanente relativas ao levantamento, coleta e análise de informações estratégicas, planejar executar atividades de contrainformações e executar atividades de natureza sigilosa necessárias à segurança do Estado e da sociedade’. (ZAVERUCHA, 2000, p.191).

Mas não foram deliberações como esta, que atende aos princípios básicos de segurança da informação das instituições, que fizeram a marca de seu governo. Embora tais medidas atendessem aos critérios da confidencialidade, disponibilidade e integridade, ante a necessidade de proteger o Estado brasileiro de suas vulnerabilidades. Na verdade, FHC, entrou mesmo para a história com o sucesso alcançado com o Plano Real, projeto econômico criado pouco antes das eleições de outubro de 1989, quando então FHC era o Ministro da Fazenda de Itamar Franco, seu antecessor. (CARNEIRO, 1999, p.95).

Em 1995 queixou-se para seu diário: “O que sempre atrapalha, no processo político, são as questões pessoais, as vaidades, às vezes as ambições”. Na mesma obra, de contexto autobiográfico, sobre um episódio constrangedor e, outro envolvendo amigos, ele confidenciou: “Por vezes os mais próximos são os que mais nos machucam e atrapalham porque a gente não tem o mesmo distanciamento para poder fazer o que deve ser feito”. Nota-se que nestas declarações, estão implícitas questões relativas às expectativas dos amigos de FHC, de serem contemplados em suas aspirações pessoais enquanto seu amigo presidente estivesse no exercício do poder. (CARDOSO, 2015, p. 379).

Figura 48: Arquétipo da vaidade 1



Figura 49: Arquétipo da vaidade 2



Fonte: 48 - Pelicano (2013) <http://www.esmaelmorais.com.br/2013/05/charge-do-dia-esconder-ou-nao-esconder-fhc-eis-a-questao/>

Fonte: 49 - Rett (2016) <http://www.tribunadainternet.com.br/fhc-e-candidato-mesmo/>

Nestas charges, resgatamos a função mediadora do signo que busca evidenciar a vaidade do presidente. O signo aqui, a ser interpretado, está associado à sua imagem naquilo que nele se “corporifica, a observação de suas características existenciais, quer dizer, daquilo que é nele único”. Imagens que sinalizam para a interdependência dos dois fenômenos resultantes das relações de imagens e palavras. (SANTAELLA, 2012, p. 31).

Delas trazemos duas contribuições discursivas: em uma FHC admite que tergiversou em um encontro oficial. Disse em seu diário: “Foi um almoço, digamos difícil. Falei muito, expliquei o que faço, o que não faço, só no final é que entrei na questão que interessava a eles.” Em outra ocasião ele declarou: “Mudei bastante o discurso de posse”. São expressões que dão suportes próprios das migrações simbólicas do Fernando Henrique, o ser humano, para a figura do FHC, o ser político. (CARDOSO, 2016, p.16-18).

Quanto a esta última questão, FHC limita-se a assinalar que, embora tentasse abordar mais sobre “a condução dos problemas centrais do governo” em seu diário, ao lê-lo depois, percebia que quem mais aparecia assinalado era o lado pessoal de seu relacionamento com os ministros. Já o lado político e o humano ele considera registrado, porém não na intensidade que realmente gostaria. A julgar pela recorrente lembrança à figura de Vargas, em boa parte dessa obra, tudo indica que o mito da imagem simbólica do falecido presidente era o instrumento de reavaliação de seus próprios símbolos. (CARDOSO, 2015, p.379).

d) Governo Luís Ignácio Lula da Silva (LULA)



Fonte: Amarildo (2013) <http://www.planobrazil.com/entrevistas-concedidas-por-lula-e-fhc-ao-programa-hardtalk-no-canal-internacional-da-bbc-world/>

Ao contrário da divergência que esta charge sugere, Bueno (2010, p. 435), assegura que houve um momento em que os ex-presidentes, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio Lula da Silva (Lula), pensavam convergentemente e, “chegaram a panfletar juntos”. De acordo com Pereira (2010, p. 389), era uma época em que “o PT e o PSDB se configuravam como partidos de origem na socialdemocracia”. Todavia, as duas siglas só estiveram unidas, politicamente, enquanto ainda estavam imbuídas sob a mesma plataforma gerada pelo processo de redemocratização do país. A partir daí, tomaram rumos opostos.

Nascido em Caetés-PE, a 27 de outubro de 1945, foi em São Paulo que Lula começou sua vida trabalhista como torneiro mecânico nas Indústrias Villares em 1966. Sua trajetória política começaria em 1969, pela via do movimento sindical, quando foi eleito como suplente da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP). Em 1975 passou a ser presidente desta mesma entidade, com reeleição em 1978 para o mesmo cargo. Em 1979, liderou a primeira grande greve dos metalúrgicos da região paulista conhecida como ABC. (PINTO, 2011).

Durante a liderança da greve, promovida em 1980, foi cassado pelo governo militar juntamente com a diretoria do sindicato e incluso na Lei de Segurança Nacional. Nesse mesmo período, já como líder de massas, começaria uma carreira política pela qual, após três tentativas, viria a tornar-se o trigésimo quinto presidente do Brasil, com reeleição para o mandato subsequente. (PINTO, 2011).

Em uma análise comparativa que envolve o processo de construção do conhecimento pelo qual, segundo Gomes (2000, p. 60), “os sujeitos interagem entre

si inseridos no ambiente de cultura”, torna-se importante destacar que a aquisição de conhecimento pelos governantes FHC e Lula tiveram caminhos bem diferentes. Dessa forma, enquanto FHC, nascido no seio de uma família intelectual, teve sua vida política pautada no aprendizado fortemente voltada para este aspecto, Lula se firmou como um líder de massas. Desta observação, pode constatar sobre os caminhos informacionais traçados por estes dois presidentes, que em termos de educação, fosse ela política ou formal, o que FHC apreendeu tanto nos livros como na vida, Lula aprendeu praticamente só nessa segunda via.

Assim, podemos concluir, que o ex-presidente Lula foi sindicalista de uma era em que esses representantes da massa operária, tinham sua forma peculiar de se apropriarem da informação para, mais tarde, produzirem aquilo que bem podemos chamar de conhecimento. Reconhecemos, no entanto, não se configurar aqui, claro, o viés do conhecimento científico. Mesmo porque, já foi considerado anteriormente nesta pesquisa, sobre o início das atividades sindicais no Brasil, que eles produziam seus próprios elementos textuais de informação a partir de suas leituras básicas pertinentes simbolicamente à militância sindical.

Isso não é difícil de entender uma vez que, segundo Gomes (2008, p. 2), o saber apenas se desenvolve a partir de um processo de comunicação, do estabelecimento de prioridades. E a prioridade para os sindicalistas seria a informação pertinente ao seu universo. Ao que fosse necessário para o embasamento teórico de suas reivindicações.

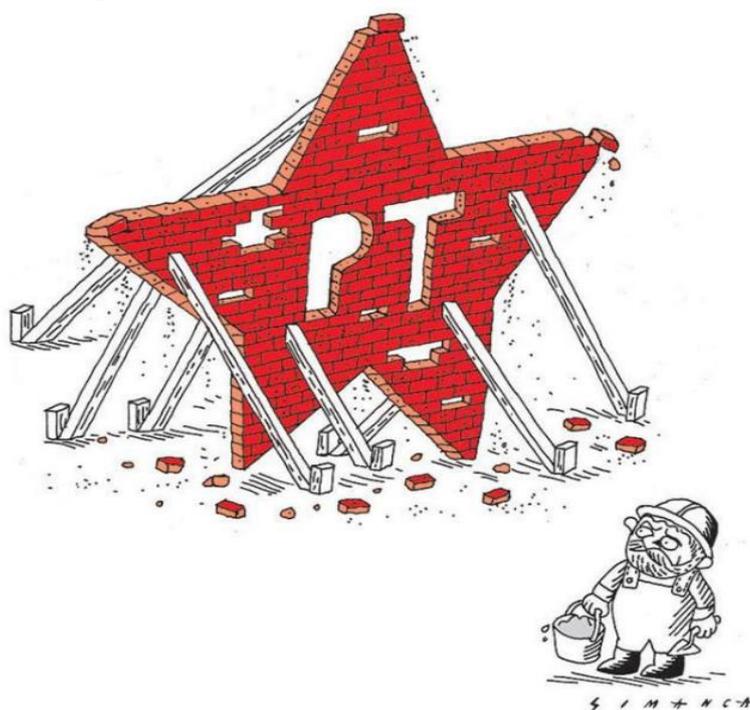
Assim, Gomes (2008, p. 3), assegura que tanto a informação, quanto a comunicação e a educação atuam no “agir de cada sujeito na construção do conhecimento e contribuem para a potencialização da sua capacidade de interpelar, de interferir, de criar e recriar o conhecimento instituído”. E quando trazemos esse pensamento para o contexto da informação política, associamos também sua visão de que isso ocorre “tanto no seu acervo simbólico singular, quanto no plano do acervo simbólico estabelecido”. Pelo que se entende, porque nas interpretações dos charginistas os elementos simbólicos escolhidos estão, em sua maioria, no entorno da maneira singular desse presidente em expor suas ideias.

Temos aí, segundo Santaella (2008, p. 24) “uma relação mediadora do signo entre o objeto e o interpretante”. Um modo de ação e de ser de sua primazia. A exemplo disso, multidisciplinarmente,

encontramos na filosofia política de Aristóteles a segunda tentativa de estabelecer um conceito de autoridade em termos de governantes e governados; esta foi igualmente importante para o progresso da tradição do pensamento político. [...] Para ele, a razão não possuía características ditatoriais ou tirânicas, e não há nenhum filósofo-rei que regule os assuntos humanos de uma vez por todas. A razão que aduz para sustentar que ‘cada organismo político se compõe daqueles que governam e daqueles que são governados’ decorre da superioridade do perito sobre o leigo, e ele é bastante cômico da diferença existente entre o agir e o fazer para ir buscar seus exemplos na esfera da fabricação. (ARENDDT, 2013, p. 157).

Que pode ser, então, das características aqui discutidas, inerente à personalidade desse presidente, os fatores amalgamadores de interatividade com seus pares e, conseqüentemente com as massas. Um elemento de potencialização que ajudaria na recondução do presidente Lula ao seu segundo mandato.

Figura 51: Como se recupera um símbolo?



Fonte: Simanca (2018) <http://www.tribunadainternet.com.br/indefinicoes-fazem-pt-atrasar-o-programa-de-governo-da-candidatura-lula/>

Enfim, independentemente de todas as intempéries políticas por que tem passado, lê-se nesta imagem, que mesmo assim, a história deste ex presidente ainda se confunde com a do seu partido, do qual, tornou-se mais símbolo que a própria estrela que o simboliza nesta alegoria. Mesmo no momento vivido por sua legenda no atual cenário político nacional.

e) Governo Dilma Rousseff

Figura 52: Estereótipo 1



Figura 53: Estereótipo 2



Figura 54: Estereótipo 3



Fonte: Adaptado Sinfrônio (2015) Fonte: Adaptado Simanca (2015) Fonte: Cícero (2009)

Desde a sua indicação para ser a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2010, a figura da ex-presidente Dilma Rousseff se despontou associada à figura de mulher forte e sempre inclinada para o lado masculinizado. Mesmo a mudança do visual para um corte mais feminizado e intensa maquiagem, não tiraram dos chargistas a alusão ao seu modo de ser e de se vestir. Sua chegada ao Palácio do Planalto, deu-se pelo desgaste político dos sucessores naturais do partido, que seriam, José Dirceu e Antônio Palocci.

Nessas imagens, observa-se que há um padrão de distribuição da informação constante, cuja intenção é reforçar o ponto de vista convencional-simbólico, impostas nessas abordagens chargísticas. O padrão, na charge, tem como função fixar e indicar a singularidade informacional do personagem. Os chargistas os têm tão bem programados que, mesmo que sobrevenha alguma variação na imagem deste personagem, “os traços definidores” é que irão prevalecer. É a marca do caricaturado. No caso de Dilma Rousseff, foi essa a marca que lhe ficou atrelada. A figura de uma mulher destemida, e alguns outros atributos oriundos de seu passado militante. O que serviria para este perfil anterior, mas não para a figura de um estadista. Enfim, para o interpretante final, ou seja, a quem o chargista direciona sua mensagem, esta, sempre chegará a um resultado interpretativo para onde o signo trabalhado os queira levar. Salvo, evidentemente, aqueles que tem seus argumentos emancipados e podem contextualizá-los via conhecimentos bem embasados. (SANTAELLA, 2012, p. 76-77).

Figura 55: Quem disse que seria fácil! ou, Governo Dilma Rousseff, o desfecho



Fonte: Eleições (2010) <http://www.putsgriilo.com.br/humor/eleicoes-2010-tirinhas-e-charges-da-dilma-e-do-serra/>

Enfim, em uma obra, não científica, claro, um autor despede-se do governo Dilma Rousseff declarando ter a certeza que ela seria a primeira e, última, mulher, a ocupar um cargo de presidente na República Federativa do Brasil. Transcendendo à sua função de disseminador da informação, talvez este autor encontre eco em alguns fóruns de discussão política por algum tipo de pensamento igualmente zoomorfizado.

Obviamente, não era esse o desfecho esperado para um momento tão sonhado pelas eleitoras que, tão aguerridamente, lutaram pelo protagonismo feminino no cenário político brasileiro desde o início de sua era republicana. Em uma das *Fábulas de Esopo* (fabulista grego cuja existência gera controvérsias) a narrativa alegórica diz que,

Sempre mais fracos, os Bens, sendo perseguido pelos Males, subiram ao céu, onde perguntaram a Zeus como deveriam comportar-se com os homens. Zeus lhes disse que deveriam aproximar-se dos homens todos juntos, mas um de cada vez. Por isso, os males, por estarem mais perto dos homens, se achegam a eles em grupos, enquanto os bens, descendo do céu, o fazem aos poucos. Moral: É por essa razão que ninguém encontra os bens aos montes, mas, a cada dia, somos atingidos por vários males. (ESOPO, 2016, p.17).

Assim, conforme a charge da figura 55, não foi fácil a vida da primeira mulher a ocupar o cargo de presidente no Brasil e, ao vencer, sempre no segundo turno, ela reconheceria isso diante de seus articuladores. Ela sabia da árdua tarefa que tinha pela frente. Para deleite dos chargistas que não lhe deram trégua. E por ter herdado de seu antecessor um portfólio caracterizado por uma onda contrária ao partido pelo qual se elegeu, a custos, Dilma Rousseff, conseguiu fazer seu primeiro mandato.

Almeida (2016, p.15) mergulha nessa questão admitindo que era preciso que a presidente estivesse “à altura do fim, qualquer fim” e, que por isso, a governante diante do “processo inexorável” de interrupção de seu mandato, não permitiu que se abrisse “espaço para desmoronamento emocional”. Ele admite que assim terminou aquela fatia de mandato, marcado por um governo que não teve um só dia sem crise. “Mergulhado em problemas surgidos por obra e graça de uma oposição forte e implacável, favorecidos por uma sucessão de erros da presidente e seus aliados”. Finalmente, Dilma Vana Rousseff, sofreu um impeachment a pouco mais de um ano de um governo que, em seus últimos dias, estava aprisionado em suas fronteiras. Não tinha autoridade para nomear até os auxiliares mais diretos e, tinha como lema, caso lhe fosse permitido governar: Brasil, pátria educadora. Que na visão do chargista Dálcio (2015) ficou assim:

Figura 56: Pátria educadora



Fonte: Dálcio (2015) <http://blog0news.blogspot.com.br/2015/07/os-royalties-futuros-do-petroleo.html>

Ex-presidentes tendem a ter suas figuras eternizadas em mármore e metais, ao ficarem imortalizados em alguma homenagem na forma de estátuas. Viram o símbolo de uma época. Em exercício, submergem em fontes de informação, como a da figura 56, que um dia se constituirá naquilo que será disseminado para a posteridade como a marca de sua era. Assim, por vezes, a depender de seu contexto biográfico, diferente do artista, que, segundo Santaella (2012, p.108), “muitas vezes vive uma existência obscura, submergido na criação de sua obra”, presidentes, também, podem ser construídos “pela mídia que depende da carne e dos ossos do ser humano que eles criaram”. Quem nunca ouviu falar de políticos de laboratório? O próprio aspecto icônico do signo está apto a produzi-lo.

6.2 A REDEMOCRATIZAÇÃO NA BAHIA

a) Governo Waldir Pires (15/03/1987-14/05/1989)

Figura 57: Ulisses Guimarães e Waldir Pires para presidentes



Fonte: Cláudio (1989) http://chargistaclaudio.zip.net/arch2010-03-07_2010-03-13.html

Mais de vinte anos se passara desde que perdera a primeira disputa para o Governo do Estado da Bahia para Lomanto Junior, em 1962, quando, finalmente, Waldir Pires, tornou-se o quadragésimo primeiro governador da Bahia. Pertencente ao quadro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), assumiu o cargo em 15 de março de 1987. Vencera Josaphat Marinho, do Partido da Frente Liberal (PFL). Esta era, na época, o partido de Antônio Carlos Magalhães (ACM) médico, empresário e político brasileiro. ACM foi governador da Bahia por três vezes. Também senador em 1994 e em 2002. (GOMES, 2001, p.50).

Assim começou o primeiro governo da Bahia após o Regime Militar. Por uma fórmula universal dentro da política, o apoio veio tanto de partido de esquerda, quanto de dissidentes do que ficou cognominado de *carlismo*. Ou seja, políticos partidários do eminente político baiano, Antônio Carlos Peixoto de Magalhães.

Em sua forma de governar, Waldir Pires não perdeu de vista o cenário político brasileiro, onde construíra sua carreira política e profissional. Exerceu sua profissão de jurista, em um amplo e profícuo magistério acadêmico. Como Consultor-Geral da República, foi analista jurídico-constitucional do presidente João Goulart, antes dos acontecimentos de 31 de março de 1964. Foi exilado e passou pelo Uruguai e França onde, neste último país, veio a lecionar direito em duas universidades (graduação e pós-graduação). (SILVA FILHO, 2018, p. 117).

Estava Waldir Pires na cadeira de governador quando, segundo Gomes (2001, p. 329), ao ouvir “o canto da sereia”, aceitou participar de uma convenção do PMDB. O objetivo deste certame era compor uma chapa única para concorrer, como vice-presidente de Ulisses Guimarães, nas eleições de 1989. Quanto a Waldir, muitos eram de opinião que aquela investida política se tratava de um “fruto que ainda deveria ser amadurecido”, conforme aspiração até de Darci Ribeiro. Outros, achavam que também não era a hora de Ulisses. Por isso, na charge da figura 57, ao lado de Waldir Pires, o chargista alude ao adágio popular, “dormiu de touca”. Quer dizer, alguém que não se dá conta de que está sendo iludido. (GOMES, 2001, p. 328).

Porém, nem todos pensavam como Gomes. Alguns leram na decisão um ato de lealdade de Waldir Pires, em relação à figura emblemática de Ulisses, chamado de *Senhor Diretas*. Isto, pelos seus trabalhos frente ao retorno da democracia ao país e aprovação da Constituição de 1988. Quem sabe pelos seus mútuos empenhos, e por terem se desdobrado juntos, nessas campanhas, tenham cometido o que reflete Hobbes (2012, p. 456), de que “erro é dizer que os membros de cada Estado dependem um do outro como num corpo natural”. Seja como for, nenhum desses benefícios ao país garantiria o sucesso da campanha. Nery (2017, p.1), recorda:

O deputado Hélio duque lembra-se bem. Em janeiro de 1989, durante almoço no Palácio de Ondina, residência oficial do governador, o assunto era a eleição direta para a presidência da República. A maioria dos presentes defendia a candidatura do governador Waldir Pires, para a disputa presidencial pelo PMDB. Hélio Duque argumentou contra, apontando duas principais razões: primeiro, o candidato do partido deveria ser o presidente do partido Ulysses Guimarães; segundo, para ser candidato Waldir teria de renunciar ao governo da Bahia. Meses depois, em Brasília, na convenção nacional, Waldir disputaria com Ulysses a indicação e foi derrotado. Em nome da unidade partidária, convenceram o governador a ser o vice de Ulysses, com a falsa argumentação de que em curto espaço de tempo, por falta de carisma eleitoral, Ulysses renunciaria e Waldir assumiria a disputa presidencial. (NERY, 2017, p.1).

Para Peirce, 2010, p. 59), “uma dedução é um argumento cujo interpretante o representa como pertencendo a uma classe geral de argumentos possíveis exatamente análogos”. Dentro dessa decodificação das ideias, ele admite que as deduções são “necessárias ou prováveis”. Assim, ao final da disputa, restou ao governador ver o seu mandato ser finalizado pelo seu vice, Nilo Coelho que, segundo Nery (2017, p.1), “reformulou radicalmente a administração” em seu mandato.

Em uma síntese da passagem de Waldir Pires pelo governo da Bahia, realizada pela ótica de Gomes (2001, p. 323), com riqueza de “ideias e discursos de qualidade superior”, faltou-lhe, todavia, “o tino administrativo e a capacidade de liderar equipes”. Impressão deixada por não receber sugestões facilmente. Fato é que sua chegada ao poder do executivo baiano deu-se com larga vitória sobre o poder vigente. O que veio a lhe colocar sobre os ombros uma “responsabilidade histórica”, em relação à política do estado da Bahia, da qual se afastara desde 1962.

Baseado na suposta quebra da expectativa, que deveria ser digna da vitória que se alongou por tantos anos, Gomes (2002, p. 332), resume o governo de Waldir Pires comparando-o a um processo político mutante. E explica: criara-se a expectativa de um governo que, por seu histórico, trilharia “os caminhos da renovação”. No entanto, ele enfatiza que mesmo de “valores realmente democráticos, receber, ouvir, liderar e praticar”, não eram verbos essencialmente conjugados em sua gestão. Seu “comportamento ético na vida pública”, fruto de sua inegável percepção das questões sociais, era emoldurado pela impecável dialética de “retórica sedutora”. Fosse de improviso, ou, amparado em informações bem documentadas que pudessem oferecer subsídios para os seus pronunciamentos.

Todavia, estas mesmas qualidades éticas e de espírito democrático colaboraram para que ele admitisse a formação de um ambiente informacional contraproducente para sua gestão. Permitiu em seu governo, a continuidade de pessoas ligadas à liderança anterior em posições estratégicas, as quais, detinham informações de caráter interno. O que refluíu para os meios de comunicação de seus adversários políticos. Posição totalmente contrária às expectativas dos “desejosos de mudança”. Um núcleo político que almejava inserir no novo governo um “rótulo democrático”. Algo que o caracterizasse no tocante ao “compromisso ideológico” da campanha, desde a sua incipiência. (GOMES, 2001, p.331).

Não que isso fosse exclusividade daquele local, uma vez que, sabe-se, não existe ambiente informacional sedimentado apenas de confluências, onde ninguém diverge. Divergências, quando saudáveis, até ajudam a esclarecer e evitar situações de perda. Ainda mais, no âmbito das instituições políticas permeado de diversas vertentes ideológicas, como no caso da governança.

Amiúde, impressões sobre o *staff* que compunha o governo Waldir Pires, deixou em Gomes (2001, p.334), opiniões que denotam símbolos estáticos de apropriação da informação de sua gestão demonstradas quando ele afirma que

equipes de governo costumam ser núcleos de alienação ou usinas de ilusões, [...] não sendo poucos os que as manipulam para preservar cargos e interesses. [...] A experiência da assessoria especial me mostrava isso de forma inequívoca, e foi a partir daí que compreendi melhor o estranho mecanismo que leva os governos a se distanciarem das aspirações da sociedade e esquecer os seus compromissos. (GOMES, 2001, p.334),

Pela ótica de Lion e Miranda (2015, p. 5), esses fenômenos ocorrem principalmente quando, em um estado de incerteza no ambiente organizacional, inclusive de suas unidades de informação, os fluxos informacionais têm de lidar “com incertezas, incompletudes de conhecimento e assimetria de informações” Conforme é comum nesses ambientes de trabalho. Ocorreu ali, a manifestação da informação, mas, dentro da capacidade e “perspectiva de assegurar a materialidade de um discurso na constituição de um poder”. Talvez pelo procedimento de certos representantes e servidores públicos, que visa à satisfação de interesses ou vantagens pessoais, ou de outrem, em detrimento do interesse da sociedade como um todo. Atitude reconhecida como fisiologismo. Fenômeno político sem o qual, muitos alegam não ser possível governar.

Observe que Gomes admite ter presenciado nesta gestão, “núcleos de alienação”; da manifestação de “usinas de ilusão” e a manipulação da informação e do conhecimento para a preservação de “cargos e interesses”. Comuns em ambientes organizacionais sejam eles públicos ou privados.

No entanto, em relação a fatos como esses, Lion e Miranda (2015, p. 12) salientam que o exercício do poder, enquanto atividade política, “é empreendida para superar resistências e oposições”. Então eles admitem, que é a partir dos estilos de cada esfera desse grupo especial de liderança, que a “relação informação/conhecimento/poder” vai consolidar da imagem que cada gestão vai deixar como marca para os historiadores. Vai depender da capacidade dos gestores, no comando de suas equipes, desenvolver a competência para gerir suas informações. Tanto para diminuição das resistências, quanto das incertezas geradas nos meandros que permeiam essas peculiares equipes de trabalho.

Neste caso, avaliemos, por exemplo, o fato citado por Gomes (2001, p. 346), sobre os documentos fiscais das compras do Palácio de Ondina, residência oficial do governador do Estado da Bahia, que chegavam às redações dos jornais. Isto em uma época em que ainda nem se falava, ou, muito menos legislada, sobre transparência e

acesso à informação. E se compararmos tais negligências com o raciocínio de Resende e Nassif (2016, p. 5) pode-se afirmar que a informação pública, naquele período, “era tratada como propriedade patrimonial do Estado”, que a usava de acordo com suas conveniências, “independentemente das vontades ou necessidades do cidadão”. Em tempo, ressaltamos que a Lei de Acesso à Informação, “veio para parametrizar todas estas questões”. Mas como ainda não era o contexto da época, segundo Gomes (2001, p. 346), destacou-se ali que, logo de início, as assessorias ainda estavam inexperientes para lidar com um ambiente informacional tão inóspito.

Nestes recintos, segundo Santos (2016, p.1), exige-se comportamento informacional estruturado que possa atender as demandas específicas das instituições políticas, especialmente das assessorias. Diante disso, ao se analisar os argumentos de participantes deste governo, pode-se concluir que aquelas primeiras tentativas de mudanças, requeridas pelos seus eleitores, esbarraram na falta de estratégia e da ingerência da informação. E isto provinha, em boa parte, tanto do governante quanto de sua equipe. Faltou-lhes tática, na mediação e interpretação dos signos em torno de tudo aquilo que poderia vir a ser transformado em informação para uma futura campanha. Inclusive sua decisão na interrupção do mandato.

b) Governo Paulo Souto (1995-1998/2003-2007)

A trajetória de Paulo Souto, Paulo Ganem Souto, como governador da Bahia, remonta ao ano de 1991. Nessa época, foi vice de Antônio Carlos Magalhães a quem sucedeu, no período de 1995 a 1998, quando elegeu-se para o seu primeiro mandato propriamente dito. De 1999 a 2002 elegeu-se para seu segundo mandato ao senado. De 2003 a 2007 retornou como o 49º governador da Bahia. Neste intervalo, foi governador do estado César Borges (1998-2002).

Dentre alguns projetos que assinalaram o governo de Paulo Souto, estão os projetos: Bahia Azul, com o aumento da cobertura da rede de esgoto em Salvador; Viver Melhor, com ações educativas e de mobilização social; o Projeto Cabra Forte, com programa para melhoramento e eficiência da produtividade da ovinocaprinocultura e o Projeto Pró Gavião, com ações voltadas para populações rurais mais pobres.

Paulo Souto tentou a reeleição em 2006 e, apesar das pesquisas o indicarem como vitorioso já no primeiro turno, não foi essa a resposta das urnas. O que ocorreria

novamente em 2014. Rui Costa surpreenderia como sucessor de Jaques Wagner, sem necessidade de um segundo turno. Nos noticiários do dia seguinte à eleição 2014, víamos um Paulo Souto abatido e sem saber responder, caso alguém lhe perguntasse, onde erramos na vitória que não veio. Há uma explicação óbvia e uma explicação científica para todo fenômeno. Separar a obviedade da ciência, eis a questão. Nem sempre o que significa chegar a uma verdade é o resultado do temperamento inquisitivo, fruto do pensamento crítico. Para Sales (2017), chegar à verdade, sem ter uma explicação para ela, é mesmo que continuar no erro.

Talvez por volição ou pragmatismo o candidato tenha experimentado essa dupla derrota. Ora, pela construção arquitetônica do pragmatismo, segundo Peirce (2010, p. 195), “certas linhas de conduta acarretarão certas espécies de experiências inevitáveis”. Então, as duas derrotas seguidas seria uma adjudicação dos signos envoltos nestas campanhas.

Tabela 02: Eleições 2014



Fonte: IBOPE (2014) <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>

Em última análise, segundo esta pesquisa de intenção de voto para as eleições 2014, mas que não foi consolidada, do ponto de vista da Ciência da Informação, talvez tenha faltado aos auscultadores da campanha entender que uma das principais características da Informação é sua dinamicidade. Atenção ao máximo, exige a

celeridade da informação na atualidade. Tudo muda a cada instante e, assim, é preciso refletir junto com Almeida Junior (2004, p.77): “a informação, necessariamente, deve modificar, alterar, transformar o conhecimento de uma pessoa. Assim ela só se concretiza na relação com alguém que queira dela se apropriar.” Campanhas hoje são deflagradas em meio a um impacto tecnológico que permeia todos níveis da informação. Da produção à circulação. A dimensão de seu uso corre pelas vias dessa tecnologia com conteúdo informacional. Ora solidificando-o ora fragilizando-o, em uma interconectividade infinita.

c) Jaques Wagner (2006-2014)

Figura 58: Geddel reivindica apoio nas eleições 2010



Fonte: Gomes (2009) <http://oferrao.atarde.uol.com.br/?tag=pmdb>

A charge da figura 58, reporta-se à campanha do governador Jaques Wagner para sua reeleição em 2010. Geddel Vieira Lima, na chuva, cutuca-o pedindo-lhe apoio para sua candidatura ao senado, que não veio. Seria uma retribuição ao mesmo apoio dado pelo PMDB à sua candidatura para governador, em 2006, sem o qual, Wagner, segundo corrente entre a classe política, dificilmente teria se eleito. A representação desta imagem informa que o então governador da Bahia, Jaques Wagner, abriga-se sob o mesmo guarda-chuva do presidente Lula, enquanto deixa Geddel na chuva. O que popularmente significa, desabrigado.

Em 16 de dezembro de 2014, o governador Jaques Wagner fez um resumo de suas duas gestões no Governo do Estado da Bahia aos âncoras do Bahia Meio Dia, Sodake e Silvana, no qual declarou que “a atividade política, apesar das mazelas, é a mais nobre das atividades humanas porque é ela que organiza a sociedade, ela que organiza nossa comunidade, nosso estado, nosso país”. Essa declaração, referia-se aos oito anos de gestão possibilitados pela estratégia da oposição em se estruturar em torno de um único nome para a construção desse caminho. A vitória de Jaques Wagner nas eleições baianas de 2006 para governador, vinha após uma hegemonia do PFL no Estado da Bahia (governos César Borges e Paul Souto).

O político Jaques Wagner, como candidato, deixou Brasília no final de março de 2005 para concorrer ao governo baiano. Em época de plena campanha para reeleição, a imprensa deduzia que sua candidatura tratava de preparar palanque bem equipado no Estado para a recondução de Lula. Wagner, publicamente, não concordava. Baseava-se no início de sua trajetória política como líder de bancada (petista) na Câmara. Foi em 2002 que deu o primeiro passo rumo ao governo da Bahia, quando disputou e perdeu tanto para prefeito de Camaçari, quanto para governador, para Paulo Souto, do PFL. Mas sempre deixando um lastro de bons números de votantes.

Segundo noticiários locais, com retórica considerada como de bom negociador, a marca da passagem de Jaques Wagner pelo governo baiano, ou seja, seu jeito de governar, era mais para político que administrador. Deixava esta última tarefa mais para seu secretariado. Atitude inversa ao seu sucessor, Rui Costa. Segundo Vasconcelos (2015 p.2), “em alguns momentos difíceis dos oito anos que passou no governo da Bahia, como as greves da Polícia Militar, Jaques Wagner costumava dizer que estava tentando ‘trocar o pneu com o carro andando’”. E acrescenta que “nas vezes que tentou, trocou”. A dialética é o seu forte.

Ora, sabe-se que administrar envolve muita comunicação não verbal que, obrigatoriamente, abre espaço para interpretabilidade sem limites. Que vai além dos atos administrativos. Não é o caso da linha deste gestor que tende para o diálogo e interações conversacionais. Administradores que optam por esta linha, seguem um modelo de oralidade cujas vantagens são, além de obtenção de contato imediato, o alcance de “posições hierárquicas semioticamente paritárias, ainda que a troca seja feita entre interlocutores cujas posições sociais são fortemente hierarquizadas”. Trava-se, nessa forma de interação, indubitavelmente, sempre uma passagem de

informação por tratar-se, como em qualquer conversação, de uma troca comunicativa. (VOLLI, 2012, p. 225).

Em 2013, na entrevista concedida ao iG São Paulo (2013, p.1), Jaques Wagner falou de sua pretensão de que a imagem de seu governo, a ser gravada na mente das futuras gerações, fosse diferente da proposta de leitura proporcionada pelo cinema novo, onde a “imagem do nordestino famélico, fugindo da seca”, ficou imortalizada. Mas segundo este mesmo portal, não conseguiu porque neste mesmo ano grande parte dos “municípios da Bahia decretou estado de emergência, e calcula-se que quatro milhões de nordestinos foram atingidos pela estiagem recorde”. Na entrevista foi comentada a derrota que sofreu com a eleição de ACM Neto para a prefeitura de Salvador, a qual, em parte, “foi atribuída à greve de policiais militares e professores, de grande repercussão nacional”. Fator gerador de desgaste, em ano eleitoral.

Além desse juízo, uma síntese de outras opiniões oriundas de sua antiga base governamental, argumenta que se o gestor tivesse concedido aquele aumento comprometeria a folha de pagamento, de tal forma, que a Bahia estaria no rol das outras federações que estavam em estado de calamidade financeira. São informações opinativas. E sabe-se, opinião não substitui argumento. A não ser quando devidamente fundamentada na verdade como elemento primário e, finalmente, cumpre o ciclo que a leva de informação a conhecimento.

Em suma, o governante tem suas opiniões; o poder predominante do momento tem sua própria opinião; os eleitores têm suas opiniões; mas, segundo Figueiredo (2004, p. 108), quanto a perder a batalha da opinião pública, não tem governo que subsista. Todavia, vale lembrar, que Salvador acabara de sair de uma gestão municipal, de esquerda, que deixara lacunas que ajudou seu sucessor a se eleger.

Figura 59: Jaques Wagner



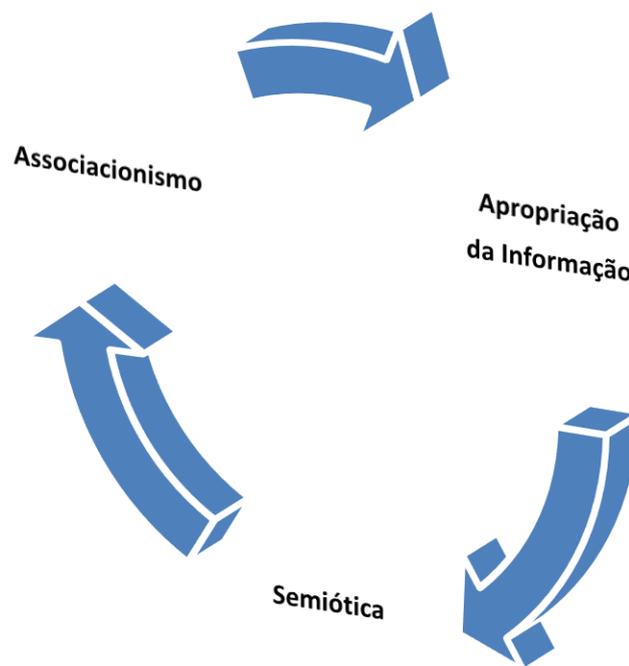
Fonte: Vasconcelos (2015) Imagem escaneada

Sobre este período, esta charge mostra um Jaques Wagner com uma bomba nas mãos. Vasconcelos (2015, p.2) explica-a pelo ato de assumir a Casa Civil do

Governo Dilma onde, mais que pneus, um “trator” o aguardava. Portanto, para Brasília, Jaques Wagner deveria levar sua experiência em atos performativos. Fenômenos comunicativos particularmente vivenciados por este governador que, segundo Volli (2012, p. 232), nos “termos das funções semióticas que se dedicam à retórica clássica”, obtinha sucesso na técnica de persuasão. Comprovados pelos saldos positivos nos efeitos que conseguia causar em boa parte dos destinatários. Pelo menos na Bahia.

7 USO DA TRIDIMENSIONALIDADE NA LEITURA DA FONTE DE INFORMAÇÃO CHARGÍSTICA

Figura 60: Tridimensionalidade da Fonte de Informação Chargística



Fonte: Elaboração da autora

Foi no acompanhamento do empenho dos chargistas em passar suas ideias por meio das mensagens imagéticas, que chegamos ao que propomos apresentar como resultado da pesquisa, a saber, uma tese baseada na ideia representada pela figura 60: Tridimensionalidade da Informação Chargística. Por ela defende-se que, em meio ao processo de apropriação da informação contida na charge, os leitores utilizam também mais dois critérios de apropriação, a saber, a decodificação das imagens por meio da visão semiótica de Peirce, e do contexto de abordagem filosófica baseada nos conceitos de ideias simples e complexas (associacionismo) de John Locke. Para isto, precisa-se recorrer a alguns conceitos e imagens já anteriormente registrados para melhor entendimento desta proposta de modelo de interpretação das charges. Inicialmente, começamos pelo conceito de apropriação da informação por Oliveira-Delmas e Almeida Junior (2017, p. 4-7) que admitem ser esta

uma atividade cognitiva intrínseca ao ser, que parte do relacionamento que o ser humano estabelece com seu meio, uma vez que, tendo acesso a dados, passa a atribuir significação, utilizando-os para clarificar dúvidas pontuais, criando novas e amplificadas discussões mentais que acabam gerando a necessidade de busca por novas informações. [...] N(a) mediação da leitura analisa as opções do leitor, seu conhecimento adquirido em vivências ou estudo, bem como sua imersão em diferentes mídias, procurando chegar ao seu principal objetivo – a apropriação da informação. (OLIVEIRA-DELMASSA; ALMEIDA JUNIOR, 2017, p. 4-7).

Conceito análogo ao de Alves; Correia e Salcedo (2017, p.1), por também admitirem que “a apropriação informacional é adquirida por meio de um processo de mediação cuja base é a leitura”. Ora, ao seguirmos por esta visão, confirmamos que a charge cabe perfeitamente na teoria da tridimensionalidade informacional proposta neste modelo. Tal afirmação, ampara-se na certeza de que as práticas leitoras têm como objetivo principal construir um processo cognitivo informacional.

Na leitura da charge pelas três dimensões, aqui apresentadas, também se utiliza o mesmo caminho cognitivo do sujeito do conhecimento, ou seja, segundo Becker (1999, p.1), “no nível de abstração que lhe compete lá onde ele produz sentido”. Em virtude disso,

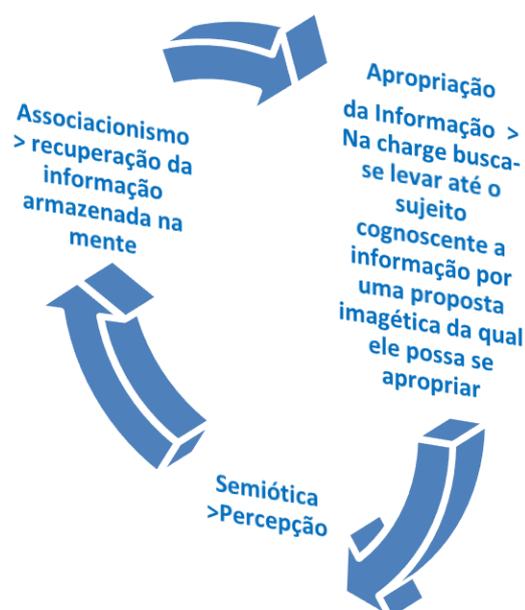
os sujeitos constroem um conjunto de práticas informacionais e leitoras por meio de processo interacional. [...] eles implicam as ações de busca, produção, apropriação e compartilhamento de informações, as quais são adquiridas mediante o uso da leitura por um processo mediado por diversos interferentes contextuais, humanos, culturais e tecnológicos. Os conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores e vivências adquiridos e transformados durante esses processos também compreendem as práticas informacionais e leitoras. (BECKER, 1999, p.1).

Aqui, novamente, fica evidente que na leitura de uma charge a interatividade das ciências cognitivas, aqui no caso no que se refere particularmente ao conhecimento produzido pela percepção, é que se completa a apropriação da informação que está implícita em suas formas.

Nesta ação, a charge, na proposição de despertar o leitor sobre o que está em sua volta obriga-o, em meio aos traçados da imagem, a ampliar e intensificar sua consciência buscando entender e apreender as informações nela representada. Ou seja, analogicamente ao conceito de Becker sobre compartilhamento e apropriação da informação, temos uma visão clara de que a leitura de uma charge não acontece

da maneira direta, pura e simples como alguém poderia supor. Defendemos que neste processo, na realidade, também estão envolvidas contribuições da semiótica (interpretações dos signos) e busca do armazenamento mental (processo perceptivo) para recuperação e utilização do estudo das formas representadas, de acordo com o arcabouço intelectual de cada leitor (associacionismo). E então a proposta ficaria assim explicada:

Figura 61: Análise da Tridimensionalidade da Informação Chargística

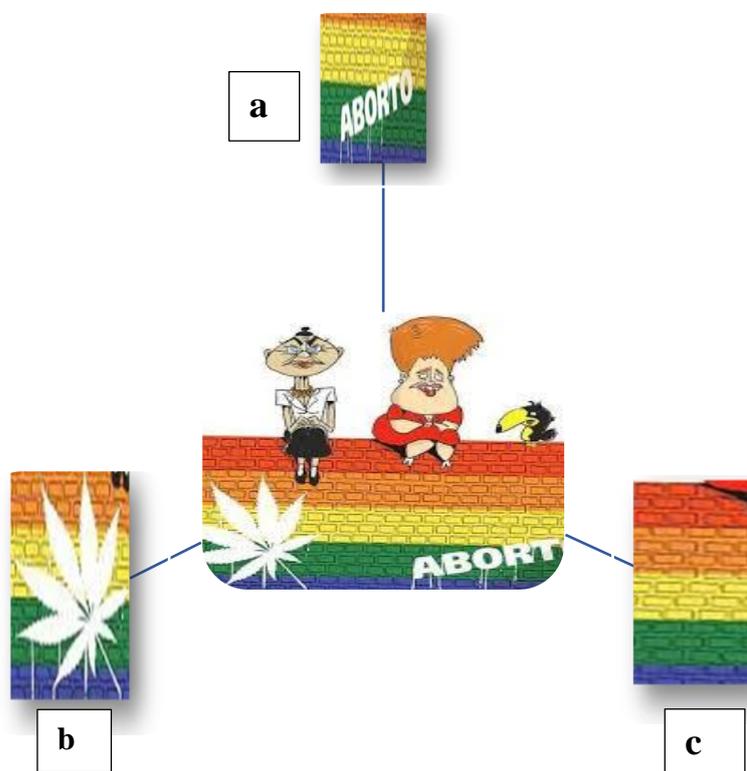


Fonte: Elaboração da autora

Por esta visão, retomamos a questão do uso do signo em sua contribuição semiótica para a leitura das charges por ser uma via sem a qual, admite Peirce, “nenhuma questão de fato pode ser asseverada”. Assim, todo assunto abordado em uma charge está nela representado a partir da dicotomia chargista e interpretante.

Uma relação que segundo Peirce (2010, p. 75), trata-se de “qualquer coisa que conduz uma outra coisa (seu interpretante) a referir-se a um objeto ao qual ela mesma se refere (seu objeto) de modo idêntico, transformando-se o interpretante, por sua vez, em signo, e assim sucessivamente *ad infinitum*”. E nessa relação realmente infinita, todo assunto abordado em uma charge está nela representado. São interpretações, dirigidas pelos sentidos e tido pelo próprio pensamento de Peirce (2010, p. 75) como “sujeita a certas operações dinâmicas. Enquanto traz uma associação compulsiva a nossa mente”. Vejamos essa ideia através da representação da imagem a seguir:

Figura 62: Decomposição da informação chargística 1



Fonte: Aziz (2014) <https://linhaslivres.wordpress.com/2014/09/22/charge-do-aziz-aborto-tema-tabu/>

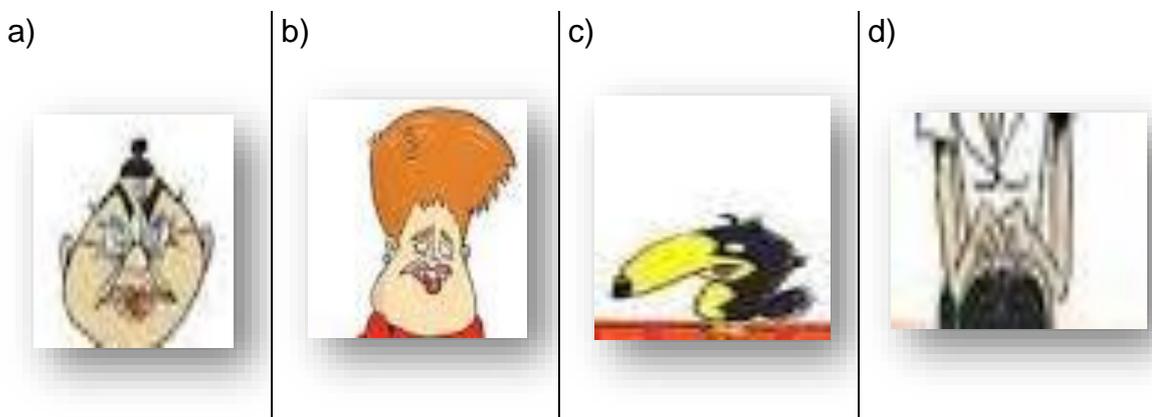
Observe-se, que, enquanto isolada, a imagem que representa a palavra aborto (fig. a) e a folha da maconha (*canabis sativa*, fig. b), não tem nenhuma analogia ou similaridade com a figura. Entretanto, produz indícios quando inserida na imagem em sua totalidade. O que não ocorre com a bandeira arco-íris adotada pela comunidade LGBT (fig. c), um símbolo que liga a um objeto individualmente universalizado. Por isso se afirma que

O índice é um signo ou representação, que se refere ao seu objeto não tanto em virtude de uma similaridade ou analogia qualquer com ele, nem pelo fato de estar associado a caracteres gerais que esse objeto acontece ter, mas sim por estar em uma conexão dinâmica, tanto com o objeto individual, por um lado, quanto, por outro lado, com os sentidos ou a memória da pessoa a quem serve de signo. (PEARCE, 2010, p. 74).

Ao confrontarmos esse enunciado ao raciocínio de Gutierrez Quintana (1995, p. 39), também concluímos que, assim como “é possível recortar o discurso em frases, parágrafos, capítulos, etc.”, o que “permite segmentação provisória do texto com vistas à sua análise”, a charge, como informação imagética, também pode ser desassociada de seus caracteres gerais para melhor compreensão.

Após esta observação, fechamos o ciclo da análise da tese de Tridimensionalidade da Informação Chargística apresentando uma abordagem filosófica que revisita a ideia de associacionismo de John Locke (1632-1704), pela qual, a qualidade primária da imagem consiste naquilo que está no objeto, e a qualidade secundária só existe a partir da percepção do observador. O que evoluiu para o princípio de ideias simples e ideias complexas. Uma proposta que, segundo Schwultz e Schwultz (2017, p. 38), as ideias simples partem da sensação que a imagem reflete, a priori, sobre a mente. Sob esta mesma visão, as ideias complexas, veem a ser “as derivadas, compostas pelas simples, que podem ser analisadas ou reduzidas a componentes mais simples”. Vale ressaltar, que não nos interessa aqui examinar consistências ou inconsistências do argumento de Locke. A discussão aqui, está no entorno do que nos importa para identificar uma possível chave de leitura para a proposta desta abordagem. Ou seja, atingir uma forma de compreensão da tese, dentro de um contexto viável para se entender este modelo triádico da charge como fonte e representação da informação, conforme veremos a seguir:

Figura 63: Decomposição da informação chargística 2

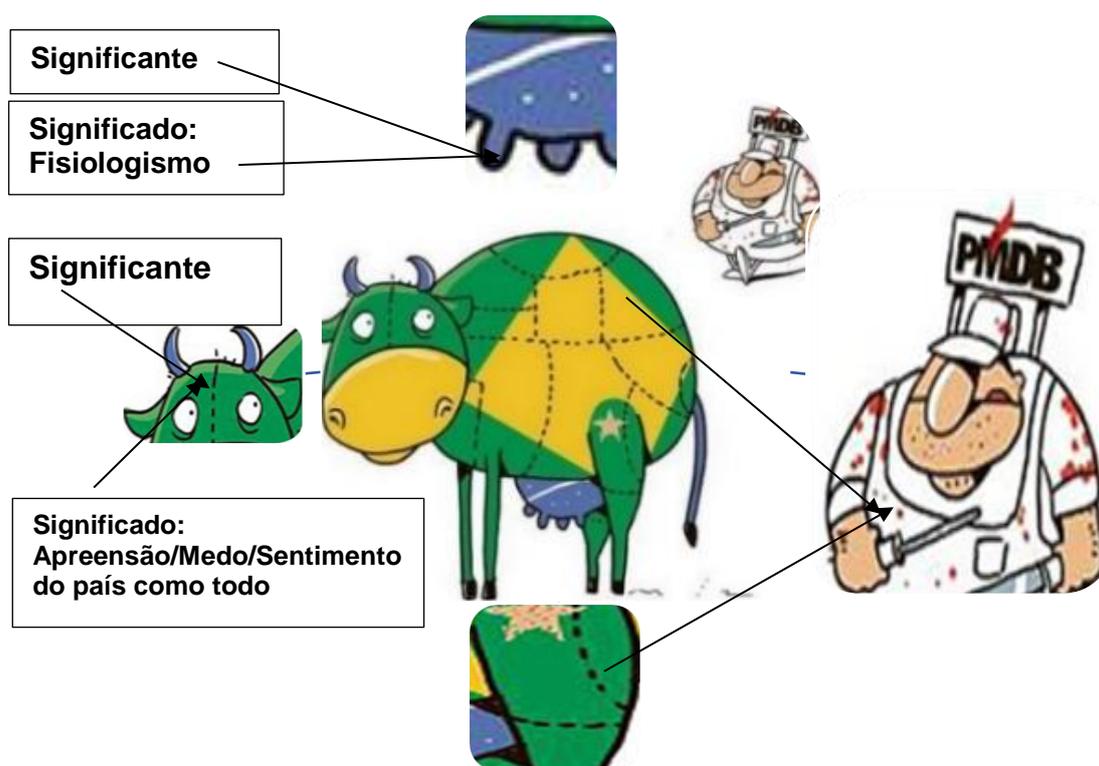


Fonte: Imagens adaptadas de Aziz (2014)

Assim, ao decompor a imagem da fonte de informação que temos a nossa disposição, realizamos, além da leitura geral do quadro que nos é apresentado, a percepção dos sentidos que figuram em segundo e terceiro planos, até atingirmos, conforme Bardin (2011, p.48), “outros ‘significados’ de natureza psicológica, sociológica, política, história, etc.” Aspectos que são contemplados na relação entre o estudo da imagem da charge e esta teoria da tridimensionalidade, pelo ponto de vista da Ciência da Informação em seu aspecto cognitivo; da experiência e herança cultural de quem lê a imagem e do processo de informação e comunicação na

transferência, organização, navegação e recuperação da informação. Isto ficou constatado na secção 2.3 (pág. 34), deste trabalho, ao nos depararmos com as opiniões antagônicas, enviadas ao jornal A Tarde, sobre as charges publicadas naquele veículo. Assim, pelo modelo aqui proposto, o mecanismo de compreensão e apropriação da informação se desenvolve da seguinte forma:

Figura 64: Decomposição da informação chargística 3



Fonte: Aziz (2016)

Em síntese, no processo de apropriação da informação contida na charge, há uma forma generalizada de percebê-la como protagonista da necessidade social de informação. Em seguida, por seu poder de agregação de vários fenômenos ligados à informação e ao conhecimento. Sem esquecer que há também, na charge, as formas individuais que atravessam o processo do entendimento desses fenômenos. De entende-las como fontes de informação porque, afinal, conforme Silva; Saldanha, (2016, p. 5), “muitas são as possibilidades de descrever o fenômeno informacional e muitos são os conceitos inseridos em suas estruturas teóricas”. No que eles sugerem “a observação de certos pressupostos ontológicos relevantes para a fundamentação da Ciência da Informação”, principalmente quando aliada a uma reflexão filosófica.

Processo informacional que se agrega ao conceito de Alves; Correia (2017, p. 1) de que o sujeito do conhecimento, em uma “perspectiva sociocontextual, nas ações de busca, uso e compartilhamento de informações, se apropriam de fontes atribuindo-lhes sentidos, sentimentos e vivências às suas ações”. Dito, que reforça a ideia de dependência da herança cultural e informacional do leitor para decodificação dos assuntos registrados em uma charge.

Ora, quando aliamos este pensamento acerca da apropriação da informação e dos sentidos percebidos nas charges, obrigamo-nos a registrar que não podemos esquecer dos outros empiristas além de Locke, como Berkeley, ou, mais particularmente Hume, que também abordou a questão da associação de ideias. Muito menos, que este último abordou a questão da associação com maior ênfase ao fenômeno das experiências sensoriais simples, que se aliam para criar formas complexas de conhecimento.

Todavia, pautamo-nos aqui, preferencialmente, pela visão associacionista de John Locke em seu detalhamento da tese aristotélica da mente como tábua rasa. Ao contrário de Descarte, que defendia uma mente com ideias inatas, segundo Cotrim (2006, p. 150), este filósofo, em sua tese empirista defende

Que as ideias que possuímos (isto é, todo conteúdo do processo do conhecimento) são adquiridas ao longo da vida mediante o exercício da experiência sensorial: que vem das nossas primeiras ideias, as sensações que nos vem a mente através do sentido[...] e depois da reflexão combinando e associando as sensações por um processo de reflexão [quando então] a mente desenvolve outra série de ideias que não poderiam ser obtidas das coisas externas. Seriam ideias como a percepção, o pensamento, o duvidar, o crer o raciocinar.

Assim cabe na teoria de Tridimensionalidade da Informação Chargística, a explicação do processo de apropriação da informação contida nas charges com todos os seus signos. Também, no conceito da mente que um dia foi uma folha em branco, Mas que, no entanto, ao passar por todo o processo de conhecimento, utilizará toda a experiência aprendida para decodificar todas as leituras contidas na fonte de informação específica da charge, pois, afinal,

fonte de informação pode ser qualquer coisa que tem a característica de informar algo para alguém, por esse motivo é abrangente a sua aplicação. [...] existem várias fontes de informação que registram conhecimento de forma impressa, podendo ser a parede de uma

caverna, um papiro, o couro de um animal, na argila, uma tabuleta de cera, uma pintura e/ou outros suportes que registrarão e registram a informação. (ARAUJO; FACHIN, 2015, p. 85).

Então, para finalizar, afirmamos que no modelo triádico criado para interpretação das charges, enquanto fontes de informação, o processo de leitura se dá pela apropriação da informação mediante a decomposição de suas imagens para, através das associações das ideias simples e complexas, identificarmos os signos nelas contidos. Em suma, exceto novas pesquisas provem o contrário,

O homem percebe o mundo que o rodeia por meio dos cinco sentidos, o que nos permite entender que seu arcabouço biológico condiciona o que é capaz de apreender. Um dos sentidos cujo processo de formação é o mais longo é a visão, pois o cérebro precisa aprender a interpretar o que está sendo enxergado. (GONÇALVES; OLIVEIRA; NEVES, 2016).

No que, conclusivamente, a percepção é a grande realidade que envolve a leitura das charges. O que pode ser aplicado às hipóteses propostas no projeto de pesquisa, a saber, até onde esses recursos conseguiram, tanto no passado como no presente, atingir a compreensão do cidadão. E de como podemos explorar, e explanar, o método da ciência, de forma a atingir a legitimidade da ideia contida na charge como fonte e, também, de representação não verbal da informação no desenvolvimento político eleitoral brasileiro.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 65: Lamentável!



Fonte: Adaptado de Amarildo (2017) <https://www.humorpolitico.com.br/tag/michel-temer/>

Assim como esta charge (fig. 64), que representa um brasileiro analfabeto e refém das interpretações de representantes letrados do poder na atualidade, no início da República também era assim. Só que em uma situação muito mais intensificada. O povo brasileiro, em sua maioria apedeuta, só dispunha de uma forma para ler uma informação que não fosse pela interpretação a mercê do imaginário alheio, a charge.

Conforme o objetivo deste trabalho, de investigar a charge além de seu contexto hipotético de complementaridade e suplementaridade, da informação, conseguiu-se, por meio da aplicação do modelo de Tridimensionalidade da Informação Chargística, a confirmação da hipótese de que a charge, dentro do universo do cenário político eleitoral brasileiro, consolidou-se como uma fonte de informação de representação não verbal. Principalmente, na parcela que tem maior dificuldade em saber, e entender, o que se passa a sua volta. Fenômeno que ainda persiste no Brasil, desde quando, dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017) dão conta de que ainda temos 11,7 milhões de analfabetos.

Assim, confirma-se que, a charge, tanto quanto os outros meios de informação por imagem, também é capaz de prover informação ao sujeito da pesquisa, a saber, o eleitorado formado pelos representantes das diversas camadas sociais e culturais que totalizam a formação do Estado brasileiro.

A partir dessa premissa, admite-se que os chargistas ainda se detêm em sua tarefa de informar, pelas imagens, sob os mesmos confrontos vividos por seus

antecessores dos primórdios da era republicana. Ou seja, inserem-se no campo minado da informação política, pelos caminhos dos confrontos entre protagonistas da informação e personagens políticos. Estes últimos, em sua maioria, formados por personalidades amparadas por um lastro formado pela carreira política bem-sucedida e, tão dinástica, quanto a extinta monarquia, cujos filhos repetem comportamentos informacionais compatíveis com a oralidade de seus antecessores. No que usam a informação, como ferramenta para a concretização da eterna busca do princípio weberiano da perpetuação do poder.

Compreende-se que o promove estes conflitos, é a observância de que a informação que emerge de cada esboço desses chargistas, também tem suprido material para os arquivos com seus documentos (e não só os da ditadura). Tanto por suas características de completude e autenticidade, tanto pelos outros itens que lhes são peculiares, como material de estudo pelos profissionais que podem se utilizar das charges para suas pesquisas.

Afinal, pode-se afirmar, que a charge tem representado o seu papel como fonte de informação ao longo de sua criação. Bem verdade, um tanto complexa, uma vez que seu caminho se dá, sempre, pela via da concessão ao impulso artístico. Todavia, certo é, como reforço da tese, que pela ideia da tridimensionalidade, a charge transforma a montagem do grande número de dados fragmentados através da história em conhecimento. Pelo uso de simbologias, nas propriedades originais de suas imagens, a charge consegue dar acesso ao público às informações em seu caráter de veracidade. Mesmo, quando estas informações estão imbuídas de falsificação ou alteração que as distanciam de seus documentos originais.

Foi assim, que por meio de profissionais hábeis, toda a produção chargística de nomes a começar por Ângelo Agostini, chargista oitocentista, a nomes como Ziraldo, Millôr Fernandes, Angeli, Glauco, Henfil, Laerte, Jaguar, os irmãos Caruso e outros expoentes deste recurso informacional, (vide suas contribuições no apêndice B), seja em parte, seja integralmente, cumpriram, ou cumprem sua missão no sentido de ressaltar e preservar esta fonte de informação a serviço do desenvolvimento histórico político do país.

Muitas de suas imagens, geram informações que dificilmente poderiam chegar ao conhecimento da sociedade de uma outra forma em determinados períodos e contextos históricos, quando não havia sistemas tecnológicos como na atualidade. Quanto a esta vertente tecnológica, é verdade que não sabemos o quanto a sua

contribuição para a disseminação da informação nos reservarão para futuros distantes. Todavia, ao que nos interessa para nossas reflexões no campo da ciência da informação, aplicada ao meio político, é entendermos que elas sempre estarão sujeitas aos movimentos contrários deste universo tridimensional contemplado pela informação produzida, informação percebida e informação filosoficamente implícita.

E neste conceito rotativo, onde a informação segura o pêndulo do relógio remindo o tempo de duração de cada período político, para cima e para baixo, para esquerda e para a direita, ou ainda, para frente e para trás, sabemos que é justamente esta movimentação que garante a sobrevivência de toda a humanidade em qualquer ramo em que a ciência possa explicar os fenômenos do universo. E não seria diferente na Ciência da Informação.

E justamente, ao se analisar esta proposta à luz da Ciência da Informação, conforme citado de Almeida Junior (2004) na fundamentação teórica deste trabalho, se a informação não trouxer nenhuma modificação na vida de uma pessoa será, então, inócua. Pela via do dogmatismo crítico, admitimos que este pesquisador quer dizer que a informação deve servir para ajudar a sociedade a tanto compreender as ideias já existentes, quanto a desenvolver as legitimamente próprias. Pensamento análogo à visão semiótica peirciana, vista ao longo do trabalho, da indispensável decodificação dos signos que, silenciosos ou não, percebidos ou não, não exime seus leitores da responsabilidade social de interpretantes para a formação de seu pensamento.

E esta conclusão a que chegamos, não é aleatório e nem fruto de especulação. Porém, como enfatiza Popper (1987), uma visão de mundo dentro de uma realidade concreta de concepção científica. Lembrando que, para este pensador, o método da ciência é permeado de hipóteses audazes e habilidosas, seguidas de tentativas severas para rejeitá-las. O que tornou imprescindível, em nossa pesquisa, o esforço conjugado para desenvolver um trabalho meticuloso em busca da verdade. Mesmo tendo em vista a tão proclamada transitoriedade da ciência.

Finalmente, o grande mérito em decifrar os códigos não verbais de uma fonte de informação como as charges, já não seria privilégio só do cientista (da informação ou de qualquer outra ciência) e, sim de todo aquele que tem acesso à informação circulada. Do contrário, correremos o risco de ver acontecer aquilo que Alves (1993, p. 63) tanto temeu: “se existe uma classe especializada em pensar (os cientistas) os outros indivíduos podem se sentir liberados da obrigação de pensar simplesmente tomar a decisão de só fazer aquilo que os cientistas assumirem como verdade”. Mas

o que é a verdade. Dentro do contexto desta pesquisa, a verdade é fruto da apropriação da informação corroborada pela percepção (semiótica) e das associações mentais individuais.

Por isso, esta teoria tem também como resultado de sua proposta, proporcionar instrumentos de leitura da charge em levar seus receptores a descobrir sua codificação; perceber o funcionamento dos elementos e chegar ao entendimento do que sugere e representa a charge. Dessa forma foi construído o modelo tridimensional. O intuito, é demonstrar que a charge se constrói a partir de estratégias importantes para ler e decifrar os significados e conteúdo das imagens.

Para concluir, conforme constatamos neste estudo, a Ciência da Informação entra neste contexto como adjutor na interpretação dos significados e compreensão da imagem uma vez que, na atualidade, os recursos imagéticos são cada vez mais utilizados como informação. Motivo pelo qual, merece atenção cada vez mais direcionada pelo cientista da informação.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Ângelo. Após a Guerra do Paraguai: charge publicada na revista **Vida Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 12, jun. 1870. In: RESUMO V. Após a Guerra do Paraguai. Disponível em: <http://www.resumov.com.br/provas/enem-2014/enem-2014-cht-32/>. Acesso em: 8 dez. 2016.
- _____. Charge publicada na revista ilustrada em setembro de 1887. In: **Conversa de bar.net**. Disponível em: <http://blogconversadebar.blogspot.com.br/2010/05/13-de-maio.html>. Acesso em 30 nov. 2016.
- _____. D. Pedro II e o ocaso do império. Disponível em: <http://angloresolve.plurall.net/press/question/2220272>. Acesso em: 8 ago. 2018.
- _____. A República nas caricaturas de Ângelo Agostini. Disponível em: <http://almadanoah.blogspot.com/2008/11/monarquia-e-repblica-nas-caricaturas-de.html>. Acesso em: 7 ago. 2018.
- _____. Transição de cor: raça e abolição. **Revista Ilustrada**, n. 471, p. 5, 19 nov. 1887. In: *Mestres da História*. Disponível em: <https://www.meusresumos.com/historia/movimento-abolicionista>. Acesso em: 01 ago. 2018.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. 3. ed. São Paulo: Edições MMM, 2012.
- ALDÉ, Alessandra; MARQUES, Jamil (Orgs.). **Internet e poder local**. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: COMPOLÍTICA, 2015.
- ALMEIDA, Carlos Cândido. A semiótica na ciência da informação brasileira: ideias e tendências. **XVII ENANCIB**. Salvador, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3875/2251>. Acesso em: 03 out. 2017. p.5.
- ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco. Informação pública: conceito e espaços. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Formação do profissional da Informação**. São Paulo: Polis, 2004. p.77.
- _____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. Disponível em: **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009. p. 97. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277162051_MEDIACAO_DA_INFORMACAO_O_E_MULTIPLAS_LINGUAGENS. Acesso em: 31 jul. 2018.
- ALMEIDA, Rodrigo de. **À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo, Leya, 2016.
- ALVES, Mariana de Souza; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho; SALCEDO, Diego Andres. Práticas leitoras e informacionais: mediação e apropriação. **XVIII**

ENANCIB. Marília (SP), 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/59069>. Acesso em: 17 abr. 2018.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**. São Paulo, Brasiliense, 1993.

AMARILDO. Charge. In: MUTTI, Gêrsio. **Plano Brasil: defesa e geopolítica: entrevistas concedidas por Lula e FHC ao Programa Hardtalk no canal internacional da BBC World**. Disponível em: <http://www.planobrazil.com/entrevistas-concedidas-por-lula-e-fhc-ao-programa-hardtalk-no-canal-internacional-da-bbc-world/>. Acesso em: 25 maio 2017.

_____. **12 milhões de analfabetos**: charge publicada em 27 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br/tag/michel-temer/>. Acesso em: 5 jan. 2018.

AMORIM, Paulo Henrique. **O quarto poder**. São Paulo: Hedra, 2015.

/APPE. A renúncia. Charge publicada na revista "**O Cruzeiro**", 07/10/1961. In: História em movimento, 2012, p.1. Disponível: <http://narrativasdobrasil.blogspot.com.br/2012/11/o-excentrico-governo-de-janio-quadros.html>. Acesso em: 03 jan. 2018.

APPE. Charge publicada originalmente em 1960: Jânio e Jk. In: **O Patativa**. 29/11/2015. Disponível em: <http://bernardoschmidt.blogspot.com/2015/11/pilulas-janisticas-1.html>. Acesso em: 31 jul. 2018.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para produção de conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2004.

ARBACH, Jorge Mtanios Iskandar. **O fato gráfico**: o humor gráfico como gênero jornalístico. 2007. 246 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação, Jornalismo e Linguagem) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-22072009-182433/pt-br.php>. Acesso em: 12 jul. 2015.

ARAUJO, Nelma Camêlo; FACHIN, Juliana. Evolução das fontes de informação. Rio Grande (RS), **Biblos :Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (FURG)**, v. 29, n.1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5463/3570>. Acesso em: 19 abr. 2018. p. 85.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

AZEVEDO, Marco Antônio. Informação e interpretação: uma leitura teórico-metodológica. Belo Horizonte, **Perspect. Ciênc.**, v.9 n.2, jul./dez. 2004. p. 122-133.

AZIZ, Bruno. Charge. **A Tarde**. 22 set. 2014.

_____. Charge. **A Tarde**, Salvador, ano 104, edição 35520, 10 jul. 2016.

_____. Cartum. Muito: suplemento dominical. **A Tarde**, Salvador, ano 104, edição 35443, 03 abr. 2016.

_____. Cartum. Muito: suplemento dominical, **A Tarde**, Salvador, ano 104, 24 abr. 2016.

BALABAN, Marcelo. "Transição de cor": raça e abolição nas estampas de negros de Ângelo Agostini na Revista Ilustrada. Rio de Janeiro, **Topoi**, vol.16, n.31, Jul./Dez. 2015. p. 1-17.

BANDEIRA, Augusto Guimarães. Charge. In: SALGADO, Graça. **Arquivo Nacional – 150 anos: visão histórica**. Rio de Janeiro: Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN), 1988.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE, v.8. n.4, 1994. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/BARRETO%20A%20Questao%20da%20Informacao.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011.

BARROS, Mariana. Entrevista: Eduardo Jorge. In: **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ed. 2394, ano 47, n.41, 8 out. 2014.

BARROS, Thiane Neves. A cor mais bonita: charge canal 178b. In: **Blogueiras negras**. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/12/11/eracismosim/charge-canal18b/>. Acesso em 5 jan. 2018.

BECKER, Fernando. O sujeito do conhecimento: contribuições da epistemologia genética. Disponível: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/55807/33904>.

BEM BLOGADO. **Charge**. Publicada em 23 de novembro de 2014. Disponível em: <http://bemblogado.com.br/site/governo-dilma-destruiu-economia/>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BIRA. Mais uma Charge que Representam a Verdadeira Face (DEMO-TUCANA SERRA-KASSAB) no Estado de São Paulo!!! **Cobra Notícias**. Publicada em 2010. Disponível em: <http://cobranoticias.blogspot.com.br/2010/05/>. Acesso em: 5 jan. 2018.

BITTENCOURT, Renato Nunes. Filosofia do cotidiano. In: GABRIEL, Fábio Antonio. Entrevista. São Paulo, Rev. **Filosofia Ciência&Vida**, Ano VIII, n. 101, dez. 2014.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira, 3.ed. São Paulo, UNESP, 2011.

_____. **Democracia e segredo**. São Paulo, Editora UNESP, 2015.

BOFF, Leonardo. **Eu não sou Charlie, je ne suis pas**

Charlie. Disponível em: < <https://leonardoboff.wordpress.com/2015/01/10/eu-nao-sou-charlie-je-ne-suis-pas-charlie/>>. Acesso em: 24 de jun. 2015.

BORGES, Jussara. Competências infocomunicacionais em ambientes digitais. In: **Participação política, internet e competências infocomunicacionais: evidências a partir de organizações da sociedade civil de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2014.

_____; JAMBEIRO, Othon. Comunicação, *digital literacy* e participação política inter-relações, reciprocidades e determinações. In: **III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA)**. 2009. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/borges_jambeiro.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BLOG do Chiquitinha Maravilha. **Rui Barbosa “O Águia de Haia”**. Salvador: 15 fev 2016. Disponível em: <http://chiquitinhamaravilha.blogspot.com.br/2016/02/ruibarbosa-o-aguia-de-haia-sua.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

BORNEMANN, Neila Barbosa de Oliveira; COX, Maria Inês Pagliarini. “Vote tiririca, pior que tá não fica”: a construção de efeitos de sentido em charges, **Revista Signótica**, Goiás, v.23, n.2, Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/17530/1053>. Acesso em: 13 nov. 2016.

BOTINO. **João Batista Figueiredo**. Charge. Disponível em: <http://www.umblogqualquer.com.br/2015/08/nomes-de-presidentes.html>. Acesso em: 22 fev. 2017.

BRAGA, Rubem. O presidente voador. In: **Ai de ti, Copacabana**. Publicado em 22 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.blogdosergiovieira.com.br/search?updated-max=2013-04-27T13:09:00-07:00&max-results=10&reverse-paginate=true>. Acesso em: 29 jan. 2017.

BRAGA, Sérgio; NICOLÁS, Maria Alejandra; BECHER, Sérgio. Elites políticas e NITICs: uma análise do uso da internet pelos candidatos aos governos estaduais e ao senado nas eleições brasileiras de outubro de 2010. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013.

BRANDALISE, Carla. Camisas-Verdes: o integralismo no sul do Brasil. Rio de Janeiro: **Acervo**, v. 10, n. 2, jul./dez 1997. Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/290/252>. Acesso em: 12 mar. 2014. p. 17-36.

BRILHANTE, Matilde de Lima. **O uso interessado do humor político nas charges da imprensa da imprensa em Fortaleza**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/8055/11406>. Acesso: 13 de nov. 2016.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. São Paulo: Leya, 2010.

BULE VOADOR. **13 de Maio**. Disponível em:
<http://www.bulevoador.com.br/2010/05/13-de-maio/>. Acesso em 12 jun. 2017.

CABRAL, Ivan et al. Já era Collor. Charge. In: **Humor político sem besteiro!**. Disponível em: http://chargistaclaudio.zip.net/arch2012-09-23_2012-09-29.html. Acesso em: 25 abr. 2017.

CAMÊLO; CANARIM, Vinícius. **Vamos entrar na Era Digital**: charge. In: SÉCULO XXI, Era Digital. Disponível em:
<http://eradigitalinfo2012.blogspot.com.br/p/charge.html>. Acesso em: 8 maio 2017.

CANARIM, Vinícius. **Vamos entrar na Era Digital**: charge. In: SÉCULO XXI, Era Digital. Disponível em: <http://eradigitalinfo2012.blogspot.com.br/p/charge.html>. Acesso em: 8 maio 2017.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Biger. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**. v. 12. n.1, jan./abr. 2007. Disponível em:
<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>. Acesso em 3 ago. 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diários da presidência (1995-1996)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **Diários da presidência (1997-1998)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CARDOSO, Mauricio José d'Escragnolle. Peirce, Lacan e a questão do signo indicial. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan./ jun. 2012. Disponível:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982012000100011&script=sci_arttext. Acesso em: 30 de nov. 2015.

CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **História da república brasileira: o governo Fernando Henrique (1995-1998)**. São Paulo: Editora Três, 1999.

CARUSO, Chico. Charge. Rio de Janeiro, **O Globo**, ano IX, n. 18639, 19 nov. 1984. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/charges-e-humor/charges-retratam-campanha-da-ultima-eleicao-indireta-para-presidente-no-pais-9085579>. Acesso em 01 mar. 2017.

_____. **No ocaso da ditadura, charges retratam Figueiredo sobre o peso da sucessão**: charge publicada 19/12/1984. Disponível em:
<http://acervo.oglobo.globo.com/charges-e-humor/no-ocaso-da-ditadura-charges-retratam-figueiredo-sob-peso-da-sucessao-9085770>. Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. **Prefeito eleito de São Paulo é tema da charge de Chico Caruso**. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/videos/t/charge-do-chico/v/prefeito-eleito-de-sp-joao-doria-e-tema-da-charge-de-chico-caruso/5569112/>. Acesso em: 23 abr. 2017.

CARVALHO, Flaviane Faria. Composição visual e transitividade textual: a análise verbo-visual da primeira página dos jornais portugueses Diário de Notícias e Correio da Manhã. In: DUQUE, Cláudio Gottschalg (Org.). **Ciência da Informação Estudos e Práticas**, Brasília: Centro Editorial: 2011.p. 67-73.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CHARTIER, Anne-Marie. **Os futuros professores e a leitura**. In: GALVÃO, Ana Maria Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Tradução Miriam Goulart de Oliveira; Ceres Leite Prado. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2011.

CHIQUITINHA MARAVILHA. **A escravidão negra no Brasil, a poesia**. Disponível em: <http://chiquitinhamaravilha.blogspot.com.br/2015/05/escravidao-negra-no-brasil-poesia.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

CÍCERO. **Em 2010...**: charge. Disponível em: http://www.pesquisadormoderno.com/2009_03_01_archive.html. Acesso em: 14 abr. 2017.

CLÁUDIO. Cláudio no **O Pasquim**. Charge de Waldir Pires. Disponível em: http://chargistaclaudio.zip.net/arch2010-03-07_2010-03-13.html. Acesso em: 31 mai. 2017.

_____. **Collor**: charge. Disponível em: https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=613&tbm=isch&sa=1&q=charges+de+Cl%C3%A1udio+sobre+Collor&oq=charges+de+Cl%C3%A1udio+sobre+Collor&gs_l=img.3...60465.63416.0.63741.13.9.0.0.0.887.1343.4-1j0j1.2.0...0...1c.1.64.img.11.0.0.QsuLVa3J49w#imgsrc=4_czl6R9R40yJM:. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. **Já era Collor**. Disponível em: 6bMvmyAhHrY58eDCNiQioSCW4OZsAtPTBVEQPIQpC3Qvow&tbo=u&sa=X&ved=0ahUKEwjcm_i4f7SAhWDEJAKHRnADF4Q9C8IGw&biw=1366&bih=613&dpr=1#imgsrc=BQZ_HY7PCgL_1M: Acesso em 30 mar. 2017.

CLEVERTON (Gomes). **Caricaturas e ilustrações: Proclamação da República**. Publicação em 15/11/2013. Disponível em: <http://clevertoncaricaturas.blogspot.com.br/2013/11/proclamacao-da-republica.html>. Acesso em: 30 mai. 2017.

DÁLCIO (Machado). **Os royalties futuros do petróleo**: charge. Disponível em: <http://blog0news.blogspot.com.br/2015/07/os-royalties-futuros-do-petroleo.html>. Publicado em: 23 jul. 2015. Acesso em 14 abr. 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

DESVENDANDO O GOVERNO DE VARGAS. Vargas: “pai dos pobres” ou “mãe dos ricos”? Disponível em: <http://desvendandooovernodevargas.blogspot.com/2012/08/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

DIAS, André Luis Mattedi; COELHO NETO, Eurelino Texeira; LEITE, Márcia Maria da Silva (Orgs.). **História, cultura e poder**. Salvador, EDUFBA/UEFS, 2010.

DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. **A aventura da reportagem**. São Paulo, Summus, 1990. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=0ktpy2_LsXAC&pg=PA20&dq=a+informa%C3%A7%C3%A3o+que+ajudou+a+derrubar+o+regime+militar&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjLgOiaub7YAhUDHZAKHWD9BD0Q6AEIOjAD#v=onepage&q=a%20informa%C3%A7%C3%A3o%20que%20ajudou%20a%20derrubar%20o%20regime%20militar&f=false. Acesso em: 4 jan. 2018. p.21.

DINO. **Charge de Accindino Sousa Andrade (Dino)**. Publicada em 1966.

Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=Charge+de+Arthur+da+Costa+e+Silva&espv=2&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwii4pa57pzSAhXJHZAKHaYKAuoQsAQIPQ&biw=1366&bih=>. Acesso em: 19 fev. 2017.

_____. Jânio e Covas. Charge de Accindino Sousa Andrade (Dino). In: SCHMIDT, Bernardo. **O patativa**. Charge. Disponível em: <http://bernardoschmidt.blogspot.com.br/2015/11/pilulas-janisticas-1.html>. Acesso em: 22 jan. 2017.

DIOGO. Charge publicada em 20 de setembro de 2016. In: BRAINKY. **Explique a charge de JK**. Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/6965494>. Acesso em: 28 jan. 2017.

DOMINGUES, Joelza Ester. **Jânio Quadros e sua polêmica renúncia à presidência**. Disponível em: <http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/janio-quadros-renuncia/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

DUBOST, J.; LEVY, R. **A análise social**. I & F. Guattari et al. (Orgs.) As intervenções institucionais (pp.45-91). México: fólios.

DUQUE, Cláudio Gottschalg (Org.). **Ciência da Informação Estudos e Práticas**. Brasília: Centro Editorial, 2011.p. 67-73.

ECO, Umberto. Entrevista Umberto Eco. In: WOLF, Eduardo. A conspiração dos imbecis. **Veja**, São Paulo: Abril, Edição 2432, Ano 48, n.26. 1 de jul. 2015. p.18.

_____. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2012.

_____. CARRIÈRE, Jean Claude. **__ não contem com o fim do livro**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

ELEIÇÕES 2010. **Tirinhas e charges da Dilma e do Serra**. Disponível em: <http://www.putsgriilo.com.br/humor/eleicoes-2010-tirinhas-e-charges-da-dilma-e-do-serra/>. Acesso em: 14 abr. 2017.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Chico Caruso**. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9197/chico-caruso>. Acesso em: 4 fev. 2018.

ENGENHO DA HISTÓRIA. Disponível em: http://engenhodahistoria.blogspot.com.br/2015_11_01_archive.html. Acesso em: 6 jan. 2017.

EPSTEIN, Isaac. **O signo**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

ESOPO. **Fábulas de Esopo**. São Paulo: Claret, 2016.

FARIAS, Yuri Marques de. **Acho que inventei um feriadão**: charge. Publicada em 15/11/2016. Disponível em: <http://verdadesmonarquicas.blogspot.com.br/2012/11/mitos-da-proclamacao-da-republica.html>. Acesso em 12 mar. 2017.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2006.

FERRAZ, Francisco. **Manual completo de campanha eleitoral**. Porto Alegre (RS), L&PM, 2003.

FERREIRA, Muniz. Insurgência, conciliação e resistência na trajetória do protestantismo ecumênico brasileiro. In: DIAS, André Luis Mattedi; COELHO NETO, Eurelino Texeira; LEITE, Márcia Maria da Silva (Orgs.). **História, cultura e poder**. Salvador, EDUFBA/UEFS, 2010.

FIGUEIREDO, Ney. **Diálogos com o poder**: políticos, empresários e mídia: verdades e mentira. São Paulo: Editora da Cultura, 2004.

FIGUEIREDO, Olívia Maria Ferreira. A semiótica das emoções no discurso ficcional. **REDIS**: Revista de Estudos do Discurso, nº 1, ano 2012, pp. 55-78. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12716.pdf>. Acesso em: 6. 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, Artmed, 2009.

FLORIDI, Luciano. Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) como filosofia da Informação aplicada: uma reavaliação. Ribeirão Preto (SP), **R. Ci. Inf. e Doc.**, v.1, n.2, p.37-47, jul./dez. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 5. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **Gênese e estrutura da antropologia de Kent; A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo, Folha de São Paulo, 2015.

FREITAS, Sebastião Costa Teixeira de. **D. Pedro II**. São Paulo, 2003. Série A vida dos Grandes Brasileiros, 12.

G1 TECNOLOGIA. Brasil supera marca de 100 milhões de internautas, diz IBGE.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/11/brasil-supera-marca-de-100-milhoes-de-internautas-diz-ibge.html>>. Acesso em: 22.10.2017.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma.

Revista Domínios da Imagem, Londrina, Universidade Estadual de Londrina. n.2, mai. 2008. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/19302>.

Acesso em: 10 dez. 2016.

GERENDER, Marianna. República volver: charge. Disponível em: <http://de-olho-na-historia.blogspot.com/2012/11/>. Acesso em: 16 abr. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Cau. Charge. In: VASCONCELLOS, Levi. Marina gera polêmica no movimento negro. **A Tarde**. Publicada em 16/09/2014. Disponível em:

<http://atarde.uol.com.br/coluna/levivasconcelos/marina-gera-polemica-no-movimento-negro-1623136>. Acesso em: 8 jan. 2018.

_____. Chove chuva: charge. **O Ferrão**. Disponível em:

<http://oferrao.atarde.uol.com.br/?p=883>. Acesso em: 29 maio. 2017.

GOMES, Henriette Ferreira. O ambiente informacional e suas tecnologias na construção dos sentidos e significados. **Ciência da Informação**. Brasília, Ci. Inf., v. 29, n. 1, p. 61-70, jan. /abr. 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a7.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. A interligação entre comunicação e informação. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, jun. 2010. Disponível em:

<http://www.dgz.org.br/jun10/Art_03.htm>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio De Janeiro, v. 9, n. 1, fev. 2008. Disponível em:

<http://www.dgz.org.br/fev08/Art_01.htm> Acesso em: 05 jun. 2016.

GOMES, Cau. **Eleições 2010**: charge. Disponível em:

<http://oferrao.atarde.uol.com.br/?tag=pmdb>. Acesso em: 31 mai. 2017.

GOMES, João Carlos Teixeira. **Memórias das trevas**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

GOMES, Laurentino. **1889**: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**; saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis (RJ), Vozes, 2017.

GONÇALVES, Eduardo. Brasil: eleições na rede. In: São Paulo, **Veja**, Ed. Abril, edição 2578, ano 51, n. 16, publicado em 18 abr. 2018.

GONÇALVES, Eveline; OLIVEIRA, Rafael Alves de; NEVES, Dulce Amélia de. Análise da informação imagética: uma abordagem sob a perspectiva cognitiva. Porto Alegre, **Em questão**. v.22, n. 3, p.110-135, set/dez. 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/59905/38342>. Acesso em: 10 ago. 2018.

GOOGLE. **João Goulart**. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/pedro_bottino/5518331038/in/photostream/. Acesso em: 21 fev. 2017.

GOULART, João. **Presidentes do Brasil**. Charges. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/520517669416451054/>. Acesso em: 21 fev. 2017.

GUTIERREZ QUINTANA, Haenz. **Cartaz, cinema e imaginário**. 1995, 181 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Artes, Campinas (SP), 1995.

HENFIL. **Como se faz humor político**: Henfil, depoimento a Tárík de Souza. São Paulo, Kuarup, 2014.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2012. (Obra prima de cada autor. Série Ouro,1).

IMAGENS de charge sobre a proclamação da república. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=charge+sobre+a+proclama%C3%A7%C3%A3o+da+rep%C3%BAblica+no+brasil&espv=2&tbn=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwjKiq_Cg4HRAhVExpAKHXtdDikQsAQIGw&biw=1349&bih=635#imgrc=UtmXPei7FOc4uM%3A. Acesso em: 19 dez. 2016.

_____. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=charges+sobre+a+proclama%C3%A7%C3%A3o+da+rep%C3%BAblica+no+brasil&espv=2&tbn=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwj8zJrR0JrRAhUHgJAKHav-C7AQsAQIlg&biw=1349&bih=635>. Acesso em 30 dez.2016.

_____. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=CHARGES+DO+FINAL+DO+IMPÉRIO&espv=2&tbn=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwiDsqLbwqHRAhXITJAKHZi0DQkQsAQIGw&biw=1>. Acesso em 01 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo – Brasil – 2007/2015. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>. Acesso em 25 fev. 2018.

JAMBEIRO, Othon. Prefácio. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna**: internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Tradução Marina Apenzeller. São Paulo (Campinas), 1996 (Coleção Ofício de Arte e Forma). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=rp1asJUNWk4C&oi=fnd&pg=PA9&dq=semi%C3%B3tica+imagem&ots=GOoCUFO5OF&sig=OXLTibaZSjEWjO99iPXwv57U53s#v=onepage&q=semi%C3%B3tica%20imagem&f=false>. Acesso em: 18 nov. 2016.

TOTONHO. **Tancredo Neves**: charge publicada em 11/02/2016 no Jornal do Totonho (virtual). Disponível em: <http://www.jornaldototonho.com.br/retro-charges-e-caricaturas-de-tancredo-neves/>. Acesso em: 20 abr. 2017.

JUNG, Carl G. **O homem e seus símbolos**. 3.ed. Rio de Janeiro, HaperCollings Brasil, 2016.

JUS. **Abuso de poder econômico e corrupção na propaganda eleitoral**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/41403/abuso-de-poder-economico-e-corrupcao-na-propaganda-eleitoral>. Acesso em: 14 fev. 2016.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História Geral e Brasil**: trabalho, cultura, poder. São Paulo: Atual, 2004.

LAERTE. Charge alusiva à redemocratização. In: RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas já: o grito preso na garganta**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Mais um puxa-saco: charge. In: **Sindmármore**. Publicada em 12 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.sindimarmore.com.br/categoria/charges/page/4/>. Acesso em: 5 jun. 2017.

LATUFF. O Dia da Consciência Negra. In: **Vale do Jequitinhonha**. Disponível em: <http://blogdobanu.blogspot.com.br/2014/11/o-vale-do-jequitinhonha-e-o-dia-da.html>. Acesso em: 5 jan. 2018.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília (DF), Brique de Lemos, 2004.

LE MOS, Renato (Org.). **Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2006)**. Rio de Janeiro: Bom Texto Editora, 2006.

LIMA, Ladislau Boaventura. **31 de março de 1964**: imposição da força ou execução da vontade nacional? 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro, 2008. Disponível: <http://redebie.decex.ensino.eb.br/vinculos/000004/000004FD.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2017.

LIMA, Raymundo. Eles discursaram, mas nada dizem: uma breve reflexão sobre a sabedoria de Heráclito e a política. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, Ano 2, n.15, ago. 2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/015/15ray.htm>. Acesso em: 02 jul. 2016.

LINDOSO, Felipe. Lição de casa – o Brasil começa a tomar providências para ampliar o acesso ao livro. **Desafios do desenvolvimento**. São Paulo: IPEA, 2005. Ano 2, Edição 6, jan.2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1524:catid=28&Itemid=23 > Acesso em: 3 de dez. 2015.

LION, Samir Elias Kalil; MIRANDA, Zeny Duarte de. **Poder e informação: nexos e casualidades para o espaço organizacional**. 2015, 512 f. Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

LIRA NETO, João de. **Getúlio**: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Getúlio**: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Getúlio**: da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo **Médici: 1970-1973**. **Belo Horizonte, Nova econ.** v.15, n.3 Set. /Dec. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512005000300003. Acesso em: 31 mai. 2017.

MACHADO, Irene. **O filme que Saussure não viu**: o pensamento semiótico de Roman Jakobson. Vinhedo (SP), 2007.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SILVA, Fernando Wisse Oliveira; MATOS, Nina Ribeiro. Estratégias de comunicação política on-line: uma análise do perfil de José Serra no Witter. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna**: internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013.

MARANHÃO, Carlos. **Roberto Civita**: o dono da banca - a vida e as ideias do editor da Veja e da Abril. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

MARCHI, Carlos. **Senhor república**: a vida venturosa de Teotônio Vilela, um político honesto. Rio de Janeiro, Record, 2017.

MARKUN, Paulo. **Na lei ou na marra** (1964-1968). In: MARKUN, Paulo Brado retumbante v. 1. São Paulo, Benvirá, 2014.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense. 2004. Coleção Primeiros Passos, 74).

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MELLO, Gustavo. Desafios para o setor editorial brasileiro de livros na era digital. **Economia da Cultura**. 2012. BNDES 36. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3612.pdf. Acesso em: 6 dez. 2015.

MERREL, Floyd. **A semiótica de Charles Peirce hoje**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista**. 2005, Assis: UNESP/SP. Tese de Doutorado em História, 2005.

MORACE, Francesco. A globalização e o futuro brasileiro. Trad. Cristina Araújo de Seixas. In: DALPRA, Patrícia (Org.). **DNA Brasil: tendências e conceitos emergentes para as cinco regiões brasileiras**. São Paulo: SENAI/CETIQT, 2009.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **Caminhos das civilizações: história integrada geral e do Brasil**. São Paulo: Atual, 1998.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MOURA, Maria Aparecida. Ciência da informação e semiótica: conexão de saberes, **Revista Eletrônica de Biblioteconomia**, Florianópolis, n.2. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp3p1/430>. Acesso em 17 mai. 2017.

MORAIS, Edenilson. Charge: ame-o ou deixe-o. In: MORAIS, Edenilson. **Mestres da História**. Postagem 11 set. 2009. Disponível em: <http://mestresdahistoria.blogspot.com.br/2009/09/questoes-de-vestibular-sobre-ditadura.html>. Acesso em: 19 fev. 2017.

_____. Charge. In: MORAIS, Edenilson. **Mestres da História**. Postagem 30 jun. 2012. Disponível em: http://mestresdahistoria.blogspot.com.br/2012_06_01_archive.html. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. Governo Collor (1990-1992): Charge. In: MORAIS, Edenilson. **Mestres da História**. Postagem 08 de outubro de 2012. Disponível em: <http://mestresdahistoria.blogspot.com.br/2012/10/o-governo-collor-1990-1992.html>. Acesso em: 11 abr. 2017.

MORE, Thomas. **Utopia**. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo, Lafonte, 2017.

MOREIRA, Solange Silva. O ícone e a possibilidade de informação. Florianópolis, **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, 2º número esp., 2º sem. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download/1518-2924.../432>. Acesso em: 2 nov. 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o voto de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro Jorge Zahar Editora, 2006. Disponível em:
<https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos/t1049.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

NÁSSARA, Antônio Gabriel. Correntes para trás 1982. In: VILLAC, Clarice. **Charge ou cartum?** – Entrevista com Raul Motta. Projetos Letras & Artes Horácio 2011. Disponível em:
<https://projetoletrasearteshoracio2011.wordpress.com/2012/10/08/charge-ou-cartum-entrevista-com-raul-motta/>. Acesso em: 5 fev. 2017.

_____. Jânio e Jk. **O patativa**. Disponível em:
<http://bernardoschmidt.blogspot.com/2015/03/janio-adhemar-e-nassara.html>. Acesso em: 31 jul. 2018.

NERY, Laura Moutinho. **A caricatura: microcosmo da questão da arte na modernidade**. 2005, 233 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

NERY, Sebastião José. **Ninguém me contou, eu vi: de Getúlio a Dilma**. São Paulo, Geração Editorial, 2014.

_____. **A nuvem**. São Paulo, Geração Editorial, 2009.

_____. **“Reencontro com Waldir Pires”**: Entrevista concedida à Rádio Metrôpole/Política no dia 15 de agosto de 2017 às 11hrs20min. Disponível em:
<http://metro1.com.br/noticias/politica/40232,reencontro-com-waldir-pires-leia-coluna-de-sebastiao-nerly-sobre-o-ex-governador.html>. Acesso em: 16 ago. 2017.

NOVAES, Denise Queiroz. **A hierarquia semântica de conceitos em tesouros**. 2009, 142 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <
http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_NovaesDQ_1.pdf. Acesso em: 04 ago. 2016.

NOVO, Hildenise Ferreira. Taxonomia de domínios interdisciplinares: uma experiência com a área de geoquímica ambiental. Salvador (BA), VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - **ENANCIB** 2007. Disponível em:
<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/view/2844/1972>. Acesso em: 12 jul. 2018.

NUNES, Américo. **Marx e os movimentos sindicais**. Disponível em:
https://marxemmaio.files.wordpress.com/2012/06/americonunes_marxemmaio.pdf. Acesso em: 21 mai. 2017.

OLIVEIRA-DELMASSA, Heloá Cristina; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. A mediação da informação em projetos de incentivo à leitura. XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – **ENANCIB** 2017. Disponível em:
<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/46/1280>. Acesso em: 17 abr. 2018.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. O governo de Juscelino Kubitschek e o mito da democracia representativa: a vigilância do Serviço Secreto do DOPS-SP nas agremiações democráticas 1956-1960. **Antíteses**, v. 4, n. 7, p. 267-289, jan. /jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/4750/8846...> Acesso em: 3 jan. 2018.

PARNAIBA, Cristiane dos Santos. Demochargia: Dilma Rousseff e seu primeiro ano de mandato pelas charges jornalísticas. 2014.171fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação). - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho. Bauru, 2014.

PAULON, Simone Manieri. **A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a03v17n3>. Acesso em: 6 ago. 2017.

PEDREIRA, Fernando. **Impávido colosso**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PELICANO. **Esconder ou não esconder FHC, eis a questão**. Charge. Publicado em 20 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.esmaelmorais.com.br/2013/05/charge-do-dia-esconder-ou-nao-esconder-fhc-eis-a-questao/>. Acesso em: 11 abr. 2017.

_____. **Charge do dia: Bonito penteado, Dilma!** Publicada em 17 de julho de 2013. Disponível em: <https://www.esmaelmorais.com.br/2013/07/charge-do-dia-bonito-penteado-dilma/>. Acesso em: 5 jan. 2018.

PEREIRA, Daniel; CEOLIN, Adriano. **Panorama: eleições 2014**. In: **Veja**. São Paulo: Ed. Abril, ed. 2386, ano 47, n.33, 13 de ago. 2014.

PEREIRA, Merval. **O lulismo no poder**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

PETRAUSKAS, Maria Evilnardes Dantas. **As relações de trabalho dos escravos de ganho e de aluguel na cidade de Salvador (1800-1822)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Pós-Graduação em História). Disponível em: <http://icosvireapagina.blogspot.com.br/2016/03/ogrupo-perigoso-da-bahia-naobras.html>. Acesso em: 6 mar. 2016.

PINHO, José Antônio Gomes de. Participação social na internet: reflexões sobre os caminhos para a criação de competências infocomunicacionais na realidade brasileira. In: Seminário de Competências Infocomunicacionais e Participação Social. 2012. **Anais...**Salvador: UFBA, 2012.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, José Nêumane. **O que sei de Lula**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011.

POLÍTICA/ELEIÇÕES. In: **A Tarde**: notícias, política, eleições, 2014. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/politica/eleicoes/noticias/nova-pesquisa-ibope-mostra-paulo-souto-com-46-e-rui-com-24-1621778>. Acesso em 25 maio. 2017.

POPPER, Karl Raimund. **Conhecimento objetivo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

_____. **História do pensamento**. São Paulo. Nova Cultura, 1987. v.4.

POSSENTI, Sírio. **Humor, língua e discurso**. São Paulo, Contexto, 2013.

PRIMEIRA GREVE GERAL DO BRASIL. São Paulo. **Causa do Povo**, n. 72, jun/jul 2015. Disponível em: <https://uniaoanarquista.wordpress.com/2015/06/26/a-primeira-greve-geral-do-brasil-a-greve-geral-de-1917/>. Acesso em: 6 jan. 2017.

PSDB. **FHC imortal**: charge. Publicação 11 de setembro 2013. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/acompanhe/charges/charge-fhc-imortal/>. Acesso em: 11 abr. 2017.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **O livro de Ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

REALI JUNIOR. **Às margens do Sena**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2007.

RESENDE, Walisson da Costa; NASSIF, Monica Ericsson. Novas pesquisas na aplicação da Lei de Acesso à Informação em portais de transparência governamentais brasileiros. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17, 2016. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016. Disponível: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3822/2221>. Acesso em: 6 mai. 2017.

RETT, Maurício. Fernando Henrique é candidato mesmo. In: Chagas, Carlos. **Tribuna da Internet**. Publicado em 19 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.tribunadainternet.com.br/fhc-e-candidato-mesmo/>. Acesso em: 11 abr. 2017.

RIBEIRO, Djamila. Filósofa critica escassez de negro na universidade. In: SILVA, Yuri. Universidade: Djamila Ribeiro abriu II Ciclo Formativo Opará Saberes. **A Tarde**. 25 out. 2017. p. A5.

RICOUER, Paul. **Teoria da interpretação**: o discurso e o excesso de significação. Lisboa: Edições 70, @1976. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/159866182/Paul-Ricoeur-Teoria-da-Interpretacao>. Acesso em: 4 dez. 2016. p.57-70.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas já: o grito preso na garganta**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, Thaís. **Semiótica: símbolo, índice e ícone**. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/taarodrigues/signos-semitica-smbolo-ndice-e-cone>. Acesso em 3 jan. 2018.

ROMANINI, Anderson Vinícius. Objeto Imediato (aspecto). Disponível em: http://www.minutesemeiotic.org/?page_id=293&lang=br. Acesso em: 30 jul. 2018.

ROMERO, Marcelo. Charge: história e conceito. Juiz de Fora (MG). **CES REVISTA**, v. 28, n. 1. p. 17-27, jan. /dez. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Isabel%20Souza/Downloads/26-261-1-PB.pdf.>. Acesso em: 23 jan. 2017.

ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição. Comportamento político em sites de redes sociais: o Facebook como atalho informacional para a decisão do voto nas Eleições 2012 em Juiz de Fora-MG. In: ALDÉ, Alessandra; MARQUES, Jamil (Orgs.). **Internet e poder local**. Salvador, EDUFBA: Rio de Janeiro, COMPOLÍTICA, 2015.

ROTHBERG, Danilo. Opinião pública e cidadania: a qualidade da informação nos portais eletrônicos de governos nas regiões administrativas do Estado de São Paulo. In: ALDÉ, Alessandra; MARQUES, Jamil (Orgs.). **Internet e poder local**. Salvador: EDUFBA: Rio de Janeiro: COMPOLÍTICA, 2015.

SALGADO, Graça. **Arquivo Nacional – 150 anos: visão histórica**. Rio de Janeiro: Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN), 1988.

SAMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da 1ª Dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo, Editora UNESP, 2008.

SANTAELLA, Lúcia. **Os anos 1980 e a explosão do pós-moderno e pós-modernidade: pluralismo e a diversidade na arte contemporânea**. Palestra. Salvador: novembro de 2016.

_____. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

_____. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SANTOS, Zaíra Bomfante dos; PIMENTA, Sônia Maria Oliveira. Da semiótica social à multimodalidade: a orquestração de significados. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, v.12, n.2, 2014, p. 295-324. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa/article/viewFile/7243/5272>. Acesso em: 17 jan. 2017.

SARACEVIC, Tefko. **A tecnologia e a humanidade**: Entrevista 13/01/2014. Disponível em: <http://www.coaliza.org.br/entrevista-com-tefko-saracevic-a-tecnologia-e-a-humanidade/>. Instituto Coaliza: Educação e Cidadania Digital. Autores Associados, 2. Acesso em: 8 mai. 2017.

_____. Tecnologia da informação, sistemas de informação e informação como utilidade pública. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/41>. Acesso em: 31 jul. 2018.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. Ed. Campinas (SP): Editores Associados, 2014.

SCHIMDT, Maria Luísa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642006000200002.
 São Paulo, **Psicol.** USP, vol.17, no.2, jun. 2006. Acesso 3 ago. 2017.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydnei Ellen. **História da Psicologia moderna**. São Paulo, Cengage Learning, 2017.

SERPA, Marcelo. **Eleições espetaculares**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

SERRA, Liliana Giusti. **Livro digital e bibliotecas**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2014.

SETÚBAL. **Antônio Lomanto Junior e Antônio Balbino**. Desenho. In: MIRANDA, Claudelino. No calor da amizade. Gráfica Central, 1992. p. 51.

_____. Juracy Magalhães. Desenho. In: MIRANDA, Claudelino. **No calor da amizade**. Gráfica Central, 1992. p. 43.

SILVA, Elizete. Configurações históricas do campo religioso brasileiro. In: DIAS, André Luis Mattedi; COELHO NETO, Eurelino Texeira; LEITE, Márcia Maria da Silva (Orgs.). **História, cultura e poder**. Salvador, EDUFBA/UEFS, 2010.

SILVA FILHO, Emiliano José. **Ex-governador e ex ministro Waldir Pires, será candidato a vereador em Salvador**. Disponível em:
<http://www.emilianojose.com.br/ex-governador-e-ex-ministro-waldir-pires-sera-candidato-a-vereador-em-salvador/>. Acesso em: 03 maio 2017.

SILVA, Ernesto. Depoimento. In: **Portal Brasil**: A chegada dos candangos. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/04/a-chegada-dos-candangos>. Acesso em: 5 fev. 2017.

SILVA, Giovani Miguez da SALDANHA, Gustavo Silva. A ciência da informação e sua filosofia: entre a linguagem, o símbolo e a informação. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17, 2016. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: **(XXVII ENANCIB)**. Disponível em:
<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3950/2589>.

SILVA, Hélio. **A fuga de João Goulart 1962-1963**. São Paulo: Editora Três, 1998.

_____. **O poder civil 1895-1910**. São Paulo: Editora Três, 1998.

_____. **Nasce a República 1888-1894**. São Paulo: Editora Três. 1998.

SILVA, João Carlos Salles Pires da. **Aula inaugural**. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Salvador, 30 de maio de 2017.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Inf. 7& Soc**, v.25, n.1, p. 145-

157, jan./abr. 2015. Disponível em:
<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/145>. Acesso em: 17 de maio de 2017.

SILVEIRA, Joel. **A feijoada que derrubou o governo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Um estudo do poder na sociedade da informação. **Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000.

SIMÕES, Bárbara Cristine Casallequi Fonseca. O excêntrico governo de Jânio Quadros. In: **História em movimento: narrativas do Brasil**. Disponível em:
<http://narrativasdobrasil.blogspot.com.br/2012/11/o-excentrico-governo-de-janio-quadros.html>. Acesso em: 03 jan. 2018.

SIMANCA. Charge. **A Tarde**, Salvador. Publicação em 21.03.2016.p. A3. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/charges/1599-aziz-voto-nulo>. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. Indefinições fazem PT atrasar programa de governo da candidatura Lula. Disponível em: <http://www.tribunadainternet.com.br/indefinicoes-fazem-pt-atrasar-o-programa-de-governo-da-candidatura-lula/>. Acesso em: 28 jul. 2018.

_____. **Tomando o poder**: charge. Disponível em:
<http://www.atarde.uol.com.br/charges/1190-simanca-tomando-o-poder>. Acesso em 14 abr. 2017.

_____. **Tio Sam**: charge. Disponível em:
<https://www.google.com.br/search?q=todas+as+Charges+de+A+Tarde+em+2015&espv=2&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwjll977u6TTAh.WCGpAKHTdjAWwQsAQIKw&biw=1366&bih=662#imgcr=vvNnyWrbzNx-PM>: Acesso em: 14 abr. 2017.

SINFRÔNIO. Sarney: **Charge**. Disponível em:
<http://politicacida.blogspot.com.br/2009/07/colecao-de-charges-sarney-e-os-atos.html>: Acesso em: 01 mar. 2017.

_____. **O ajuste fiscal**: charge. Publicada em 28 de fevereiro de 2015. Disponível em: http://visaonorte.blogspot.com.br/2015_02_22_archive.html. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. **Lula nunca mentiu...** charge. Disponível em:
<http://poyastro.blogspot.com.br/2015/11/charge-do-snfronio-lula-nunca.html?sref=pi>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SOLNIK, Alex; CARUSO, Paulo. Bar Brasil: na Nova República. Porto Alegre: L&PM, 1984. In: RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas já: o grito preso na garganta**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOUTO, Paulo. Entrevista concedida a Evilásio Junior e Juliana Almirante. In: CELESTINO, Samuel. **Bahia Notícias**, Salvador, 2014. Disponível em: <http://www.bahianoticias.com.br/entrevista/353-paulo-souto.html>. Acesso em: 28 mai. 2017.

SOUZA, Bianca Gonçalves; MURGUIA, Eduardo Ismael. Memória e tradição positivista no Brasil: reflexões sobre o processo de elaboração de um projeto de nação a partir da Proclamação da República. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17, 2016. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2777/1231>. Acesso em: 6 mai. 2017.

SOUZA, Isabel Cristina de Oliveira. **Análise da linguagem na produção, circulação e uso da informação no desenvolvimento político eleitoral brasileiro**: linguagens verbais e não verbais. 2015, 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOUZA, Lícia Soares de. **Televisão e cultura**: análise semiótica da ficção seriada. Salvador, SCT/FUNCEB, 2003. p. 31.

SOUZA, Remy. **A coruja de Minerva**: filosofia para jovens. Salvador, EDUFBA, 2009.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **O poder e o conhecimento**: introdução ao pensamento de Michel Foucault. Salvador: EDUFBA, 2014.

SPONHOLZ, Roque. Charge. In: VILELA, Márcio Garcia. O preço do poder não é a perda da dignidade. **Tribuna da Internet**. Disponível em: <http://www.tribunadainternet.com.br/o-preco-do-poder-nao-e-a-perda-da-honra-e-dignidade/>. Acesso em: 22 jan. 2017.

STERNBERG, Robert. J; STERNBERG, Karin. **Psicologia cognitiva**. São Paulo, Cengage Learning, 7.ed., 2016.

STORNI, Oswaldo. República Café com Leite: charge. Revista Careta, ano 18, n.897. Publicada em 29.08.1925. Disponível em: <http://miriandossantos.blogspot.com/2018/05/>. Acesso em 31 jul. 2018.

_____. O voto de cabresto. Publicada em 1927. Disponível em: <http://historiaporimagem.blogspot.com/2012/02/voto-de-cabresto-o-coronel-o-eleitor-e.html>. Acesso em: 31 jul. 2018.

STROMER-GALEEY, Jennifer. Interação on-line e por que os candidatos evitam. Tradução Camilo Aggio. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna**: internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11.ed. São Paulo, Editora da UNESP; Salvador. EDUFBA, 2008.

THÉO. Jânio e o 22 de março: charge. O Malho, maio de 1953. In: SCHMIDT, Bernardo. **O patativa**. Charge. Disponível em: <http://bernardoschmidt.blogspot.com.br/2015/11/pilulas-janisticas-1.html>. Acesso em: 22 jan. 2107.

_____. Vassourinhas. Parte da charge publicada em 18 de junho de 1960: apuro técnico. Rio de Janeiro. **O Globo**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/caricaturas-charges-sao-tradicao-desde-primeira-edicao-em-29-de-julho-de-1925-16965141>. Acesso em: 22 jan. 2017.

UNIRIO. Banco de dados de questões de vestibular. 2000. Disponível em: http://professor.bio.br/historia/provas_vestibular.asp?origem=Unirio&curpage=12. Acesso em: 31 jul. 2018.

UNSWORTH, Len; DALY, Ann. **Analysis and comprehension of multimodal texts**. Disponível em: https://research.repository.griffith.edu.au/bitstream/handle/10072/48262/80044_1.pdf?sequence=1. Acesso em: 02 out. 2017.

VARELA, Aida Varela. **Informação e autonomia: a mediação segundo Feuerstein**. São Paulo: Senac, 2007.

_____. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

VASCONCELOS, Levi. Opinião: Jaques Wagner encara o seu grande desafio. **A Tarde**, Salvador, Ano 103, n. 35240, 2 out. 2015.

_____. Rui e Neto em paz durante o carnaval. In: **A Tarde**: Tempo presente. Publicado em 14 /02/2015. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/tempopresente/noticias/1660233-rui-e-neto-em-paz-durante-o-carnaval-premium>. Acesso em 26 mai. 2017.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. Charge. In: LEMOS, Renato (Org.). **Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2006)**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2006.

VILLA, Marco Antônio. **Collor presidente: trinta meses de turbulências, reformas, intrigas e corrupção**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

VILALLOBOS, Ana Paula de Oliveira. **Material didático da disciplina Mapeamento da Informação**. Salvador, PPGCI/UFBA, agosto de 2017.

VITOLINO. **Charge assinada por Vitolino e publicada na revista O Pirralho em 1917**. In: Portal do Professor. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar_aula&aula=28793&secao=espaco&request_locale=es . Acesso em 17 jan. 2017.

VOKS, Douglas Josiel. Charge, humor e crítica: o protecionismo americano como entrave na economia cafeeira sob a ótica da revista careta (1929-1930). **IV**

Congresso Internacional de História. 2014. Disponível em:
<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/404.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.

VOLLI, Ugo. **Manual de semiótica.** Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2012.
WAINER, Samuel. **Minha razão de viver:** memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 2003.

WAGNER, Jaques. Entrevista. In: SODAKE, Fernando; FREIRE, Silvana. **Bahia Meio Dia**, jornal da TV Bahia. Edição de 16 de dezembro de 2014. Disponível em:
<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/12/governador-jaques-wagner-faz-balanco-dos-8-anos-de-gestao-na-ba.html>. Acesso em 26 de abril de 2017.

WAGNER, JAQUES. **Os sessenta mais poderosos do país.** Disponível em:
<http://ultimosegundo.ig.com.br/os-60-mais-poderosos/jaques-wagner/52264a22c542aa7449000001.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia:** Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
ZIRALDO. Ame-o... ou deixe-o: Charge publicada originalmente em **O Pasquim**, 1970. In: Memorial da Democracia. Disponível em:
<http://memorialdademocracia.com.br/resistencia-cultural/caricatura>. Acesso em: 31 jul. 2018.

ZIRALDO. Who? Moi?. Charge. In: CASTILHO, Fernando. **Opinião e Política.** Disponível em: <http://bloganaliseeopinio.blogspot.com.br/2014/12/fhc-o-intelectual-das-maracutaias.html>. Acesso em: 11 abr. 2017. Publicado em 02 dez. 2014.

APÊNDICE A

Carta redigida por Darci Ribeiro para comunicar a deposição de João Goulart

Brasília, 2 de abril de 1964.

Sr. Presidente

O Senhor presidente da República incumbiu-me de comunicar a Vossa Excelência que, em virtude dos acontecimentos nacionais das últimas horas, para preservar de esbulho criminoso o mandato que o povo lhe conferiu, investindo-o na Chefia do Poder Executivo, decidi viajar para o Rio Grande do Sul, onde já se encontra à frente das tropas militares legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais, com seu Ministério.

Atenciosamente,

Darci Ribeiro – Chefe da Casa Civil

APÊNDICE B

ALGUNS CHARGISTAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INFORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO DO BRASIL

ALGUNS CHARGISTAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INFORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO DO BRASIL	
CHARGISTA	CONTRIBUIÇÃO
Agostini 1843-1910	<p>“Ângelo Agostini ficou conhecido como um dos principais caricaturistas do Brasil oitocentista. Sua fama se deveu, em grande medida, às imagens que publicou protagonizadas por personagens negros. Nelas, o artista italiano teria sido incansável defensor da causa dos escravos [...] Nas abordagens sobre parte do movimento abolicionista, da imprensa ilustrada do Rio de Janeiro da década de 1880 e até mesmo dos personagens negros que protagonizavam cenas impressionantes naqueles tumultuados anos que precederam a abolição da escravidão no Brasil, as imagens de negros - escravos, livres ou libertos - feitas por Ângelo Agostini na imprensa ilustrada oitocentista, de modo geral, integra a realidade que se alterou na década de 1880, quando ocorre um significativo crescimento de tais estampas. Mesmo assim, elas são minoria na <i>Revista Ilustrada</i>. A quantidade de desenhos de personagens negros - escravos, libertos e livres - em outras folhas ilustradas do período, no entanto, é ainda menor.⁶ Talvez por isso Joaquim Nabuco tenha definido o semanário do colega ítalo-brasileiro como “{...} a Bíblia abolicionista do povo, o qual não sabe ler”.⁷ Em razão do grande analfabetismo que grassava na população brasileira, as imagens teriam um poder especial, o de levar a propaganda abolicionista à população, ajudando a converter o povo à religião da liberdade.” (BALABAN, 2015, p.1).</p>
Angeli 1956	<p>O início de sua carreira como chargista deu-se no ano de 1973 no jornal <i>Folha de São Paulo</i>. Em 20/09/1975 fez uma charge sobre a divisão do MDB, único partido de que fazia oposição ao Regime Militar. Criou diversos quadrinhos da contracultura brasileira durante mais de trinta anos.</p>
CARUSO (s) 1949-	<p>Gêmeos univitelinos, os irmãos cartunistas Paulo e Chico Caruso nasceram em 6 de dezembro de 1949 em São Paulo, com um intervalo de cinco minutos. A obra de ambos os artistas tem especial importância pela sua virtuosidade na caricatura pessoal.</p> <p>Paulo José Hespanha Caruso, o irmão cinco minutos mais velho, iniciou-se profissionalmente como chargista no Diário Popular no final da década de 1960, tendo colaborado nos jornais Folha de São Paulo e Movimento. É um cultor da caricatura pessoal. Até a chegada do AI-5, em dezembro de 1968, fazia charges e ilustrações. Durante a vigência do ato institucional só realizou ilustrações. Na época, garantiu o seu espaço de expressão com a tira Pô, publicada na Folha da Tarde. Nos anos 1970, colabora com <i>O Pasquim</i>, ao lado de Millôr Fernandes, Jaguar e Ziraldo. Em 1981, com Alex Solnik, inaugura a</p>

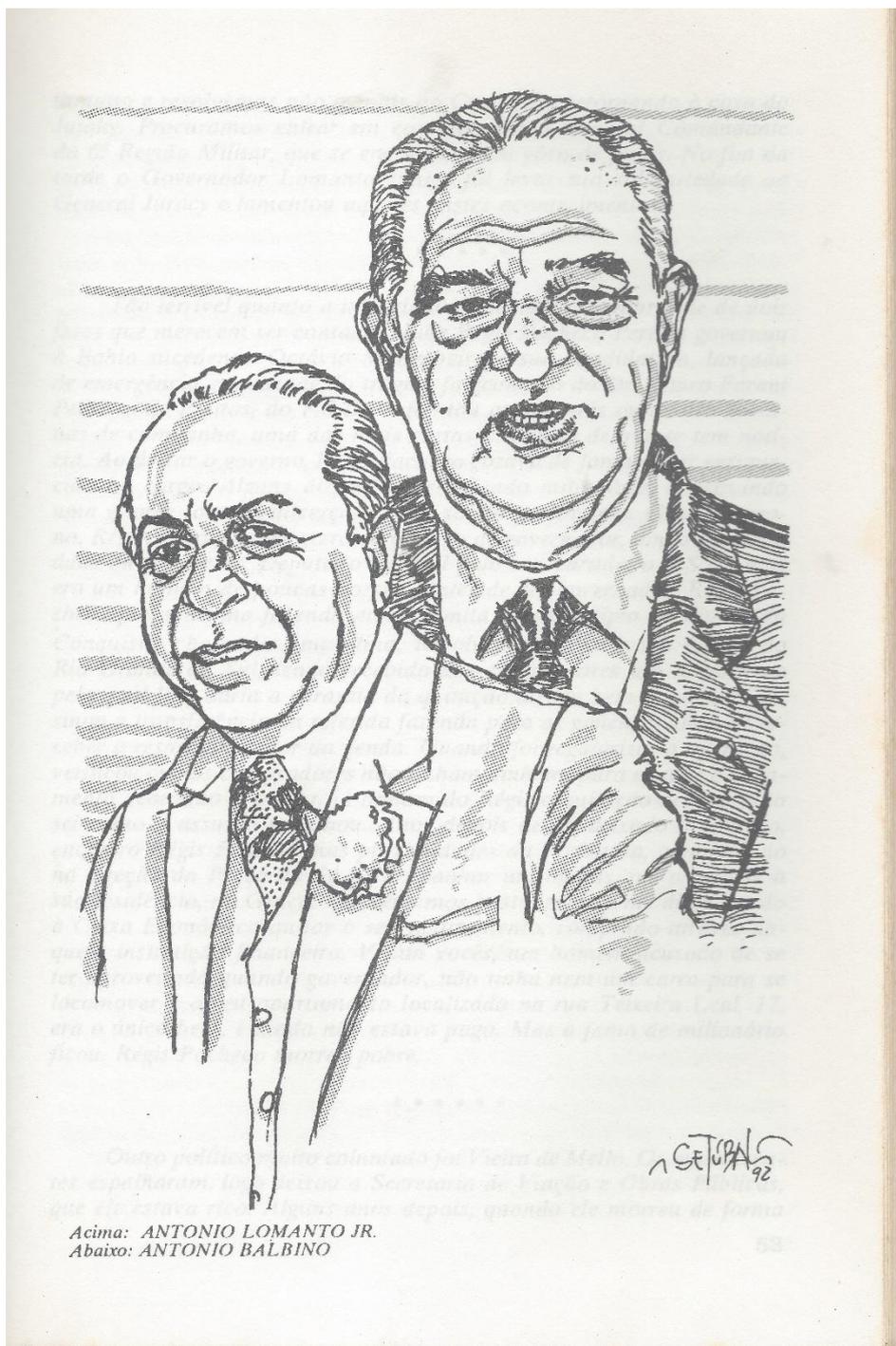
	<p>página de humor <i>Bar Brasil</i>, na revista <i>Careta</i>. A partir 1988, publica na revista <i>Isto É</i>, a coluna de humor <i>Avenida Brasil</i>. Em ambas as colunas, Caruso faz circular caricaturas de personalidades brasileiras das décadas de 1980 e 1990, sintetizando com sátira e humor vários momentos da história política do país</p> <p>Francisco Paulo Hespanha Caruso (Chico Caruso), é um cartunista, chargista, caricaturista, músico e humorista brasileiro. É irmão gêmeo de Paulo Caruso e começou a publicar seus desenhos no final da década de 1960, na Folha da Tarde. Passou pelos periódicos <i>Opinião</i> (1973), <i>Movimento</i> (1975), <i>Gazeta Mercantil</i> (1975), <i>IstoÉ</i> (1976), <i>Veja</i>, <i>Jornal do Brasil</i> e <i>O Globo</i>, DE 1984 até esta data. Na revista <i>Isto É</i> publicou sua charge do então Presidente Figueiredo fardado, com uma cabeça mínima e um tronco enorme e medalhado. O desenho lhe valeu o convite, por indicação do também cartunista Lan, para trabalhar no "Jornal do Brasil". Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1979 e trabalhou nessa publicação até 1984. Nesse ano, foi contratado pelo jornal "O Globo", no qual atua desde então, tendo suas charges diárias publicadas com destaque na primeira página. Foi contemplado, em 1976, com o primeiro prêmio do 3º Salão Nacional de Piracicaba. Publicou os livros <i>Natureza morta e outros desenhos do Jornal do Brasil</i> (1980), <i>Não tenho palavras</i> (1984), <i>Nova República: Novo e Velho Testamento</i> (1988), <i>Full Color</i> (1990), <i>Fora Collor</i> (1992) e <i>Itamar, modo de usar</i> (1993). Muito admirado, principalmente nos anos 1980, Caruso enfrenta hoje muitas opiniões divergentes de seu trabalho fazendo jus ao momento amplamente polarizado da política brasileira. (Enciclopédia Itaú Cultural, 2018, p.1; Wikipédia).</p>
JAGUAR 1932-	<p>Sérgio Jaguaribe começou sua carreira em 1952 na revista <i>Manchete</i> onde, por influência de Borjalo, passou a assinar somente <i>Jaguar</i>. Na mesma época trabalhava no Banco do Brasil subordinado a Sérgio Porto, que o convenceu a não deixar o emprego em favor do humorismo.</p> <p>No início da década de 1960 passa a ser um dos principais cartunistas da revista <i>Senhor</i>, colaborando também na <i>Revista Civilização Brasileira</i>, na <i>Revista da Semana</i>, no semanário <i>Pif-Paf</i> e nos jornais <i>Última Hora</i> e <i>Tribuna da Imprensa</i>. No ano seguinte, funda o jornal <i>O Pasquim</i> com Tarso de Castro e Sérgio Cabral. É o único a permanecer até o fim da publicação, em 1991, quando passa a editar o jornal <i>A Notícia</i>. Atualmente faz charges para o jornal <i>O Dia</i> e <i>A tarde</i>, de Salvador. Neste último, se atém mais aos assuntos de ordem social.</p>
Laerte 1951-	<p>Em 1974 faz seu primeiro trabalho para um jornal, a <i>Gazeta Mercantil</i>. No mesmo ano começou a produzir material de campanha para o MDB durante as eleições. No ano seguinte trabalhou na produção de cartões de solidariedade no movimento de auxílio aos presos políticos</p>
Millôr Fernandes 1923-	<p>Começou a trabalhar ainda jovem na redação da revista <i>O Cruzeiro</i>, iniciando precocemente uma trajetória pela imprensa brasileira que deixaria sua marca nos principais veículos de comunicação do país. Em seus mais de 70 anos de carreira produziu de forma prolífica e diversificada, ganhando fama por suas colunas de humor gráfico em publicações como <i>Veja</i>, <i>O Pasquim</i> e <i>Jornal do Brasil</i>, entre várias</p>

	<p>outras. Em seus trabalhos costumava valer-se de expedientes como a ironia e a sátira para criticar o poder e as forças dominantes, sendo em consequência confrontado constantemente pela censura. Dono de um estilo considerado singular, era visto como figura desbravadora no panorama cultural brasileiro, como no teatro, onde destacou-se tanto pela autoria quanto pela tradução de um grande número de peças. Em um episódio da história da revista <i>Veja</i>, existe o relato que em um período de intervenção em seus conteúdos, durante o regime militar, a censura que já havia se retirado da redação, voltou a obrigar o periódico a apresentar previamente suas publicações devido a uma charge de Millôr “que mostrava um prisioneiro posto a ferros e seu carcereiro dizendo: “Nada consta”, que foi considerada digna de punição extrema. Sua coluna de charges era um dos principais alvos da censura durante aquele período. Maranhão (2016, p. 208).</p>
<p>Ziraldó 1932-</p>	<p>Começou a trabalhar no jornal Folha da Manhã (atual Folha de São Paulo), em 1954, com uma coluna dedicada ao humor. Ganhou notoriedade nacional ao se estabelecer na revista O Cruzeiro em 1957 e posteriormente no Jornal do Brasil, em 1963. Em 1960 recebeu o "Nobel" Internacional de Humor no 32º Salão Internacional de Caricaturas de Bruxelas e também o prêmio Merghantealler, principal premiação da imprensa livre da América Latina. Foi fundador e posteriormente diretor do periódico O Pasquim, tabloide de oposição ao regime militar, uma das prováveis razões de sua prisão, ocorrida um dia após a promulgação do AI-5</p>

Elaboração da autora.

ANEXO A

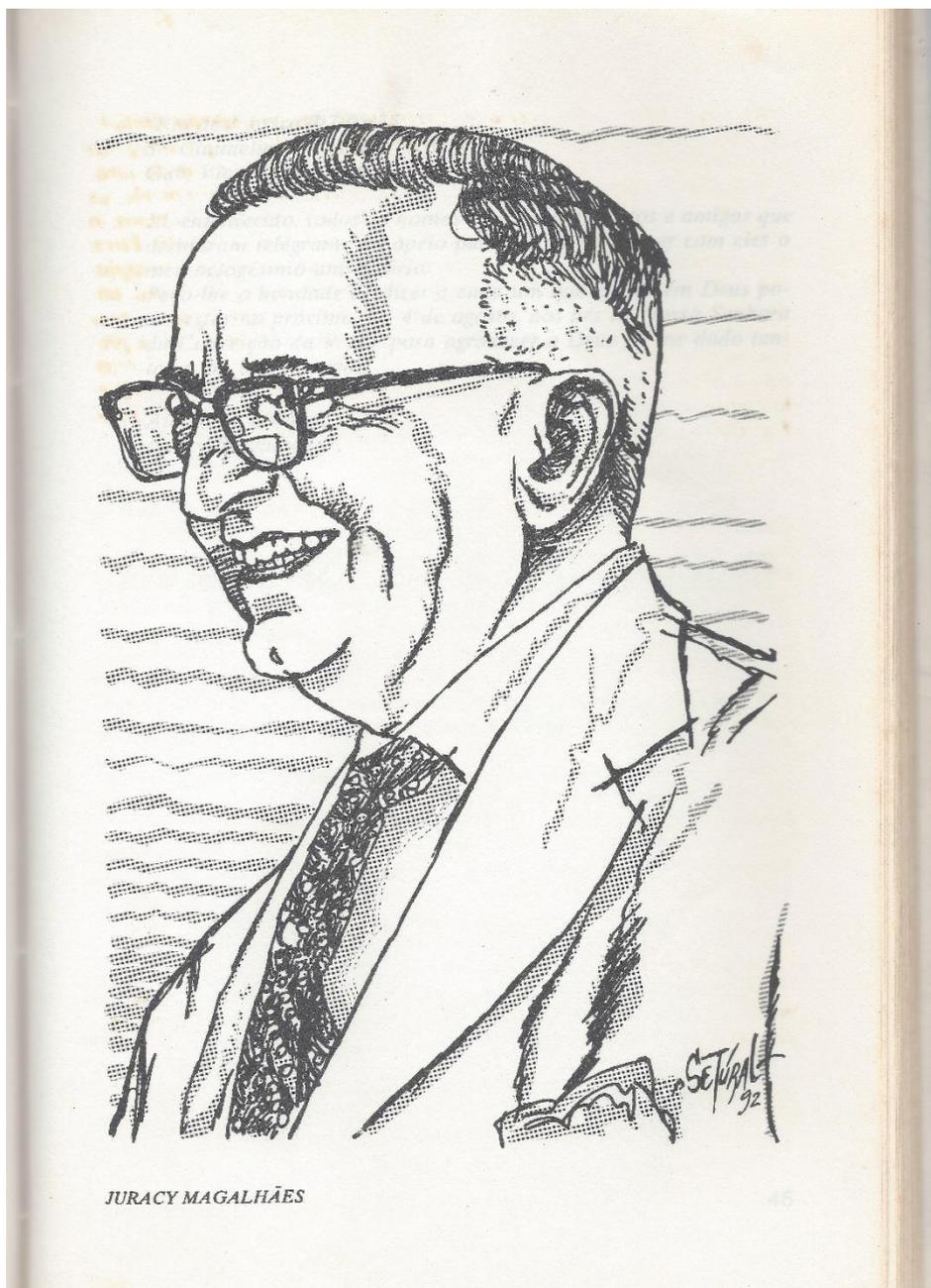
Antônio Balbino e Antônio Lomanto Junior (Governadores baianos)



Fonte: Setúbal (1992)

ANEXO B

Juracy Magalhães (governador da Bahia 09/09/1931 a 10/11/1937)



Fonte: Setúbal (1992)

ANEXO C - Senadores eleitos em 1986

Senadores eleitos em 1986

Bandeira	Estado	UF	Senador	Partido	Suplentes
	Acre	AC	Aloizio Bezerra Nabor Júnior	PMDB PMDB	- -
	Alagoas	AL	Divaldo Suruagy Teotônio Vilela Filho	PFL PMDB	Carlos Lyra Rubens Vilar
	Amazonas	AM	Carlos Alberto de Carli Fábio Lucena	PMDB PMDB	Gilberto Miranda Áureo Melo
	Bahia	BA	Jutahy Magalhães Rui Bacelar	PMDB PMDB	- -
	Ceará	CE	Cid Sabóia de Carvalho Mauro Benevides	PMDB PMDB	Nestor Vasconcelos Djalma Eufrásio
	Distrito Federal	DF	Maurício Corrêa Meira Filho Pompeu de Sousa ^[18]	PDT PMDB PMDB	Pedro Teixeira Lindberg Aziz Cury -
	Espírito Santo	ES	Gerson Camata João Calmon	PMDB PMDB	Joaquim Beato Camilo Cola
	Goiás	GO	Iram Saraiva ^[19] Irapuan Costa Júnior	PMDB PMDB	Jacques Silva -
	Maranhão	MA	Alexandre Costa Edison Lobão ^[20]	PFL PFL	Belo Parga Magno Bacelar
	Mato Grosso	MT	Louremberg Nunes Rocha Márcio Lacerda	PMDB PMDB	
	Mato Grosso do Sul	MS	Saldanha Derzi Wilson Martins	PMDB PMDB	
	Minas Gerais	MG	Alfredo Campos Ronan Tito	PMDB PMDB	

Bandeira	Estado	UF	Senador	Partido	Suplentes
	Pará	PA	Almir Gabriel ^[14] Jarbas Passarinho ^[21]	PMDB PDS	Oziel Carneiro
	Paraíba	PB	Humberto Lucena Raimundo Lira	PMDB PMDB	
	Paraná	PR	Afonso Camargo José Richa	PMDB PMDB	Enéas Faria Sílvio Name
	Pernambuco	PE	Antônio Farias ^[23] Mansueto de Lavor	PMB PMDB	Ney Maranhão Luís Piauilino
	Piauí	PI	Chagas Rodrigues Hugo Napoleão ^[24]	PMDB PFL	Murilo Rezende Álvaro Pacheco
	Rio de Janeiro	RJ	Afonso Arinos Nelson Carneiro	PFL PMDB	Hydekel de Freitas José Colagrossi Filho
	Rio Grande do Norte	RN	José Agripino Maia Lavoisier Maia	PFL PDS	Dario Pereira Luís Maria Alves
	Rio Grande do Sul	RS	José Fogaça José Paulo Bisol	PMDB PMDB	João Gilberto Odacir Klein
	Rondônia	RO	Olavo Pires Ronaldo Aragão	PMDB PMDB	Amir Lando Djair Prieto
	Santa Catarina	SC	Dirceu Carneiro Nelson Wedekin	PMDB PMDB	Márcio Berezoski Altair de Marco
	São Paulo	SP	Fernando Henrique Cardoso ¹ Mário Covas ^[14]	PMDB PMDB	Eva Blay Joaquim dos Santos Andrade
	Sergipe	SE	Francisco Rollemberg Lourival Batista	PMDB PFL	

Fonte: Wikipédia

